

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL (EICOS)

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS
(DRE: 121018912)

HISTÓRIA WHIG, HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA
Investigando a Revolução Behaviorista e a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Rio de Janeiro

2023

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS
(DRE: 121018912)

HISTÓRIA WHIG, HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA
Investigando a Revolução Behaviorista e a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a aquisição do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira

Co-orientador: Dr. André Elias Morelli Ribeiro

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S237h Santos, Marcus Vinícius do Amaral Gama
História whig, história da psicologia e história da psiquiatria: investigando a revolução behaviorista e a reforma psiquiátrica brasileira / Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos. -- Rio de Janeiro, 2023.
147 f.

Orientador: Arthur Arruda Leal Ferreira.
Coorientador: André Morelli Elias Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2023.

1. História Whig. 2. História da Psicologia. 3. História da Psiquiatria. 4. Revolução Behaviorista. 5. Reforma Psiquiátrica Brasileira. I. Ferreira, Arthur Arruda Leal, orient. II. Ribeiro, André Morelli Elias, coorient. III. Título.

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS

(DRE: 121018912)

HISTÓRIA WHIG, HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA

Investigando a Revolução Behaviorista e a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a aquisição do título de Mestre em Psicologia.

Data da avaliação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Orientador)

Dr. André Morelli Elias Ribeiro
Universidade Federal Fluminense
(Co-orientador)

Dra. Maria Paula Cerqueira Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinadora)

Dr. Luiz Eduardo Prado da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinador)

Dr. Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinador)

Dr. Henrique Luiz Cukierman
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinador)

Dr. Thiago Benedito Livramento Melício
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinador Suplente)

Dr. César Pessoa Pimentel
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Examinador Suplente)

SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama. **História whig, história da psicologia e história da psiquiatria**: investigando a revolução behaviorista e a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente dissertação tem por objetivo prover ferramentas para a análise crítica de narrativas históricas no âmbito da História da Psicologia e da História da Psiquiatria, principalmente as que se baseiam em conceitos como progresso, evolução, reforma ou revolução. Para isso, recorre-se à noção de “whig history” desenvolvida pelo historiador inglês Herbert Butterfield em seu livro “The Whig Interpretation of History”. No primeiro capítulo, opera-se uma apresentação detalhada do livro de Butterfield, a fim de delimitar: os traços que, segundo o autor, caracterizam “a interpretação whig da história”; as consequências nocivas que o autor atribui a tal interpretação histórica; e as soluções dadas pelo autor para tais consequências. No segundo capítulo, utiliza-se os conceitos e a perspectiva proposta por Butterfield para investigar a narrativa, presente no âmbito da História da Psicologia, de que teria havido uma “revolução behaviorista” em 1913, a fim de identificar em que medida tal narrativa seria “whig” no sentido proposto originalmente por Butterfield. No terceiro capítulo, utiliza-se os conceitos e a perspectiva proposta por Butterfield para investigar a narrativa mais famosa e estabelecida no âmbito da História da Psiquiatria acerca da reforma psiquiátrica brasileira – qual seja, a veiculada no livro “Loucos pela Vida”, organizado por Paulo Amarante – a fim de identificar em que medida tal narrativa seria “whig” no sentido proposto originalmente por Butterfield. Com esse percurso, pretende-se não apenas problematizar certas narrativas históricas presentes na História da Psicologia e na História da Psiquiatria, mas também corroborar no sentido do desenvolvimento, no leitor, de uma postura mais crítica perante às narrativas históricas em geral.

Palavras-chave: História Whig; História da Psicologia; História da Psiquiatria; Revolução Behaviorista; Reforma Psiquiátrica Brasileira.

SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama. **História whig, história da psicologia e história da psiquiatria**: investigando a revolução behaviorista e a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation aims to provide tools for the critical analysis of historical narratives in the areas of History of Psychology and History of Psychiatry, especially the narratives based on concepts such as progress, evolution, reform or revolution. To do that, we resort to the notion of “whig history” developed by the English historian Herbert Butterfield in his book “The Whig Interpretation of History”. In the first chapter, we carry out a detailed presentation of Butterfield's book, in order to delimit: the traits that, according to the author, characterize “the Whig interpretation of history”; the harmful consequences that the author attributes to such historical interpretation; and the solutions given by the author for such consequences. In the second chapter, we use the concepts and perspective proposed by Butterfield to investigate the narrative, present in the area of History of Psychology, according to which there was a “behaviorist revolution” in 1913; in that, we aim to evaluate to what extent such a narrative is “whig” in the sense originally proposed by Butterfield. In the third chapter, we use the concepts and perspective proposed by Butterfield to investigate the most famous and established narrative within the area of History of Psychiatry about the Brazilian psychiatric reform - that is, the one published in the book "Loucos pela Vida", organized by Paulo Amarante; in that, we aim to evaluate to what extent such a narrative is “whig” in the sense originally proposed by Butterfield. With this undertaking, we intend not only to problematize certain historical narratives present in the History of Psychology and in the History of Psychiatry, but also to corroborate to develop in the reader a more critical attitude towards historical narratives in general.

Key-words: Whig History; History of Psychology; History of Psychiatry; Behaviorist Revolution; Brazilian Psychiatric Reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. HISTÓRIA WHIG EM HERBERT BUTTERFIELD.....	10
1.1. O SENTIDO ORIGINAL DE “WHIG HISTORY”.....	10
1.1.1. História Geral versus Pesquisa Histórica.....	10
1.1.2. Transição Histórica e Processo Histórico.....	20
1.1.3. Os Limites da História.....	27
1.1.3.1. <i>Descrição e Explicação.....</i>	<i>28</i>
1.1.3.2. <i>Descrição e Juízos Morais.....</i>	<i>30</i>
1.1.4. A Arte do Historiador.....	35
1.1.4.1. <i>A simpatia smaginativa.....</i>	<i>36</i>
1.1.4.2. <i>O abreviamento genuíno.....</i>	<i>38</i>
1.1.5. Conclusão.....	42
2. HISTÓRIA WHIG E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA.....	43
2.1. A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO” NA HISTORIOGRAFIA ESTADUNIDENSE DA PSICOLOGIA.....	43
2.2. A PSICOLOGIA ESTADUNIDENSE EM 1913.....	49
2.3. CRÍTICAS E EVIDÊNCIAS CONTRA A NOÇÃO DE REVOLUÇÃO BEHAVIORISTA.....	53
2.3.1. A Invenção do Introspeccionismo.....	54
2.3.2. A Herança em Relação ao Passado.....	55
2.3.3. A Radicalidade do Behaviorismo Watsoniano.....	60
2.3.4. A Questão Metodológica.....	65
2.4. O “MANIFESTO” DE WATSON (1913) E A RESPOSTA DE TITCHENER (1914B).....	67
2.4.1. O “Manifesto” de Watson (1913).....	67
2.4.2. A Resposta de Titchener (1914b).....	82
2.5. “REVOLUÇÃO BEHAVIORISTA” E HISTÓRIA <i>WHIG</i>	89
3. HISTÓRIA WHIG E HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA.....	94
3.1. A NARRATIVA DOMINANTE ACERCA DA “REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA” (RPB).....	94
3.2. POR QUE ESCREVER UMA HISTÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA?.....	95

3.3. A TRAJETÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA SEGUNDO “LOUCOS PELA VIDA”	97
3.3.1. As “trajetórias” pré-Reforma: “trajetória higienista” (1850-1939) e “trajetória da saúde mental” (1945-1977).....	97
3.3.2. A trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira (1978-1992).....	99
3.3.2.1. A “trajetória alternativa” (1978-1980).....	99
3.3.2.2. A “trajetória sanitarista” (1980-1985).....	102
3.3.2.3. A “trajetória da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992).....	107
3.4. OS VÁRIOS SENTIDOS DE “REFORMA”.....	115
3.4.1. A Reforma Pineliana e a primeira “Reforma Psiquiátrica”.....	115
3.4.2. As Reformas da Reforma.....	118
3.4.2.1. As Reformas restritas ao âmbito asilar.....	119
3.4.2.2. As Reformas para além do âmbito asilar.....	121
3.4.2.3. As “Reformas” que instauram rupturas.....	123
3.4.2.4. RPB: A reforma ideal é não ser uma reforma.....	126
3.5. “LOUCOS PELA VIDA” E HISTÓRIA WHIG.....	127
CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS.....	136

A presente dissertação tem como ponto de partida um incômodo em relação a certas *simplificações* frequentemente encontradas em narrativas que tratam sobre a história da Psicologia e da Psiquiatria e que são cotidianamente transmitidas e levadas adiante por meio de manuais, artigos. Aquele que – professor ou aluno - se envolve mais intimamente com estudos e pesquisas especializados, que tratam de forma mais detalhada acerca da história da Psicologia e Psiquiatria, frequentemente se depara com evidências que se contrapõem frontalmente a afirmações e esquematizações presentes em manuais e artigos ou utilizadas por seus professores em sala de aula. Frente a tal incongruência, é natural se perguntar *por que* discursos amplamente problematizados nas literaturas especializadas continuam a ser transmitidos – principalmente, mas não apenas, em cursos de graduação – como se fossem *verdades* estabelecidas e incontestáveis.

A transmissão de narrativas já contestadas como se fossem verdades incontestadas – sem a apresentação de justificativas razoáveis – traz consigo *graves consequências éticas, científicas e educacionais*. A partir da consideração de tais consequências e da exposição de seus malefícios, pode-se argumentar a favor do abandono de tais narrativas simplificadas ou, no mínimo, sua utilização com cuidado e precaução muito maiores do que os atuais.

O discurso histórico – quer trate das ciências, quer trate de outros objetos – possui uma grande responsabilidade ética. Ao estabelecermos uma narrativa acerca do passado, estabelecemos também nossa proveniência, estabelecemos aqueles dos quais nos consideramos herdeiros e, com isso, estabelecemos também uma imagem de nosso presente. Por meio do discurso histórico, construímos uma identidade para o grupo do qual fazemos parte, distinguimos os valores que consideramos bons ou ruins e delimitamos os valores que nos definem. O discurso histórico envolve, por princípio, uma *postura* acerca do momento presente. Desse modo, os discursos históricos produzidos e reproduzidos acerca de um dado assunto mostram, em última instância, a *postura* que aquele que o produziu ou reproduziu tem acerca do presente.

Mais que em qualquer outro campo, na História das Ciências, é muito frequente o estabelecimento de narrativas históricas que apresentam o momento *presente* como *mais desenvolvido, mais evoluído, mais acabado* do que os momentos anteriores, apresentação que envolve a concepção fundamental de um *progresso* na história das ciências. Tal concepção conduz, entretanto, à questão acerca da legitimidade do critério sendo utilizado, na narrativa, para julgar o avanço, a estagnação e o retrocesso.

São justamente narrativas desse tipo que comumente se ouve acerca da Psicologia e da Psiquiatria. Termos como *revolução behaviorista, revolução cognitiva*, no campo da

Psicologia, e *reforma psiquiátrica*, no campo da Psiquiatria, são amplamente utilizados por professores na hora de introduzir a seus alunos seus respectivos assuntos. Pressuposto nestas narrativas, entretanto, está a concepção de que, a cada revolução ou reforma, há um *progresso*, sendo o presente o ponto final ou mais desenvolvido até então. Desse modo, a *postura* em relação ao presente dos que se valem de tais narrativas é a de que este é o ponto mais científico que se teve até então na história, tendo esta última sido uma história de *progresso* até o momento presente. Quando, entretanto, pesquisas históricas especializadas e minuciosas contestam as ideias de *progresso* sobre as quais essas narrativas se apoiam, seus utilizadores e propagadores, por vezes, se recusam a abrir mão das mesmas, preferindo, em vez disso, manter suas perspectivas de *progresso científico*, por mais que isso implique a perpetuação de *mitos epistemológicos*.

Aqui, encontramos propriamente as graves consequências científicas e educacionais provenientes das narrativas simplificadas. A postura científica demanda de todo aquele que se pretende cientista – independente da disciplina específica – que leve em consideração em suas concepções acerca de um dado assunto toda evidência acerca do mesmo que tenha sido obtida por procedimentos que se submetam minimamente aos ditames científicos. Isso não significa, de modo nenhum, que todo cientista tenha que aceitar de forma acrítica como verdadeira toda evidência que foi produzida cientificamente; inversamente, significa que, na medida em que há a produção de novas evidências acerca de uma área de estudo de interesse do cientista, este – para manter sua postura científica – *tem de* levar em consideração tais evidências, isto é, avaliá-las a fim de atingir uma conclusão acerca de sua procedência ou improcedência e, com isso, aceitá-las como válidas – o que demanda uma compatibilização com as evidências já aceitas pelo cientista – ou criticá-las como inválidas – o que demanda a apresentação de argumentos que atinjam os procedimentos utilizados para obter tais evidências ou a apresentação de novas evidências que vão contra às que se quer criticar. Nesse sentido, frente a novas evidências de interesse, o pretense cientista não pode, de modo algum, optar por simplesmente ignorá-las, sob pena de precisamente deixar de ser cientista.

Desse modo, no âmbito da história, quando surgem evidências contra uma dada narrativa histórica, a postura científica demanda que ou se abandone ou transforme tal narrativa, para que seja coerente com as novas evidências, ou se apresente argumentos contra as novas evidências, de modo a se instaurar um campo de debate. Contudo, o que se percebe nos campos da História da Psicologia e da História da Psiquiatria – principalmente no primeiro, nesse caso – é que, por mais que evidências atentem contra as narrativas que se valem na noção de “revolução”, tais narrativas continuam a ser reproduzidas *sem as devidas ressalvas ou críticas*

em relação às novas evidências que atentam contra ela. Desse modo, opta-se por conservar uma narrativa que – na medida em que está sob contestação e não apresentou contraposição – caracteriza-se como *mítica*, em vez de se sustentar o procedimento científico.

No que concerne às consequências educacionais, estas decorrem precisamente da utilização – sem ressalvas ou críticas – de narrativas *contestadas* para a formação de futuras gerações de cientistas e para a fundamentação de artigos científicos. Por um lado, utilizar-se de tais narrativas dessa maneira em âmbito de ensino é problemático pelo fato de tais serem apresentadas como verdades não-questionadas, transmitindo ao aluno uma narrativa consideravelmente *mítica* sem o dar instrumentos para uma crítica. Por outro lado, utilizar-se de tais narrativas dessa maneira em textos científicos contribui para o estabelecimento e difusão de tais mitos históricos, principalmente quando atingem leitores que não são especializados na história do campo, o que é muito comum.

Levando em consideração tais consequências danosas para o campo da Psicologia e da Psiquiatria, é evidente a importância de estudos críticos que busquem analisar tais narrativas revolucionárias. Nesse sentido, o *primeiro objetivo da presente dissertação* é analisar duas dessas narrativas *revolucionárias*: a primeira, a narrativa da “revolução behaviorista” na História da psicologia (capítulo 2); a segunda, a narrativa da “reforma psiquiátrica brasileira” na História da Psiquiatria (capítulo 3). O interesse desta empreitada é criticar de forma fundamentada a reprodução e perpetuação – dentro dos campos da História da Psicologia e da Psiquiatria – de *mitos* que não se sustentam perante uma pesquisa historiográfica mais detida.

Apesar do surgimento, nos últimos sessenta anos, de abordagens historiográficas da ciência que romperiam com a concepção de evolução ou de progresso dentro do campo da História das Ciências (FOUCAULT, 1961, 1962, 1963, 1966, 1973-74; LATOUR, 1996), ainda é uma narrativa muito comum nos campos da Psicologia e da Psiquiatria se referir à história destas como um processo de *evolução* ou de *progresso*.

No caso da história da Psicologia, um dos entendimentos mais frequentes se vale da narrativa de Thomas Kuhn (1962) acerca das *revoluções paradigmáticas* e reivindica que a história da Psicologia poderia ser resumida ao seguinte esquema geral (LEAHEY, 1992): um primeiro paradigma foi estabelecido em 1879 por Wilhelm Wundt com a criação do primeiro laboratório de psicologia experimental; com o passar do tempo os conflitos e os problemas não resolvidos (sendo o principal deles o do pensamento sem-imagem) se acumularam proporcionando um estado de crise do paradigma vigente; em seguida, percebendo este estado de incerteza no campo, John Watson teria instaurado uma *revolução* por meio da publicação, em 1913, seu famoso manifesto behaviorista “A Psicologia como o Behaviorista a vê” no qual

reivindicou que apenas métodos objetivos – isto é, que se valem da observação exterior – deveriam ser utilizados na pesquisa e, por conseguinte, que apenas o comportamento observável poderia ser estudado cientificamente pela Psicologia; entretanto, apesar do paradigma instaurado por Watson e seu behaviorismo metodológico, discussões acerca da consciência não foram apaziguadas, o que levou, enfim, a mais um estado de incerteza no campo, demandando um novo paradigma; por fim, resolvendo esta incerteza, teria se dado a *Revolução Cognitiva*, implantando a metáfora computacional como modelo para o entendimento da mente humana e os métodos tecnológicos mais recentes para a investigação psicológica.

No caso da história da Psiquiatria no Brasil, a principal narrativa acerca das reformas psiquiátricas nacionais (AMARANTE, 1995), embora não se valha explicitamente da noção de *revolução*, apresenta os diferentes projetos de reforma segundo diferentes graus de radicalidade, indo do menos radical ao mais radical: as reformas menos radicais atingiriam apenas o interior dos asilos; as reformas um pouco mais radicais atingiriam o exterior do asilo; as reformas efetivamente radicais romperiam com o próprio saber psiquiátrico moderno. Utilizando-se dessa distinção, tal narrativa apresentará como momentos de *progresso* precisamente aqueles em que tendências reformistas mais radicais ganham espaço – sendo o suprassumo o rompimento com o saber psiquiátrico moderno – e como *regresso* precisamente aqueles em que tendências reformistas menos radicais ganham espaço.

Para analisar de forma crítica tais narrativas que se valem de noções como *evolução*, *progresso*, *revolução*, *reforma*, *ruptura*, etc., recorrer-se-á à noção de *whig history*, pois defender-se-á nesta dissertação que várias das características que compõem a versão original desta noção são reencontradas nas narrativas da História da Psicologia e da História da Psiquiatria que serão analisadas.

* * *

O que é *whig history*? *Whig history* – “história whig”, em português – foi um termo utilizado originalmente pelo historiador – principalmente, historiador político e da religião, mas também com uma incursão pela História das Ciências – Herbert Butterfield em seu livro *The Whig Interpretation of History* [A Interpretação Whig da História] (1965 [1931]). No que diz respeito aos termos utilizados, a noção de *whig history* cunhada por Butterfield se trata apenas de uma justaposição de palavras já existentes: por um lado, *history*, termo já em voga para qualificar discursos que tratam sobre eventos passados; por outro lado, *whig*, termo que é próprio do contexto político inglês da época de Butterfield, utilizado para se referir ao partido político liberal chamado precisamente de *Whig Party* (“Partido Whig”) ou de *Whigs*, composto

principalmente por protestantes, o qual se contrapunha ao partido político conservador, composto pelos *Tories* (de *Conservatories*, “conservadores”), estes últimos católicos em sua maioria.

Contudo, juntando estes dois termos já existentes – “história” e *whig* – Butterfield se propõe a uma empreitada efetivamente original, qual seja, analisar criticamente as narrativas históricas realizadas pelos *Whigs* – isto é, pelos liberais e protestantes da época – buscando identificar os traços que as caracterizam, assim como os problemas nelas envolvidos. Nesse sentido, portanto, *whig history* significa exatamente o que seus termos em conjunto significam: *whig history* é a História tal como feita pelos *Whigs*; e a “interpretação whig da história” – título da obra – é a interpretação dada pelos *Whigs* à História.¹

A principal característica identificada por Butterfield nessas narrativas políticas-liberais e religiosas-protestantes seria a de apresentarem uma interpretação da História que se dá em termos de *progresso linear*. Tomando a política liberal e a religião protestante da época como ponto culminante da História até então, os *Whigs* veriam no passado precursores e “raízes” do que posteriormente veio a acontecer. Um dos principais exemplos onde tal característica poderia ser observada seria na interpretação *whig* que toma Martinho Lutero (1483-1546), um dos principais críticos do catolicismo no século XVI, como precursor das liberdades modernas – em especial, a liberdade religiosa – estabelecidas posteriormente principalmente com o iluminismo europeu dos séculos XVII e XVIII. Entretanto, apesar do ponto focal e principal ser a questão do progresso linear, várias outras características comporiam, segundo Butterfield, tais narrativas: interpretação do passado a partir de critérios presentes; abreviamentos na composição da narrativa que resultam em simplificações; visão generalista; argumentação circular; busca por semelhanças e analogias; busca por origens e causas; exclusão das mediações proporcionadas pelo contexto histórico; centralização da transformação histórica em um ou poucos atores; separação entre amigos e inimigos do progresso; narrativa marcada por grandes divisores de águas; efetivação de julgamentos morais sobre ações ou atores do passado; a escrita da história com finalidade de instrução moral; etc.

É importante destacar que, em tal obra, Butterfield analisa exclusivamente narrativas do âmbito da *história da religião* e da *história política*, de modo que - como muito bem observa

¹ Entretanto, um outro sentido de *whig history* parece ser proposto por Butterfield em seu livro, na medida em que se utiliza do mesmo termo para qualificar outras narrativas, que não foram escritas por integrantes do partido *Whig*; exemplo disso é o fato de Butterfield utilizar o termo para qualificar a história que pensadores do Renascimento e do Iluminismo europeus escreveram acerca da Idade Média, como se essa tivesse sido uma “Idade das Trevas”. Nesse sentido mais amplo, portanto, *whig history* parece envolver todas as narrativas que possuem os traços característicos e se valem dos procedimentos presentes na história feita pelos *Whigs*.

Jardine (2003) – não trata, em nenhum momento, de narrativas do âmbito da *história das ciências*, isto é, não há apontamentos ou comprometimento do autor acerca da existência ou inexistência de revoluções bem-sucedidas ou progresso no campo das ciências.²

Fato é, entretanto, que, curiosamente, após, ao menos, três décadas desde sua invenção³, o termo *whig history* – a princípio, tão bem delimitado em seu campo de utilização inicial – foi apropriado pelo campo da História das Ciências, sendo amplamente influente e desencadeando, a partir dos anos 1960, discussões envolvendo as relações entre *whig history* e História das Ciências. Tais discussões serão profusas nas décadas de 1970 e 1980, nas quais muitos historiadores das ciências (STOCKING, 1965; HALL, 1969; BRUSH, 1974; HULL, 1979; RUSSEL, 1984; HARRISON, 1987; BOWLER, 1987; MCCLUSKEY, 1987; MAYR, 1990; BALTAS, 1993) passaram a discutir tal relação.

Nesse contexto, é possível identificar, de um lado, autores que se utilizam do termo *whig history* para qualificar – em forma de um ataque e deslegitimação – certas narrativas, de forma negativa e pejorativa, como *anacrônicas* e como *pressupondo a existência de progresso*; e, de outro lado, autores que, tendo sido alvo dessa qualificação ou sendo simpatizantes da perspectiva qualificada como *whig*, se defenderam de tais ataques e buscaram legitimar de algum modo o que estava sendo qualificado no campo como *whig history*. Estes últimos, portanto, perguntar-se-ão se um certo nível de *whigism* não seria inerente à história das ciências – isto é, se, ao se fazer história das ciências, não seria impossível escapar da utilização da noção de progresso em algum nível ou em algum sentido; e responderão à questão positivamente, postulando a possibilidade de um uso ou legítimo ou inescapável de uma interpretação whig (BRUSH, 1974; HULL, 1979) Afinal, “o que *um cientista* está mais interessado em, quando faz *estudos históricos*, é iluminar ou reconstruir o caminho das ideias da ciência atualmente prevalentes” (MAYR, 1990; grifos meus). Mais ainda, alguns dos defensores de tal tipo de narrativa histórica defenderão que a utilização de uma narrativa *whig* se justificaria por seu caráter “pedagógico”, pois possibilitaria montar, para os aprendizes da ciência em questão, um quadro histórico abrangente que contém apenas as informações importantes, isto é, as

² A questão da noção de “progresso” na obra de Butterfield se complexifica, entretanto, pelo fato de, em seu livro posterior *The Origins of Modern Science, 1300-1800* [As Origens da Ciência Moderna, 1300-1800] (BUTTERFIELD, 1958), o próprio Butterfield falar de progresso nas ciências, o que, a princípio, dá a entender que o mesmo não considera que sua crítica do uso da noção de “progresso” pelos *Whigs* implique em uma inexistência de progresso em todos os âmbitos, ou, pelo menos, no âmbito científico. A questão de em que medida Butterfield adere ou rechaça a noção de “progresso” *per se* – embora não venha a ser desenvolvida na presente dissertação – é uma questão em disputa na literatura especializada (cf. JARDINE, 2003)

³ O termo *whig history* teria sido utilizado pela primeira vez em discussões no campo da História das Ciências no ano de 1961 (JARDINE, 2003, p. 126), portanto, exatamente trinta anos após a primeira versão de *The Whig Interpretation of History*.

informações que são de relevância para a atualidade ou que, em última instância, tiveram alguma relação com estas. Assim, foi por meio dessa disputa, que implicou o uso do termo *whig history* tanto pelos críticos quanto pelos defensores da mesma, que tal termo teria se estabelecido no campo da História das Ciências.

Contudo, tal apropriação posterior do termo por parte dos historiadores das ciências parece ter implicado em transformações importantes no significado do termo quando comparado com o de sua versão original, transformações que tornariam o termo mais simples e amplo do que originalmente proposto por Butterfield. Nesse processo, diversos traços constituintes do conceito na versão de Butterfield perdem protagonismo, de modo que o termo *whig history* passa a ser utilizado para qualificar, de forma geral, toda e qualquer narrativa que assume o presente como ponto de culminação da história e lê todo o passado como um processo de progressiva aproximação ao estado de coisas presente. Assim, apesar de o termo ter ganho grande protagonismo a ponto de servir como ponto principal de uma considerável controvérsia no campo da História das Ciências, sua apropriação parece ter efetivamente sido realizada abrindo-se mão de grande parte dos traços característicos inicialmente propostos por Butterfield. Mais que isso, o termo parece ter ganho autonomia, no sentido de que o mesmo passa a ser utilizado nas discussões em história das ciências sem se considerar o termo original em toda a sua complexidade, ocorrendo de o termo ser utilizado por historiadores da ciência sem fazer referência à obra de Butterfield ou, quando fazem, de forma superficial. Em última instância, seria, mesmo, amplamente questionável se os autores que dele se utilizavam haviam sequer lido a obra original no qual o mesmo foi proposto: “Esse uso é agora tão difundido que muitos que utilizam os termos ‘whig history’ ou ‘whiggish history’ nunca leram A interpretação whig [da história], e alguns deles nunca ouviram falar desse livro” (WILSON; ASHPLANT, 1988, p. 3).

Desse modo, na medida em que, com a apropriação do termo pelo campo da História das Ciências, o mesmo parece ter se autonomizado, perdendo boa parte de seus traços característicos – embora mantendo, em alguma medida, o sentido fundamental do original –, é justificado questionar se não se trata de dois conceitos distintos, sendo um o desenvolvido por Butterfield em 1931 e o outro o que começou a ser utilizado pelos historiadores da ciência três décadas depois. Nesse sentido, o *segundo objetivo da presente dissertação* é – enquanto pré-requisito para a efetuação do primeiro objetivo – recuperar os traços característicos da versão original do termo *whig history*, a fim de possibilitar uma análise mais detalhada e fina das narrativas do âmbito da História da Psicologia e da História da Psiquiatria.

A presente dissertação é de cunho principalmente – mas não exclusivamente – *historiográfico*, o que significa que sua matéria prima de trabalho são as *narrativas* elaboradas acerca dos acontecimentos passados, e não tanto os acontecimentos passados e os documentos que os atestam. Nesse sentido, as questões que perpassam esta dissertação dizem respeito ao *modo* pelo qual as narrativas são construídas, sendo de principal interesse a avaliação das consequências de se optar por um dado *modo de narrativa* em vez de outro.

No primeiro capítulo, faz-se uma apresentação detalhada da obra *The Whig Interpretation of History*. Não se buscou aqui ponderar em que medida a apresentação de Butterfield representa fielmente as narrativas históricas dos integrantes do partido liberal de sua época; tal é uma questão de âmbito *histórico*, de modo que jaz fora do âmbito da presente dissertação. Os *objetivos* dessa recuperação da obra de Butterfield são principalmente: apresentar o conjunto de traços característicos que compõem o que o autor qualifica como “a interpretação whig da história”; apresentar as consequências negativas que Butterfield identifica em tal interpretação da história; e apresentar as soluções propostas por Butterfield para tais consequências. A relevância e originalidade de tal capítulo reside no fato de propiciar pela primeira vez em língua portuguesa uma análise detalhada de tal obra de Butterfield, abrindo espaço para um aprofundamento da noção de *whig history* e das discussões historiográficas que a concernem. A busca por literatura especializada sobre o assunto evidenciou uma quantidade reduzida de produções *em português* acerca do mesmo: a literatura geralmente se restringe a trabalhar o problema da *história whig* em poucas páginas (MARTINS, 2001; MARTINS, 2005; VIDEIRA, 2007; PRESTES, 2010; MARTINS, 2010; NETO; BORTOLAI, 2016), às vezes sem nem mesmo citar Butterfield (FIERRO, 2015; este último artigo escrito em espanhol, mas publicado em revista brasileira).

No segundo capítulo, analisa-se a narrativa – presente e famosa na História da Psicologia – de que teria havido uma *revolução* na psicologia estadunidense por ocasião da publicação, em 1913, do texto *Psychology as the Behaviorist views it* [A Psicologia como o Behaviorista a vê], de autoria do psicólogo John Watson. A questão em jogo é primariamente *historiográfica*, na medida em que o *objetivo* é identificar os procedimentos historiográficos necessários para a formulação de uma narrativa em termos de revolução, assim como ponderar suas consequências. Contudo, este capítulo se diferencia dos outros dois pelo fato possuir também – porém secundariamente – um caráter histórico no sentido próprio, na medida em que apresenta e discute documentos – e, baseado nestes, argumentos – que vão contra tal narrativa em termos de revolução. Os documentos tratados mais detidamente neste capítulo serão, primeiramente, o próprio texto de Watson, considerado “revolucionário”, e, em seguida, a mais direta e forte

resposta da própria época a tal texto, qual seja, o artigo *On 'Psychology as the Behaviorist views it'* [Sobre 'A Psicologia como o Behaviorista a vê'] (1914b), de autoria do psicólogo Edward Bradford Titchener. A relevância e originalidade de tal capítulo reside no fato de introduzir pela primeira vez em língua portuguesa este que é um debate historiográfico e histórico, em certo nível e de certo modo, já clássico na literatura especializada estadunidense: a questão da existência ou inexistência de uma “revolução behaviorista” em 1913. Por um lado, nenhuma das duas dissertações de mestrado (FISCINA, 2008; MARCELLOS, 2012) nem a única tese de doutorado (MARCELLOS, 2015) em português que trata *historicamente* sobre Titchener aborda sua resposta a Watson; por outro lado, as dissertações (SILVA, 2015; SARAIVA, 2017) e os artigos (SARAIVA; CARVALHO NETO; ARAÚJO, 2016; CARVALHO NETO; ARAÚJO; SILVA, 2015; ARAÚJO; SARAIVA; NETO, 2019) publicados em português que tratam sobre a revolução behaviorista de 1913, por um lado, apresentam pesquisas bibliométricas originais que se propõem a contribuir com novos dados para o debate, mas, por outro, não apresentam detidamente os argumentos e as evidências já apresentados pela literatura secundária (principalmente, HARRELL; HARRISON, 1938; SAMELSON, 1981; LEAHEY, 1992; COSTALL, 2006), o que se pretendeu fazer na presente dissertação.

No terceiro capítulo, analisa-se a narrativa mais difundida e estabelecida em português acerca da “reforma psiquiátrica brasileira”, qual seja, a narrativa exposta no livro *Loucos pela Vida* (1995[1992]), publicado por Paulo Amarante, que se tornou um dos mais conhecidos ativistas de tal movimento. O *objetivo* do capítulo foi *estritamente historiográfico*: determinar os pressupostos que estruturam a narrativa do livro, assim como as consequências que os mesmos acarretam para a narrativa. A relevância e originalidade de tal capítulo reside no fato de constituir a primeira análise detida e detalhada desta obra, que – apesar de amplamente citada, embasando diversas outras narrativas – pouco foi avaliada em termos historiográficos.

Ao final do percurso, espera-se que o leitor tenha não apenas obtido certos conceitos que, enquanto ferramentas, possam o auxiliar na avaliação de narrativas históricas, mas também que o mesmo tenha, de certo modo e em certo grau, desenvolvido – ou aprimorado – um olhar crítico perante as narrativas históricas, de modo a portar-se diferentemente em relação às narrativas com as quais entrar em contato futuramente. Assim, mais que prover ao leitor um conjunto de ideias ou conceitos, esta dissertação foi desenvolvida com o intuito de desenvolver no leitor uma certa *postura crítica*, que se efetuará – espera-se – por meio da desconfiança, da atenção, da prudência e do cuidado quando da ocasião de se decidir pela adoção – e, mesmo reprodução – ou não de uma dada narrativa.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA WHIG EM HERBERT BUTTERFIELD

1.1. O SENTIDO ORIGINAL DE “WHIG HISTORY”

Em 1931, o historiador inglês Herbert Butterfield publica sua obra *The Whig Interpretation of History* [A Interpretação Whig da História], cujo objetivo principal é, a princípio, delimitar e criticar um certo modo de interpretação histórica que se encontrava em autores protestantes e liberais de sua época. A este tipo de interpretação, Butterfield dá o nome de “a interpretação *whig* da história”, definindo-a, inicialmente, como

a tendência em muitos historiadores de escrever do lado dos Protestantes e Whigs, de louvar revoluções contanto que elas tenham sido bem-sucedidas, de enfatizar certos princípios de progresso no passado e de produzir uma narrativa [*story*]⁴ que é a ratificação senão a glorificação do presente (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. v)

Segundo Butterfield, “essa versão whig do curso da história está associada com certos métodos de organização e inferência históricos – certas *falácias* às quais toda história é suscetível, a menos que seja *pesquisa histórica*” (*ibid.*, p. v grifos meus). Deste modo, para delimitar a “interpretação *whig* da história”, será necessário não apenas atentar para a narrativa final que ela apresenta, mas principalmente para os métodos – sofisticados – utilizados por ela e que possibilitam-na chegar a tais resultados convincentes, porém falsos – ou seja, falaciosos.

A investigação acerca desses procedimentos metodológicos – e, portanto, das falácias – levanta certas questões que dizem respeito: 1) à diferença entre *pesquisa histórica* e *história geral*; 2) à natureza da *transição histórica* e do *processo histórico*; 3) aos *limites da história* (o que inclui sua relação com a *valoração*); 4) e à *arte (ou ofício) do historiador*. É apenas por meio da discussão dessas questões que se torna possível definir a “interpretação Whig da história” e, por conseguinte, criticá-la, propondo de forma *positiva*⁵ um método histórico que minimize ao máximo a ocorrência das falácias propiciadas pela interpretação *whig*.

1.1.1. História Geral versus Pesquisa Histórica

Uma das principais características da “interpretação *whig* da história” é a sua postura frente ao passado. “O historiador whig jaz no cume do século XX e organiza seu esquema da história a partir do ponto de vista de sua própria época; e ele é um homem sutil [*subtle*] difícil

⁴ Butterfield faz recorrente uso dos termos *story* e *history*. Para fins de tradução, traduziu-se, em todos os casos, *story* por “narrativa” e *history* por “história”.

⁵ Neste ponto, me distancio da posição de Hall (1983) e Wilson e Ashplant (1988) segundo a qual o livro de Butterfield se limitaria apenas a uma empreitada *negativa*, que buscaria meramente expor o modo pelo qual *não* se deve proceder.

de derrubar do topo de sua montanha, onde ele pode se fortificar com argumentos plausíveis” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 13). Encarando o seu presente como o ponto de culminância da História, o historiador *whig* “organiza seu esquema da história a partir do ponto de vista de sua própria época” no sentido de impor ao passado certas distinções, seleções e exclusões que só fazem sentido para quem olha para o passado estando no presente atual, ou seja, para quem já sabe os resultados da História, para quem já sabe quem foram os vencedores e vencidos das batalhas, sejam essas físicas, intelectuais ou morais.

Implicada nessa postura perante ao passado – e possibilitando-a – se encontra um procedimento de *justaposição* do presente e do passado, justaposição que deve ser entendida da forma mais concreta possível, como o *colocar junto* o passado e o presente. Tal *justaposição* nada mais é do que uma consequência do procedimento, realizado pelo historiador *whig*, de, ao olhar para o passado, manter o presente em mente, em vez de suspendê-lo: fazendo isso, o historiador está *a todo o momento* “com um olho, por assim dizer, no presente” (*ibid.*, p. 31) e o outro no passado, o que impossibilita qualquer consideração do passado sem *referência direta e perpétua ao presente*: tudo é já sempre visto por meio do prisma e dos critérios do presente.

É essa *referência direta e perpétua ao presente*, por sua vez, que possibilita com que o historiador imponha uma determinada organização ao passado, à qual o mesmo se prende sem ver nenhum problema nisso. A organização do passado é realizada por meio da adoção do presente como *critério* segundo o qual se faz a *seleção* e *exclusão* do que será ou não considerado para a constituição da história a ser contada acerca do passado. Desse modo, os próprios elementos do passado que poderão ser encontrados pela investigação documental já são previamente delimitados pelo historiador *whig* por conta dos critérios de seleção por ele adotados. Por meio da *referência direta e perpétua ao presente*, o historiador *whig* é capaz de costurar atalhos que cortam os caminhos complexos da história: em sua investigação acerca do passado, ele não precisa atentar para tudo e qualquer coisa que se apresente a ele por meio dos documentos, mas apenas para aquilo que tenha referência direta para com o presente. A complexidade da história é recortada já desde o princípio, de modo que certos elementos do passado já são valorados como desimportantes ou desinteressantes – e outros como importante e interessantes – antes de se investigar as relações complexas que constituem o passado. Esse é, portanto, o *princípio de seleção* ou *de exclusão* que baseia e constitui a interpretação *whig* da história: “De acordo com a consistência com a qual nós nos aplicamos ao princípio de referência direta ao presente, nós somos conduzidos [*driven*] àquela versão da história que é chamada a interpretação *whig*” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 26).

O próprio procedimento de justaposição – com sua referência direta e perpétua ao presente e seus critérios de seleção e exclusão – é responsável por uma deformação das relações entre passado e presente consequente do próprio fato de tornarem suas relações mais simples e as inferências mais fáceis:

essa justaposição imediata do passado e presente, embora ela torne tudo fácil e torne algumas inferências perigosamente óbvias, está condenada a [*is bound to*] conduzir a uma super-simplificação [*over-simplification*] das relações entre eventos e a uma completa má-apreensão das relações entre passado e presente (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 14).

É precisamente aqui que se encontra um dos pontos principais para Butterfield, o do *abreviamento* [*abridgment*] da história: “toda história deve tender a se tornar mais whig na proporção em que ela se torna mais abreviada” (*ibid.*, p. 7). O abreviamento consiste precisamente em deixar de fora parte da história, em omitir parte dos fatos: “O método whig de abordagem está proxivamente conectado com a questão do abreviamento da história; pois ambos o método e o tipo de história que resultam dele seriam impossíveis se os fatos fossem contados em toda a sua completude” (*ibid.*, 24). Nesse sentido, o processo de abreviamento passa pela substituição da *visão microscópica*, que presta atenção aos detalhes das relações e busca retrair todos os elementos presentes nelas, por uma *visão de olho de pássaro*, visão panorâmica que, por olhar do alto, por sobrevoos, vê apenas os grandes movimentos e grandes transformações, desconsiderando os elementos menores, que não aparecem no quadro geral (*ibid.*, p. 15). A utilização de critérios de seleção e exclusão que possuem por base o presente provê ao historiador *whig* uma trilha segura por meio da qual ele consegue percorrer a complexidade do passado sem que ele seja confrontado com elementos demasiado estranhos em relação ao presente:

A teoria que está por trás da interpretação whig – a teoria de que nós estudamos o passado pelo bem do [*for the sake of*] presente – é uma que é realmente introduzida para o propósito de facilitar o abreviamento da história; e seu efeito é nos prover com uma regra de ouro [*rule of thumb*] pela qual nós podemos facilmente descobrir o que foi importante no passado pelo simples fato de que, por definição, nós queremos dizer o que é importante ‘a partir do nosso ponto de vista’ (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 24).

A interpretação *whig* da história opera um *abreviamento da história ilegítimo* pelo fato de se basear em um princípio de seleção implícito e arbitrariamente imposto anteriormente à investigação histórica, precisamente o princípio de seleção e exclusão que toma como critério o presente: “A história whig, em outras palavras, não é um abreviamento genuíno, pois ela está realmente baseada no que é um princípio de seleção implícito” (*ibid.*, p. 25). Nesse sentido, a grande questão não é tanto o abreviamento em si (cf. seção 1.1.4.2. *infra*) – isto é, o fato de

haver um abreviamento – mas sim o princípio implícito e arbitrário por meio do qual ele é realizado, que “nos compromete a uma certa organização do todo da narrativa histórica [*historical story*]” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 25).

Tomar o presente como critério de seleção, em última instância, opera como “uma escusa para deixar coisas de fora” (*ibid.*, p. 24), possibilitando ao historiador *whig* argumentar que “os eventos assumem suas devidas proporções quando observados através da duração do tempo” (*ibid.*, p. 13), que “os eventos devem ser julgados por seus efeitos derradeiros [*ultimate issues*], os quais, uma vez que nós não podemos retraça-los além, nós devemos ao menos persegui-los até o presente” (*ibid.*, p. 13) e, por fim, que “é apenas em relação ao século XX [século em que escreve o historiador] que um acontecimento ou outro no passado tem relevância ou significância para nós” (*ibid.*, p. 13). Afinal, como argumenta Butterfield, “é sobre longos períodos e em referência às maiores transições [...] que a visão *whig* se mantém de forma mais dura e por mais tempo” (*ibid.*, p. 6).

É por meio do emprego desse sistema composto por uma postura que toma o presente como ponto de culminância da história, uma justaposição entre passado e presente, um critério de seleção e de exclusão baseados no presente e um abreviamento da história ilegítimo que o historiador *whig* escreve a sua interpretação da História. E é apenas por meio desse sistema que ele, ao olhar para o passado, consegue ver: *semelhanças*, uma *causalidade linear* e uma *batalha entre amigos e inimigos do progresso*. O historiador *whig*, partindo dos procedimentos que o caracterizam, centra sua narrativa nas *semelhanças* entre os personagens e acontecimentos do passado e os do presente, possibilitando a construção de linhas de continuidade entre o passado e o presente, vendo certos personagens ou movimentos como prefiguradores do presente. Do mesmo modo, estabelece uma *causalidade linear* que determina que *apenas* estes personagens ou movimentos específicos semelhantes ao presente foram responsáveis por terem feito com que nosso presente tenha se tornado o que se tornou, e que propõe que devemos agradecer apenas aos vencedores do passado pelo atual estado de coisas (cf. seção 1.1.2. *infra*); com isso, em última instância, o único passado digno de ser descrito é aquele dos vencedores, uma vez que foram eles que, efetivamente, fizeram as coisas evoluírem. Por fim, o historiador *whig*, ao olhar para o passado, também encontra apenas *amigos ou inimigos do progresso*; desse modo, ele entende que *já no passado* alguns estavam lutando a favor e outros contra precisamente o atual estado de coisas, o que faz dos primeiros propiciadores – e, dos segundos, dificultadores - do progresso: “o historiador tende, em primeiro lugar, a adotar a visão *whig* ou protestante do assunto [*subject*] e, muito rapidamente, se ocupa em dividir o mundo em amigos e inimigos do progresso” (*ibid.*, p. 5); “por meio desse sistema de referência imediata aos dias-de-hoje

[*presente-day*], os personagens históricos podem facilmente e irresistivelmente ser classificados em os homens que promoveram [*furthered*] o progresso e os homens que tentaram impedi-lo [*hinder it*]” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 11). Estas são, portanto, as categorias por meio das quais o historiador *whig* interpreta a história: *semelhança, causalidade linear, postura frente ao progresso*.

Uma vez que se constitui o presente como critério de seleção e exclusão, o historiador é conduzido, pela própria organização que ele impõe à História, a identificar semelhanças e linhas de continuidade que conduzem desde o passado, objeto de sua investigação, até o presente, topo da montanha no qual o historiador *whig* se encontra e a partir do qual ele lança seu “olhar de olho de pássaro” sobre o passado. Entretanto, tais linhas de continuidade, precisamente por serem consequentes da organização estabelecida pelo historiador, não são parte dos acontecimentos históricos que poderiam ter sido por ele investigados a partir dos documentos, não são linhas de causalidade que, na História, fazem com que os acontecimentos se sucedam uns aos outros chegando, por fim, ao estado atual de coisas; em vez disso, “essa linha [de continuidade] é meramente um truque mental [*mental trick*] seu”, mas “ele [o historiador *whig*] vem a imaginar que ela representa algo como uma linha de causalidade” (*ibid.*, p. 12). Ao não atentar para isso, tais historiadores acabam por *impor* ao passado uma continuidade e uma causalidade linear que o passado não possui, e por tomar certos acontecimentos do passado como causas diretas do presente: “o historiador *whig* pode desenhar linhas atravessando [*through*] certos eventos, algumas tais linha como aquela que conduz através [*through*] de Martinho Lutero e uma longa sucessão de whigs até a liberdade moderna” (*ibid.*, p. 12).

Ao olhar para o passado com os olhos do presente, o historiador *whig* vê no passado apenas o que diz respeito ao presente e, com isso, é incapaz de observar os acontecimentos do passado no contexto do próprio passado e, por conseguinte, de “estudar o passado pelo bem [*for the sake of*] do passado” (*ibid.*, p. 16). Com isso, os personagens do passado são tomados como desempenhando ações que dizem respeito ao presente do historiador, como se alguns estivessem lutando a favor e outros contra *exatamente* o que veio a ser o presente do historiador – o que, em certos casos, se tomado em sentido estrito, chega mesmo a ser impossível, dado que, em certos casos, os personagens do passado não são nem capazes de conceber aquilo que os historiadores *whig* atribuem a eles como sendo o objetivo visado por suas ações. Assim procedendo, o historiador cai facilmente em uma *falsa analogia* e em uma falácia desencadeada por seus próprios procedimentos: se voltando ao passado com os olhos no presente, o historiador retira os acontecimentos do passado de seu contexto próprio e os aborda a partir dos

significados do presente; e, por fim, conclui que tal significado já estava dado naquele momento do passado, sem que tal conclusão seja embasada em uma *pesquisa histórica* detalhada. Aqui identifica-se mais um dos aspectos da falácia *whig*: “Ela é o resultado da prática de abstrair as coisas de seu contexto histórico e julgá-las separadas de seu contexto – estimando-as e organizando a narrativa histórica [*historical story*] por um sistema de referência direta ao presente” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 31).

Por meio desse método de retirar elementos do passado de seu contexto próprio, o historiador *whig* consegue impor à narrativa histórica uma certa organização pautada por um *progresso* que inevitável e harmoniosamente conduz ao presente:

O resultado total desse método é impor uma certa forma sobre toda a narrativa histórica [*historical story*] e produzir um esquema de *história geral* que está condenada a [*is bound to*] convergir maravilhosamente sobre o presente – tudo demonstrando através das eras os efeitos [*workings*] de um óbvio princípio do progresso (*ibid.*, p. 12; grifo meu).

Por meio dessa imposição, as conclusões às quais chega o historiador são decorrentes da própria organização imposta por ele à história; e, nesse ponto, a falácia está precisamente no fato do historiador *whig* imputar à História suas conclusões, como se fosse ela mesma quem estivesse falando. O historiador organiza a História *assumindo* que ela procede por uma evolução que tem como ponto de culminância o presente e, tendo pressuposto isso, conclui por inferências (falaciosas) que a História mostra, por ela mesma, que certos elementos específicos do passado, ao evoluírem com o tempo, conduzem ao presente. As inferências são feitas a partir da própria organização estruturada pelo historiador, e não a partir dos documentos que registram os acontecimentos da História, de modo que as conclusões às quais o historiador *whig* chega acabam por depender apenas da organização estabelecida por ele, restando as fontes históricas como mero conteúdo que vem preencher uma forma já prefigurada sem poder alterá-la de modo algum. Em última instância, o historiador *whig* só encontra na história o que ele próprio coloca nela por meio da organização que ele impõe à História; e, o que é pior, ele reivindica que as conclusões às quais chega são “a voz da história”, isto é, do passado tal qual se consegue retrair nas fontes históricas: “a coisa mais falaciosa do mundo é organizar nosso conhecimento histórico sobre uma assunção sem se dar conta do que nós estamos fazendo e, então, fazer inferências [a partir] dessa organização e reivindicar que essas são a voz da história” (*ibid.*, pp. 23-24).

Dessa forma, o historiador *whig* acaba por cair em um dos maiores problemas relacionados com o *abreviamento* da história: ao “deixar coisas de fora”, o historiador

argumenta em círculos – uma vez que suas conclusões já estão implícitas em suas premissas – e imputa à História lições que ela nunca ensinou:

O perigo em qualquer resumo [*survey*] do passado é que nós argumentemos em círculo e imputemos lições à história que a história nunca ensinou e que a pesquisa histórica nunca descobriu – lições que são realmente inferências a partir da organização particular que nós demos a nosso conhecimento (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 22)

Se nós olhamos para coisas no curso da história apenas porque nós já os encontramos no mundo de hoje em dia, se nós tomamos [*seize upon*] essas coisas do século XVI que são as mais análogas com o que nós conhecemos no século XX, o resultado [*upshot*] de toda nossa história é apenas nos mandar de volta finalmente para o lugar onde nós começamos, e ratificar quaisquer concepções que nós tínhamos originalmente no que concerne à nossa própria época [*our own times*] (*ibid.*, p. 62)

A história é folclore sutil [*subtle lore*] e ela pode nos prender no argumento em círculo mais longo que se pode imaginar (*ibid.*, p. 27)

O próprio procedimento de considerar na escrita da história apenas os elementos do passado que possuem referência perpétua e direta para com o presente já condena inevitavelmente o historiador *whig* ao círculo vicioso de concluir o que já se pressupunha: “Dado esse viés original nós podemos seguir um procedimento técnico que é obrigado a [*is bound to*] confirmar e nos aprisionar nele” (*ibid.*, p. 27). A atitude de “olhar para o passado com um olho no presente” já delimita de antemão que só importa nas fontes o que é semelhante ao presente; com isso, tudo o que o historiador por ventura venha a encontrar nas fontes de *estranho* ou *diferente* é imediatamente excluído como desinteressante ou desnecessário para a narrativa. Dessa forma, com as fontes recortadas e selecionadas por um *princípio de seleção* que tem por ponto de referência o presente, se torna impossível ser conduzido a conclusões diferentes das que mostram *semelhança*, *continuidade*, *causalidade simples*, *progresso* entre passado e presente. O próprio princípio de seleção metodológico já delimita as conclusões às quais se pode chegar, de modo que o trabalho documental com os arquivos e fontes históricos é tido como útil apenas na medida em que se mantém nos limites da referência direta e perpétua para com o presente:

[...] a tese [*whig*] ela mesma é uma que tem o efeito de parar a inquirição; como oposta à visão de que nós estudamos o passado pelo bem do passado [*for the sake of the past*], ela é, ela mesma, um argumento para a limitação de nossos objetivos [*aims*] e nossas pesquisas; ela é a teoria de que a história é bem útil contanto que nós a tomemos com moderação; e ela pode ser transformada em uma apologia para qualquer coisa que não está de acordo com [*tally with*] a pesquisa histórica (*ibid.*, p. 32).

Segundo Butterfield, esse modo *whig* de se interpretar a história é uma “tendência de toda história” (*ibid.*, p. 6), isto é, uma tendência à qual qualquer narrativa histórica está sujeita.

Uma tendência que não é “um problema na filosofia da história, mas, em vez disso, [...] um aspecto da psicologia dos historiadores” (*ibid.*, p. vi): “algo na constituição deles [dos historiadores] ainda os faz se inclinar para o que pode ser chamado a interpretação whig da história” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 4). Tendência psicológica que é exposta por Butterfield metaforicamente como um ímã mental: “Há um ímã para sempre atraindo em [pulling at] nossas mentes, a menos que nós tenhamos achado o modo de agir contra ele [counteract it]” (*ibid.*, p. 7).

A resposta encontrada por Butterfield para contrapor tal tendência psicológica à qual todo o historiador está sujeito e que, em última instância, não pode ser suprimida completamente é o que ele chamou de *historical research* [pesquisa histórica]. A *pesquisa histórica* se refere precisamente ao trabalho investigativo especializado do historiador sobre as fontes materiais de forma detalhada⁶, ou seja, diz respeito ao momento do trabalho do historiador que precede a formação de uma narrativa e, portanto, precede o processo de abreviação. Enquanto o historiador está empreendendo uma pesquisa histórica, ele se encontra em meio a fontes materiais que o colocam em contato com o passado; com isso, por mais que tenha aceitado certos pressupostos *whig* verbalmente, ele acaba por imergir no passado, se interessar por ele em seus próprios termos e, mesmo, se ocupar com “inutilidades” ou curiosidades as mais diversas (*ibid.*, p. 15). Nesse sentido, a *pesquisa histórica* implica uma postura completamente diferente – e, em grande parte, oposta – em relação à postura do historiador enquanto realiza a abreviação da história e a redação da narrativa histórica. É precisamente essa diferença de postura que possibilita à *pesquisa histórica* chegar a conclusões fundamentadas que, em muitos casos, contrariam e corrigem os resultados obtidos pelas histórias gerais dos historiadores *whig*: “o resultado da pesquisa histórica detalhada tem sido corrigir muito materialmente o que havia sido uma interpretação protestante ou whig aceita” (*ibid.*, p. 5).

Para Butterfield, “o objetivo chefe do historiador é a elucidação das dessemelhanças entre o passado e o presente e sua função chefe é agir desse modo como um mediador entre outras gerações e a nossa própria” (*ibid.*, p. 10; seção 1.1.2. *infra*). Desse modo, por um lado, em contraposição ao historiador *whig*, que, utilizando o presente como critério de seleção, busca

⁶ É provável que, por se tratar de uma atividade tão básica e constitutiva do ofício do historiador, Butterfield tenha considerado desnecessário e, até mesmo, tautológico definir textualmente o que seria a *pesquisa histórica*. Desse modo, durante todo o texto – principalmente nos dois primeiros capítulos –, Butterfield utiliza o termo “pesquisa histórica” pressupondo que o leitor sabe a o que tipo de procedimento ele está se referindo.

as *semelhanças* no passado, o historiador genuíno⁷ busca as *dessemelhanças*: “as coisas que são mais alheias [*alien*] a nós mesmos são o próprio objeto de sua exposição” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 18); “é melhor assumir a dessemelhança em primeiro lugar e deixar qualquer semelhança que apareça subsequentemente tomar suas próprias proporções em seu próprio contexto” (*ibid.*, p. 38). Por outro lado, em vez de *reduzir* o passado a o que já é conhecido no presente como faz o historiador *whig*, o historiador genuíno se coloca como *mediador* entre passado e presente. O historiador genuíno empreende essa função de mediação ao tornar uma coisa inteligível sem retirá-la de seu contexto natural e sem reduzi-la a algo do presente; ele preserva sua dessemelhança ao mantê-la em seu contexto original, mas a torna, em algum nível, inteligível ao relacioná-las com outras coisas que são inteligíveis para os habitantes do presente:

Em vez de ser movido por indignação por algo no passado que, de primeira, parece alheio [*alien*] e talvez até perverso [*wicked*] para nossa própria época [*day*], em vez de deixar isso na escuridão externa, ele faz o esforço de trazer essa coisa para o contexto onde ela é natural, e ele elucida a matéria [*matter*] ao mostrar sua relação com outras coisas que nós sim entendemos (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 17).

Nesse sentido, outro ponto que contrapõe o historiador genuíno ao historiador *whig* é que, enquanto este último, com seu olhar de olho de pássaro, estabelece facilmente linhas de continuidade e analogias entre o passado e o presente, aquele, pelo contrário, é um *destruidor de analogias*: “é seu trabalho destruir aquelas próprias analogias que nós imaginamos existir” (*ibid.*, p. 10). Remetendo as coisas do passado ao seu contexto próprio, o historiador genuíno nos “desilude” (*ibid.* p. 10), mostrando que o passado é muito mais diferente, peculiar e estranho do que nós concebemos quando nos deixemos levar pelo imã psicológico que age em nossas mentes. Por meio dessa prática de recondução das coisas a seus contextos próprios, o historiador genuíno se contrapõe ao historiador *whig* na medida em que “estuda o passado pelo bem do passado”:

ele vai para os seus trabalhos consciente do fato de que ele está tentando entender o passado pelo bem do passado [*for the sake of the past*], e, embora seja verdade que ele nunca pode abstrair inteiramente a si mesmo de sua própria era, é, mesmo assim, certo que essa consciência de seu propósito é uma muito diferente daquela do historiador *whig*, que conta a si mesmo que ele está estudando o passado pelo bem do presente [*for the sake of the present*] (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 16)

⁷ Em seu livro, Butterfield (1965[1931]) utiliza o qualificativo *whig* para se referir aos historiadores cuja interpretação da história ele critica, porém não utiliza nenhum qualificativo para se referir ao historiador ideal que ele projeta ao versar sobre como *deve* agir o historiador para que seus resultados sejam válidos. Optei por adotar “genuíno” para qualificar tal historiador ideal projetado por Butterfield, pois o adjetivo *genuine* é utilizado pelo autor para expressar a ideia de “legitimidade” tanto na questão do abreviamento (*ibid.*, p. 25), quanto na dos estudos históricos (*ibid.*, p. 99).

Na medida em que o historiador *whig* impõe seus esquemas sobre o passado e encontra neste apenas o que ele próprio, de início, já delimitou como possível de ser encontrado, Butterfield se recusa a reconhecer que o historiador *whig* proporcione algum tipo de entendimento histórico: “Entendimento histórico real não é atingido pela subordinação do passado ao presente, mas, em vez disso, pelo nosso [movimento de] fazer o passado nosso presente e tentar ver a vida com os olhos de outro século do que os do nosso próprio” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 16). Pelo fato do historiador *whig* assumir o presente como o momento absoluto para o qual qualquer momento do passado é tido como relativo, qualquer entendimento histórico próprio fica, por princípio, impossibilitado. É apenas ao considerar um dado passado por meio dos critérios deste próprio passado que algum nível de entendimento histórico se torna possível:

ele é apenas alcançado ao se aceitar completamente o fato de que a geração deles [do passado] era tão válida quanto a nossa geração [do presente], suas questões tão importantes [*momentous*] quanto nossas questões e sua época [*day*] tão completa e vital para eles quanto nossa época [*day*] é para nós (*ibid.*, pp. 16-17).

Relacionado à questão da possibilidade de entendimento histórico, um outro ponto que distingue o historiador genuíno do historiador *whig* são as perguntas colocadas, por cada um deles, ao passado. O historiador *whig*, olhando para o passado com os olhos do presente, direciona, ao passado, questões do presente, questões que, por princípio, o passado não pode responder por si, na medida em que, justamente, são questões que não dizem respeito àquele contexto e muito menos foram formuladas naquele contexto. Nesse sentido, ao se dirigir a pergunta “Como emergiu a liberdade religiosa?” ou “A quem nós devemos ser gratos por nossa liberdade religiosa?” (*ibid.*, p. 18) ao contexto das reivindicações protestantes do século XVI, dirige-se a este contexto uma pergunta que este contexto, por si, não é capaz de responder, na medida em que não era propriamente a liberdade religiosa moderna – aquela que será defendida pelos iluministas – que estava em questão, mas sim a reivindicação de livre interpretação da Bíblia, isto é, do livro cristão. Assim, se se consegue responder a tal pergunta, não é do passado que vem a resposta, mas sim da linha de continuidade e causalidade já pressuposta pelo historiador *whig* no momento em que colocou a pergunta, linha que já havia inserido os protestantes do século XVI como precursores e antecipadores das liberdades modernas.

O historiador genuíno, ao contrário, coloca, para o passado, as questões que dizem respeito ao próprio contexto histórico que ele investiga. Se se trata dos protestantes do século XVI, uma das perguntas justas de se fazer a esse contexto é: “por que pessoas [*men*] naquela época [*those days*] foram tão perseguidas[?]” (*ibid.*, p. 18). Esta pergunta pode, efetivamente,

ser respondida pelo contexto histórico investigado, na medida em que basta se direcionar aos documentos religiosos dessa época para encontrar quais acusações são direcionadas aos protestantes e por que alguns deles foram parar na fogueira. Em outras palavras, sendo a perseguição religiosa um evento próprio do contexto da época, esta época pode responder legitimamente às questões que podem ser feitas acerca desse evento. Assim, a pergunta do historiador genuíno é caracterizada por uma *imanência* em relação ao passado que possibilita a ela ser respondida pelo próprio passado e, por consequência, possibilita com que o historiador não precise extrapolar o ofício que lhe é próprio, isto é, a *pesquisa histórica*: “Essa é, em um sentido especial, a questão do historiador, pois ela é uma questão sobre o passado em vez de sobre o presente, e, ao respondê-la, o historiador está sobre seu próprio solo [*ground*] e está fazendo o tipo de contribuição que ele é mais adequado a fazer” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 18).

1.1.2. Transição Histórica e Processo Histórico

Entretanto, em geral, os historiadores não buscam apenas discorrer acerca de acontecimentos individuais do passado; além disso, eles buscam discorrer também acerca das *modificações e transições* que ocorrem em um dado período de tempo. Mais ainda, nessa empreitada, os historiadores buscam “elaborar o modo pelo qual as transições são feitas, e examinar o modo pelo qual as coisas acontecem nesse mundo” (*ibid.*, p. 19), ingressando, portanto, no mundo das *causas*. Nisso que diz respeito ao entendimento de como se dá a *mudança* e a *transição* na história, assim como qual ou quais seriam suas *causas*, Butterfield entende que há, mais uma vez, uma diferença entre o historiador *whig* e o historiador genuíno.

Segundo Butterfield, ao analisarmos as *pesquisas históricas*, constatamos que a totalidade do presente, isto é, todas as relações – de todos os âmbitos – que caracterizam o mundo atual são resultantes do absurdamente complexo e intrincado conjunto de relações e acontecimentos que se deram em todo o passado até se chegar ao estado atual de coisas: “não é nada menos que o todo do passado, com sua complexidade de movimento, seu entrelaçamento de questões [*entanglement of issues*] e suas interações intrincadas, que produziu o todo do presente complexo” (*ibid.*, p. 19). Não apenas o todo do passado é responsável pelo todo do presente, mas o ponto principal é levar em consideração a *complexidade*, o *entrelaçamento* e as *interações intrincadas* que caracterizam a ambos.

Tal concepção da *complexidade*, tal como defendida por Butterfield a partir das *pesquisas históricas*, entende que nada acontece isoladamente: nenhum acontecimento ocorre independente do *todo* – entendido como a totalidade das relações de todas as ordens –

concomitante a tal acontecimento. Mais ainda, um dado acontecimento é *sempre* condicionado pelo conjunto das relações nas quais ele está imerso: se as relações, em qualquer nível, fossem outras, o acontecimento também seria outro e, portanto, o presente resultante também seria outro. Nesse sentido, uma vez que as relações são *plenamente* intrincadas, todo elemento participante das relações é necessariamente, em algum nível, condicionante dos acontecimentos que se dão a partir dessas. “Qualquer ação que qualquer homem tenha em algum momento tomado é parte de todo esse conjunto de circunstâncias que, em um dado momento, condiciona toda a massa de coisas que acontecerão em seguida [*that are to happen next*]” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 20).

Sendo assim, o entendimento *exaustivo* de algum elemento singular dessas relações não pode se dar sem considerar *todos* os elementos que compõem tal relação. Por sua vez, os elementos que compõem as relações são, em última instância – pelo fato das relações serem *plenamente* intrincadas – *todos* os elementos existentes no preciso momento em que o elemento a ser entendido se encontrava. Em outras palavras: sendo as relações *plenamente* intrincadas, *todos* os elementos existentes em um dado momento se condicionam mutuamente, de modo que, para entender *exaustivamente* um dos elementos inseridos nessa rede entrelaçada, é necessário retrair todas as relações presentes entre todos os elementos presentes naquele momento. “Entender aquela ação é recuperar os *mil* fios que a conectam com outras coisas, estabelecê-la em um sistema de relações; em outras palavras, colocá-la em seu contexto histórico” (*ibid.*, p. 20; itálico meu).

Dado que todo acontecimento está sempre inserido em um “contexto histórico” – isto é, em um sistema de relações no qual todos os elementos existentes em dado momento condicionam o que pode vir em seguida – é praticamente impossível delimitar qual a contribuição que um certo elemento singular, por si, teve no desenrolar dos acontecimentos posteriores. Uma vez que um acontecimento é condicionado por *tudo* aquilo que é concomitante e logo anterior a ele, a sua contribuição para o desenrolar posterior dos acontecimentos deve ser, por princípio, entendida como condicionada – isto é, dependente – de todos os elementos constituintes do “contexto histórico”. Nesse sentido, “não é fácil elaborar suas consequências, pois elas estão fundidas nos resultados de tudo o mais que estava conspirando para produzir mudança naquele momento” (*ibid.*, p. 20).

Dado que a *complexidade* é extrema – no sentido de que, em última instância, em dado momento, tudo está relacionado com tudo presente e passado – a *mudança* e a *transição* não podem ser *exaustivamente* elaboradas. Dar conta *exaustivamente* da *mudança* e da *transição* seria, em última instância, retrair a contribuição de todos os elementos presentes na ocasião;

isto, por si, já demandaria um trabalho impossível para um único indivíduo humano, uma vez que tais elementos, embora não infinitos, são muitíssimos. Contudo, as próprias condições da *mudança* e da *transição*, por sua vez, também são condicionadas pelas relações que se deram anteriormente e assim *ad infinitum*, de modo que dar conta *exaustivamente* da *mudança* e da *transição* implicaria retrazar todos os condicionantes, intricadamente relacionados, até aquele momento. Em última instância, ao se tecer alguma pergunta acerca de algo singular do passado, “é preciso toda a história para nos dar a resposta” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 43). Desse modo, a tarefa de entender *exaustivamente* uma dada *mudança* ou *transição* é, certamente, impossível de ser realizada por um único historiador e, até mesmo, pelo conjunto dos historiadores como um todo, a menos que se estenda essa tarefa infinitamente e se entenda que, a cada geração de historiadores, aproxima-se assintoticamente tal realização.

Assim, se a *mudança* e a *transição* são, em algum nível, entendidas, é por meio da *totalidade* das *pesquisas históricas* empreendidas pelos historiadores, na medida em que é ao reuni-las que temos acesso à maior quantidade de condicionantes que, em sucessão, transformaram o passado no presente: “Se nós pudéssemos pôr todos os historiadores juntos e olhar sua conquista cooperativa total, eles estão estudando todo esse processo de mutação que transformou [*turned*] o passado em nosso presente” (*ibid.*, p. 19); “Na realidade, o processo de mutação que produziu o presente é tão longo e complicado quanto todos os mais complicados e extensos trabalhos de pesquisa histórica [*historical research*] colocados ponta a ponta, costurados juntos [*knit together*] e considerados como um todo” (*ibid.*, p. 22). Nesse sentido, um historiador, ao tentar entender uma dada *mudança* ou *transição* que se dá em um determinado momento, é capaz de proporcionar a delimitação apenas de alguns muitos condicionantes que devem ser reunidos com muitos outros de muitos outros historiadores a fim de que se atinja, cada vez mais e cumulativamente, o entendimento de como, por quais meios, o passado veio a ser o nosso presente.

É precisamente em relação à *complexidade* que encontramos uma segunda oposição entre o historiador *whig* e o historiador genuíno. Por um lado, as *pesquisas históricas* – desenvolvidas pelo historiador genuíno – justamente expõem a complexidade da história, na medida em que tais *pesquisas* põem as coisas em seu contexto, ou seja, entendem-nas, em algum nível, dentro do complexo sistema de relações no qual elas estão inseridas. Por outro lado, as *histórias gerais* desenvolvidas pelos historiadores *whig* abreviam a história de tal modo que, recortando a complexidade, recaem em uma super-simplificação.

O historiador *whig*, tendo o presente em mente e buscando semelhanças no passado, acaba por compreender erradamente os conflitos que se deram no passado, pois separa, muito

prontamente, os partidos em conflito em “amigos” e “inimigos” do progresso e, portanto, do presente. Segundo essa divisão *whig*, considera-se que apenas os “amigos do progresso” foram responsáveis por transformar o passado em nosso presente, de modo que devemos agradecer unicamente a eles pelas conquistas que obtivemos; inversamente, os “inimigos do progresso” são concebidos como aqueles que – por, a todo o momento, terem se contraposto ao presente – não contribuíram de modo algum para o presente estado de coisas, de modo que não devemos nenhuma gratidão a eles, mas apenas desprezo e julgamentos negativos.

Por conta dessa compreensão, a narrativa *whig* é caracterizada por uma “super-dramatização” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 34), de modo que “o partido que é mais análogo ao presente é tomado como mais similar, mais moderno do que um exame mais próximo justificaria” (*ibid.*, p. 34), enquanto que o outro partido “no pior caso, é convertido em um tipo de fantoche [*dummy*] que age como um melhor contraste para [*a better foil for*] as grandes virtudes *whig*” (*ibid.*, p. 35).

Uma vez que se concebe, como o historiador *whig*, que devemos o estado presente de coisas apenas aos “amigos do progresso”, basta investigar as ações e contribuições destes últimos para chegarmos a um entendimento de como se dá a *mudança* e a *transição* no geral. Enquanto que, por outro lado, aos “inimigos do progresso”, “é frequentemente negado esse mesmo esforço de entendimento histórico” (*ibid.*, p. 35). É nesse sentido que a interpretação *whig* da história implica uma *limitação e suspensão da pesquisa histórica*: para se compreender o presente, não se precisa levar em consideração o *todo* do passado, mas apenas *parte* deste, uma parte muito específica que é aquela que retrospectivamente aparece como similar ao presente; todo o resto, só precisa ser levado em consideração na medida em que se mostrar algo que foi ultrapassado ou derrotado pelos amigos do progresso. E este é um dos principais problemas do método de abordagem *whig*:

por sua super-dramatização da narrativa [*story*], ele tende a desviar nossa atenção do que é o processo histórico real. O historiador *whig* demasiadamente facilmente refere as mudanças e conquistas a esse partido ou a aquele personagem, compreendendo a questão [*reading the issue*] como um propósito que foi conquistado, quando muito frequentemente este é um propósito que foi desfigurado [*marred*]. Ele dá uma super-simplificação do processo histórico. (*ibid.*, p. 40)

O historiador *whig* super-simplifica o processo histórico na medida em que concebe que os produtos históricos são o resultado da ação de apenas uma das partes da história, enquanto que, na verdade, os produtos históricos que possuímos atualmente seriam “o resultado da interação contínua e colisão perpétua dos dois [partidos]. [...] a própria corporificação de todos os equilíbrios [*balances*], compromissos e ajustamentos que foram necessitados por essa

interação” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 41). O historiador *whig* vê os produtos históricos como resultantes da conquista progressiva, na história, dos propósitos *whig*, apesar das vicissitudes encontradas pelo caminho; porém, tais produtos são “na realidade, [...] o resultado dessas mesmas vicissitudes das quais ele parece reclamar” (*ibid.*, p. 41); “na realidade, eles são o resultado da interação; eles são precipitados pela história complexa” (*ibid.*, p. 42).

Buscando o semelhante ao presente no passado, o historiador *whig* empreende “buscas pelas origens” (*ibid.*, p. 43), isto é, busca-se retrair quem foi aquele que, na história, teve tal ou qual ideia que, hoje em dia, nós consideramos uma conquista. Uma vez identificando um personagem ou um grupo responsável por enunciar pela primeira vez tal ideia, o historiador *whig* considera esse personagem ou grupo como a (única) condição necessária sem a qual tal ideia ou feito nunca teria vindo a luz; e, assim, passa a afirmar que, se não fosse por tal personagem ou por tal grupo, nunca chegaríamos ao estado atual de coisas.

Por um lado, é correto dizer que, sem tal personagem ou grupo, nunca teríamos chegado ao atual estado de coisas; contudo, a falácia está em considerar que tal personagem ou tal grupo, por si só, *independentemente do contexto histórico em que estavam*, foi responsável por nos legar o presente. Tal afirmação é falaciosa, pois, uma vez que todos os condicionantes estão intrinsecamente enredados uns com os outros, um personagem ou um grupo não pode ser o *único* ou o *derradeiro* condicionante, mas, em vez disso, simplesmente “adicionaram uma circunstância condicionante a toda uma rede [*network*] de outras circunstâncias condicionantes” (*ibid.*, p. 44).

Sendo assim, não há o menor sentido em falar que devemos certa crença, ideia ou prática a um dado personagem ou a um dado grupo: “Nós não podemos dizer a quem nós devemos ser gratos [por algo] [...] e não há nenhuma lógica em ser grato a qualquer um ou a qualquer coisa, exceto ao todo do passado que produziu o todo do presente” (*ibid.*, p. 45). Se há algo a que devemos o atual estado de coisas é o *todo* do passado, e não a um ou outro personagem ou partido do passado.

O historiador *whig*, em sua busca pelas origens, “está interessado em descobrir a agência na história, mesmo onde, desse modo, ele deve declará-la apenas implícita” (*ibid.*, p. 50). Em outras palavras, ao buscar no passado o primeiro grupo ou personagem a reivindicar uma dada ideia ou prática, o historiador *whig* está na busca de uma *agência* à qual pode atribuir responsabilidade pelo estado de coisas atual. Implícito nessa empreitada, entretanto, está a concepção de que a *agência* é independente do contexto em que ela é exercida: o historiador *whig* desconsidera que essa mesma agência, caso fosse exercida em um outro contexto, poderia ter outros efeitos e não conduzir a história na direção do atual estado de coisas (cf. *ibid.*, p. 48).

Desse modo, a interpretação *whig* da história “avança outra ilusão de óptica – de que a história é dividida por grandes divisores de águas” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 51): a transformação na história é entendida como desencadeada por atores singulares facilmente identificáveis que, um após o outro, por meio de suas ações autônomas, realizam o progresso em relação ao futuro, que se conduz ao nosso presente.

Ao contrário do historiador *whig* e de sua busca pelas *origens*, o historiador genuíno se ocupa, propriamente, das *transições* e do *processo*; e, em vez de buscar a *causa* das mudanças, se ocupa de localizar as *mediações* entre o passado e o futuro. A concepção de *mediação* se mantém em oposição direta à ideia de que um personagem ou grupo do passado pode ser o responsável exclusivo por algo do presente estado de coisas:

[a] história é o estudo não das origens, mas das mediações, mas ela é o estudo das mediações efetivas que genuinamente conduzem de algo antigo para algo que o historiador deve considerar como nova. Ela é essencialmente o estudo da transição, e, para o historiador, o único absoluto é a mudança. (*ibid.*, p. 58).

A noção de *mediação* tal como utilizado por Butterfield está em estreita relação com sua definição de “contexto histórico” e com sua defesa de que conceber a agência individual como independente das relações específicas e historicamente determinadas nas quais ela está inserida incorre em falácias. As *mediações* são precisamente as condições necessárias para que uma dada agência individual possa surtir os efeitos que efetivamente surte no determinado momento da história em que ela se deu. Essas mediações podem ser dos âmbitos os mais diversos: do âmbito mental ou das ideias, como quando são necessários, por exemplo, a dissolução de preconceitos, o surgimento de novos pressupostos e o esquecimento por meio da transmissão entre gerações; do âmbito político, quando, por exemplo, a ascensão ou o declínio de certos grupos sociais são necessários; mas também dos âmbitos econômico ou social; etc. Em última instância, “essas mediações podem ser providas por qualquer coisa no mundo – pelos pecados ou má-compreensões dos homens ou pelo que nós podemos chamar apenas de conjunturas afortunadas” (*ibid.*, p. 46). É por meio dessas mediações históricas que se dá o “trabalho de transição histórica, conduzindo [*carrying*] o que era antigo a [*into*] algo que nós poderíamos concordar ser genuinamente novo” (*ibid.*, p. 61).

O importante não é o âmbito específico ao qual tais mediações pertencem – pois Butterfield não parece atribuir prioridade a nenhum deles –, mas sim o fato de que é por meio de tais mediações que o historiador é capaz de escapar do terreno falacioso das agências individuais e adentrar no terreno do *processo* da transição histórica: “Pontes muito estranhas são usadas para fazer a passagem de um estado de coisas para outro; nós podemos perdê-las de vista em nossos resumos [*surveys*] de história geral, mas a descoberta delas é a glória da

pesquisa histórica” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 46). Nesse sentido, cabe ao historiador, ao tentar dar conta de qualquer transição histórica, não ficar restrito a certas agências humanas e a certos grandes divisores de águas, mas, em vez disso, retrair o *processo* que corre concomitantemente e por trás dessas agências e dos grandes divisores de águas, condicionando-os. Processo esse que “se move por mediações” (*ibid.*, p. 46) e que, portanto, é tão multifacetado quanto estas.

Ao retrair o processo subjacente, o historiador é capaz de mostrar como o presente é muito mais o resultado de propósitos que se desfiguraram no decorrer do tempo do que a concretização de certos propósitos tais quais foram propostos de início. Uma dada agência, em qualquer momento do tempo, é a tal ponto condicionada pelo *processo histórico* concomitante que suas pretensões ou seus resultados *podem* ser completamente invertidos a fim de concordar com o processo em andamento:

onde há uma tal maré [*tide*] nos negócios [*affairs*] dos homens, ela pode usar qualquer canal para conduzi-la a seus objetivos [próprios] – ela pode dar a qualquer outro movimento uma virada [*turn*] em sua própria direção. [...] E mesmo se em suas origens esses movimentos haviam, em vez disso, sido de um teor contrário [...] ainda a correnteza [*drift*] mais profunda pode carregar consigo as correntes de superfície e varrê-las para dentro para inchar a maré prevalecente (*ibid.*, pp. 53-54)

Um dado movimento – quer seja político, intelectual, etc. – pode certamente surgir com um projeto inicial bem determinado, com certo ideal e visando certos objetivos específicos; contudo, nada impede – e a história nos dá exemplos disso – que tal movimento seja “rapidamente transformado em algo que seus líderes originais escassamente haveriam reconhecido” (*ibid.*, p. 54). Em casos como esse, por vezes, o que o historiador *whig* considera como progresso e antecipação do presente nesses movimentos, os próprios líderes originais do movimento considerariam como corrupção, perversão e decadência.

Sendo assim, é ingênuo narrar a história com base apenas nas pretensões que foram erguidas, ou ações que foram realizadas, em determinado momento, sem acompanhar o desenrolar que concretamente se deu a partir delas. Nesse sentido, a fim de não cair nas falácias às quais se chega ao considerar apenas as agências por si, “é ótimo que nossas mentes estejam focadas sobre esse processo histórico que tanto trai os homens em relação a seus propósitos – essa providência que reflete seus trabalhos para resultados tão imprevisíveis” (*ibid.*, p. 49).

Com isso, se as agências individuais não são suficientes por si para guiar o desenrolar da história, cai por terra a concepção *whig* de um progresso linear e de um movimento por meio de grandes divisores de águas. Se, a todo o momento, as agências estão condicionadas por um *processo* maior capaz de pervertê-las, se há efetivamente algum tipo de progresso, este

certamente não se dá linearmente. Para entendermos a *transição* histórica entre o passado e o presente, “não é por uma linha, mas por um pedaço labiríntico de rede que ter-se-ia que fazer o diagrama” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 45), pois o que nos chega do passado “vem por trilhas tortuosas [*devious*] e é nascido de conjunturas estranhas, ele representa propósitos desfigurados [*marred*] mais que propósitos conquistados” (*ibid.*, p. 45).

Entretanto, se, por um lado, o historiador não deve tomar as agências individuais como *causas* da transição histórica, por outro lado, ele também não as deve tomar como meros *resultados* do processo histórico. Caso contrário, cair-se-ia em uma outra falácia – oposta à do historiador *whig*, mas igualmente uma negação da história – segundo a qual “o curso das eras não é afetado por qualquer coisa que possa acontecer; [...] todo o reino dos eventos históricos não é de qualquer significância” (*ibid.*, pp. 57-58). Em outras palavras, segundo essa concepção, os eventos históricos não são capazes de alterar em nada o curso do processo histórico em andamento, sendo apenas um resultado dele. Isso implica em negar aos eventos históricos qualquer tipo de força criativa, isto é, qualquer possibilidade de fazer algo novo com o que o passado os legou; os eventos históricos não têm nenhuma significância precisamente por não poderem trazer consigo qualquer tipo de novidade.

O historiador genuíno evita tanto a falácia *whig* quanto o seu oposto: as agências individuais e os eventos históricos não são *causas* diretas do nosso presente, nem são meros *resultados* do processo histórico em andamento, mas sim *mediadores*, isto é, condicionantes que, por estarem inseridos em um dado contexto histórico com outros condicionantes, são capazes de operar transições históricas, trazendo o *novo* a partir do já existente.

1.1.3. Os Limites da História

Um outro ponto que distingue a interpretação *whig* de uma história genuína diz respeito aos limites da história, *i. e.*, a o que se pode efetivamente adquirir de conhecimento fundamentado e justificado a partir da investigação histórica. A história, por ser um procedimento delimitado por uma metodologia que toma como base as fontes históricas, é capaz de afirmar, de forma justificada, certas proposições acerca do passado; contudo, outras afirmações não podem ser justificadas pelo procedimento histórico e, portanto, se encontram para além dos limites da história. Uma das características dos historiadores *whig*, segundo Butterfield, é a tentação e a tentativa de ultrapassar os limites da história, ou seja, de buscar justificar historicamente o que a própria história – enquanto metodologia – é, por princípio, incapaz de justificar. De modo contrário, o historiador genuíno se sente em casa nos próprios

limites que a história o proporciona e, com isso, afirma do passado apenas o que a história o justifica afirmar.

1.1.3.1. Descrição e Explicação

A história é o campo do concreto, do tangível, do particular, das efetividades, das contingências, dos acontecimentos:

O historiador está preocupado com o concreto e está em casa no mundo dos fatos, pessoas e acontecimentos. A teia expelida [*spun out*] do jogo [*play*] do tempo e das circunstâncias é tudo para ele. Acidentes, conjunturas e justaposições curiosas de eventos são a própria matéria [*stuff*] de sua narrativa [*story*]. Toda a sua arte é recapturar um momento, apropriar-se de [*seize upon*] particulares e fixar [*fasten down*] uma contingência (BUTTERFIELD, 1965[1931], pp. 65-66)

Seu treinamento, hábitos de mente e todos os métodos de sua pesquisa o fixam [*fasten him down*] ao particular e ao concreto e o fazem essencialmente um observador dos eventos do mundo externo (*ibid.*, p. 67)

É precisamente de sua insistência em recorrer à concretude que a história retira seu valor próprio: “O valor da história jaz na riqueza de sua recuperação da vida concreta do passado” (*ibid.*, p. 68). Com isso, uma vez que o essencial da história é seu trabalho de recapturar e recuperar o passado, ela é necessariamente uma empreitada descritiva: “A história, de fato, é uma forma de escrita descritiva como os livros de viagem o são” (*ibid.*, p. 67). Do mesmo modo que um viajante descreve, em seus diários de viagem, um mundo imediatamente inacessível aos que os leem, o historiador também descreve, em sua narrativa, um mundo imediatamente inacessível a seus leitores, *i. e.*, o mundo do passado tal qual retraçável a partir dos documentos.

Até mesmo no caso mais extremo, isto é, no que diz respeito aos princípios abstratos – investigados, como se pairassem no ar, pelos teóricos –, cabe ao historiador conduzir o abstrato para o concreto e o que paira no ar para o continente da história: “o historiador deve trazê-los para a terra, pois ele só os estuda na vida de outros homens; ele deve ver os princípios capturados entre a chance e o acidente; ele deve observar sua lógica sendo enganada [*tricked*] e entrelaçada [*entangled*] nos eventos de um mundo concreto” (*ibid.*, p. 66). Assim, há uma oposição absoluta entre o procedimento do historiador e o do teórico, pois, enquanto este último busca depurar o concreto, particular e acidental a fim de atingir o abstrato, geral e essencial, o estudo histórico avança no sentido oposto: “Todo o processo de estudo histórico é um movimento em direção à pesquisa histórica [*historical research*] – é nos carregar *do geral para o particular, do abstrato para o concreto*” (*ibid.*, p. 69; grifos meus). Mais especificamente:

[é] muito mais interessante se nós podemos tomar a afirmação geral com a qual nós começamos, a mera fórmula para o que aconteceu nessa época [age], persergui-la em sua incidência concreta até que nós descobramos em quais detalhes multifacetados ela se diferencia a si mesma e aprender o quão variados eram seus efeitos [workings] na vida real [actual], o quão surpreendentes [eram] mesmo seu enredo secundário [by-play] e os efeitos colaterais que ela levantou, o quão ricas [eram] sua complexidade subjacente e suas implicações na história [story] humana. É ao longo desse caminho que o historiador nos conduz, para longe do mundo das ideias gerais (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 71)

A própria possibilidade de se chegar a uma essência depurada de seus acidentes é *inexistente* quando se trata de *história*; qualquer tentativa nesse sentido está *a priori* em contradição com a própria essência da metodologia histórica. Enquanto o procedimento pelo qual se chega à essência das coisas é a abstração de seus acidentes, suas particularidades, sua subjetividade, suas contingências, etc., o campo da história é justamente aquele no qual não se pode prescindir de tais qualidades:

Quando ele descreve o passado, o historiador *tem que* recapturar a riqueza dos momentos, a humanidade dos homens, a configuração das circunstâncias externas e as implicações dos eventos; e, longe de as varrer para longe, ele empilha o concreto, o particular, o pessoal; pois ele estuda a mudança das coisas que mudam, e não a permanência das montanhas e das estrelas (*ibid.*, p. 69; grifos meus)

Se o campo da história é o da concretude e contingência, não se pode abrir mão destas sem, ao mesmo tempo e necessariamente, deixar de se fazer história. “Não há uma essência da história que pode ser adquirida ao se evaporar os fatores humanos e pessoais, as coisas incidentais ou momentâneas e os elementos circunstanciais, como se, no fundo do poço, houvesse algo absoluto, alguma verdade independente do tempo e da circunstância” (*ibid.*, p. 68). Faz parte da essência da história – enquanto metodologia – ser incapaz de encontrar qualquer essência na história – enquanto conjunto complexo dos acontecimentos. E se há algum absoluto na história – e se se pode chamar isso de absoluto – é o próprio não-absoluto: “para o historiador, o único absoluto é a mudança” (*ibid.*, p. 58).

Sendo uma arte *descritiva*, a história não explica nada, a menos que se entenda “explicação” como equivalendo a uma descrição infinitamente detalhada. A explicação proporcionada pelo historiador não é aquela do filósofo, que é capaz de explicar uma dada afirmação por meio da análise e justificação das premissas e, portanto, das inferências: “Não é para ele [o historiador] dar uma explicação filosófica do que acontece no tempo e espaço” (*ibid.*, p. 71). Em vez disso, o historiador

explica [...] ao descobrir exatamente o que foi que ocorreu; e se, em algum ponto, nós precisarmos de elucidação adicional [further], tudo o que ele pode

fazer é nos conduzir a [*take us into*] maiores detalhes e nos fazer ver, em uma concretude ainda mais definida, o que realmente se deu [*took place*]. Ao fazer isso, ele é obrigado a [*is bound to*] nos conduzir [*lead*] a algo que nunca poderíamos ter inferido. E essa é a sua justificação; é o romance da pesquisa histórica (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 72)

Assim, enquanto a explicação filosófica se dá por meio do raciocínio, que se vale de proposições gerais e inferências que conduzem logicamente a outras proposições gerais, a explicação histórica se dá pelo aprofundamento da descrição e, com isso, da concretude. O historiador tem à sua disposição unicamente “o romance da pesquisa histórica”; e, se, por um lado, ele é incapaz de produzir proposições gerais, por outro lado, “nos conduz a algo que nunca poderíamos ter inferido”, ou seja, algo que o pensamento abstrato e lógico nunca nos poderia proporcionar. Desse modo, o trabalho do historiador se encontra em outro nível em relação ao do filósofo: “A suscitação de verdades gerais ou de proposições reivindicando validade universal é o tipo de consumação que está além da competência da história alcançar” (*ibid.*, p. 65); “a última palavra do historiador não é alguma afirmação geral firme fina; é uma peça de pesquisa detalhada. É um estudo da complexidade que subjaz qualquer generalização que nós possamos fazer” (*ibid.*, p. 73).

Entretanto, o historiador *whig*, se aproximando da postura dos filósofos, pretende, por meio da história, encontrar verdades, uma essência e justificar proposições gerais:

Ele deseja chegar a uma proposição geral que pode ser mantida como uma verdade demonstrada pela história, uma lição que pode ser retirada [*taken away*] e ponderada separadamente dos acidentes de um episódio histórico particular; e, a menos que ele possa obter algo como isso, ele sente que ele esteve trabalhando em um montante [*sum*] que não teve nenhuma resposta, [que] ele esteve desperdiçando a si mesmo sobre meros processos, [que] ele esteve assistindo complicação e mudança pelo mero bem da [*for the mere sake of*] complicação e mudança. Entretanto, isso, que ele parece menosprezar, é precisamente a função do historiador.

1.1.3.2. Descrição e Juízos Morais

Sendo a história uma arte eminentemente descritiva, e não explicativa no sentido mais usual, segue-se também que ela, por si, não pode justificar juízos de valor proferidos pelo historiador. Dizer que um acontecimento na história foi “bom” ou “mau” já pressupõe um certo critério subjacente pelo qual se julga o que é bom ou mau. Dito de outro modo, ao pronunciar um juízo de valor em meio a seu trabalho histórico, o historiador inevitavelmente mostra que está tomando como dado certas concepções de “bem” e “mal” – concepções que, em última instância, são formuladas ao modo de proposições gerais abstratas não decorrentes da pesquisa histórica propriamente.

A história não é capaz de estabelecer justificadamente o que é o bom em geral e o mau em geral que valeria para todas as épocas, ou seja, não é capaz de proporcionar um critério moral geral atemporal segundo o qual os acontecimentos poderiam ser julgados como bons ou maus: “Ela [a história] está interessada no modo pelo qual os ideais movem os homens e reviram eventos [*give a turn to events*], em vez de [estar interessada] na validade última dos ideais eles mesmos” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 67). Pelo contrário, se há algo que a história mostra, ao recorrer à concretude do passado, é que “bom” e “mau” são definidos conforme as circunstâncias:

uma coisa é boa ou nociva de acordo com as circunstâncias, de acordo com as interações que são produzidas. Se a história pode fazer algo é nos lembrar dessas complicações que minam nossas certezas e nos mostrar que todos os nossos julgamentos são meramente relativos ao tempo e à circunstância (*ibid.*, p. 75).

Nesse sentido, uma das questões centrais que concernem aos limites da história é precisamente a da *relação entre história e moral*; e, neste ponto, novamente, o historiador *whig* e o historiador genuíno se separam. O historiador *whig* parte da tese fundamental de que a história deve ter, por princípio, uma função moral e, nesse sentido, concebe que a moralidade tem precedência e primazia em relação à história. Desse modo, a história é exaltada como “árbitra da controvérsia” (*ibid.*, p. 113), no sentido de que ela – pressupondo um certo critério moral – seria capaz de, a todo o momento e em qualquer ocasião, condenar aqueles que pecaram ou julgar puros os que não pecaram. Assim concebida, a história é idealizada, personificada e “elevada a algo como a mente de Deus, realizando os juízos finais sobre as coisas que estão acontecendo no tempo” (*ibid.*, p. 114).

A função moral da história defendida pelo historiador *whig* implicaria também caber a ela zelar ativamente pela moralidade do mundo presente: condenando, no passado, os pecadores e julgando puros os que não pecaram, a história evitaria com que desvios de conduta moral se perpetuassem no presente. Mais ainda, o historiador deveria ser sempre cauteloso para que suas explicações não abrissem precedente para violações morais: “Cuidado com explicações demasiadas, para que nós não acabemos por escusar demasiadamente” (*ibid.*, p. 112). E, nos casos em que tais escusas demasiadas estivessem efetivamente em vias de acontecer, caberia ao historiador modificar a narrativa histórica de modo a salvaguardar e perpetuar a ordem moral. Em última instância, portanto, a história estaria subjugada à moral e deveria, sempre que necessário, ser sacrificada em algum nível para preservar o âmbito da moral: “Melhor ser injusto com homens mortos do que tornar corrente [*give currency to*] ideias frouxas em questões morais” (*ibid.*, p. 116); “Melhor ser ahistórico do que fazer qualquer coisa que possa diminuir

a dignidade moral da história” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 117). Segundo Butterfield, uma tal relação entre *moral* e *história* acaba por restringir a própria tentativa de entendimento histórico, pois implica que, em muitos casos, caberá ao historiador, não proporcionar o tipo de explicação que é próprio à sua arte, mas precisamente julgar acerca da existência de pecados: “Uma região indefinida é deixada para a decisão subjetiva do historiador, na qual ele deve decidir não explicar, mas deve meramente declarar que há pecado” (*ibid.*, p. 112).

O historiador genuíno, por outro lado, chega a outro entendimento acerca da relação entre *moral* e *história*. Uma vez que a história – enquanto método – é eminentemente uma empreitada de descrição dos eventos em seu contexto próprio, questões de moral propriamente dita se encontram *para além dos limites da história*. O âmbito da moral em si está propriamente excluído do ofício do historiador: “A verdade é que o historiador, cuja arte é uma descritiva, não se move no mundo das ideias morais” (*ibid.*, p. 120). E isso de tal modo que “quando todas as explanações históricas de caráter e conduta foram exauridas, [...] a questão moral real ainda está esperando ser resolvida” (*ibid.*, p. 115). Ou seja, ao desempenhar, e mesmo ao concluir, o ofício que lhe é próprio – a descrição – no que diz respeito ao caráter e às condutas dos homens, o historiador nunca chega a resolver questões do âmbito da moral, dentre eles o da responsabilidade moral: “porque ele tem a arte de examinar minuciosamente [*sift*] fontes, isso não significa que ele tem a sutileza de decidir a incidência de culpa ou louvor [*praise*] morais” (*ibid.*, p. 119). Propriamente falando, o historiador genuíno não chega mesmo sequer a tocar em tais problemas: “[a] explicação histórica não condena; nem escusa; ela nem mesmo toca o reino no qual palavras como essas têm significado ou relevância” (*ibid.*, p. 117).

Uma vez que “julgamentos morais são, por sua própria natureza, absolutos, no sentido de que é despropositado [*pointless*] fazê-los a menos que se possa reivindicar definitivamente estar certo” (*ibid.*, p. 118), eles estão, por princípio, excluídos do campo da história, uma vez que este último não inclui, em si, nada de absoluto. Tudo o que diz respeito ao âmbito da *moral* só é do interesse do historiador genuíno na medida em que se encontra dentro do âmbito dos eventos concretos, condicionados por condições espaciais e temporais:

Questões éticas concernem ao historiador na medida em que elas são parte do mundo que ele tem que descrever; princípios e ideais éticos concernem a ele apenas nos efeitos que elas tiveram sobre os seres humanos; em outras palavras, *ele lida com a moralidade na medida em que ela é uma parte da história*. Se a moralidade é o produto da história, o historiador pode ser convocado a descrever seu desenvolvimento (*ibid.*, p. 126; grifos meus)

Nesse sentido, portanto, no que diz respeito ao *caráter e conduta dos homens*, não é próprio à arte do historiador *julgar* que um dado personagem histórico *não deveria* ser covarde,

fanático ou beberrão, mas é plenamente legítimo ao historiador, sem sair dos limites de seu ofício, *afirmar com base em evidências históricas* que um homem agiu *de fato* de forma covarde, fanática ou como um beberrão. Nesse sentido, uma vez baseados em evidências históricas, tais generalizações – que dizem respeito ao caráter e à conduta – podem ser tão válidas quanto quaisquer outras: “dizer que um homem foi um covarde ou outro homem um lunático ou uma certa pessoa foi um beberrão habitual pode ser tão válido quanto qualquer outra generalização histórica” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 125). Nesse sentido, “a descrição das características de um homem, a análise de uma mente e uma personalidade, submetidas a limites óbvios [i. e. contanto que restritos aos âmbitos da descrição e constatação, excluindo qualquer julgamento moral], são parte do reino total da interpretação histórica” (*ibid.*, p. 125).

No que diz respeito às *doutrinas morais*, não cabe ao historiador *julgar* a verdade delas, por exemplo, se a doutrina maquiaveliana segundo a qual os fins justificam os meios é, em si, verdadeira ou não. Aqui, novamente, o historiador se mantém nos limites do que seu ofício lhe permite na medida em que, em vez de julgar, *descreve* as consequências ou efeitos concretos que a adoção ou a rejeição de uma dada doutrina moral acarretaram. Com isso, entretanto, o historiador genuíno não estará contribuindo para decidir acerca da verdade em si das doutrinas morais, mas simplesmente expondo as implicações que sua adoção ou rejeição acarretaram para os homens e para os acontecimentos em um tempo e espaço específicos. É isso que lhe cabe *enquanto historiador*.

Além disso, não apenas a história não dá, ao historiador, o direito de julgar valorativamente, como também não o torna capaz de provar, por meio de acontecimentos posteriores, que a ação de um homem no passado foi correta. Nesse sentido, portanto, não cabe à história, com base nos eventos posteriores, condenar ou perdoar ações do passado. A história, propriamente entendida, não justifica dizer, por exemplo, que, apesar de certos danos imediatos, uma dada ação do passado foi correta pelos bens posteriores que ela proporcionou. Uma vez que, as ações só são capazes de desencadear determinados efeitos quando condicionadas a determinada rede de condicionantes, os efeitos de uma ação também são condicionados por redes de condicionantes, de modo que tais efeitos não são desencadeados apenas por uma ação isolada, mas também por todo o complexo de condicionantes que condicionam tal ação. Assim, quando buscamos determinar quais foram as consequências de uma dada ação:

nós não somos capazes de elaborar [*work out*] as consequências últimas [...] nós podemos ser capazes de desentrelaçar algo grosseiramente similar a [*roughly like*] causas e efeitos na transição de uma geração para a próxima; mas, muito rapidamente, nós não somos capazes de traçar nada mais, nós apenas vemos os resultados [de uma conduta] [...] entrelaçado com os resultados de tudo o mais que estava produzindo mudança naquele período;

nós somos capazes apenas de focar-nos sobre a nova situação como um todo e assistir deslocamentos novos [*fresh*] sendo produzidos por conjunturas novas [*fresh*] (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 76)

Portanto, ao se buscar retrair as consequências de uma dada ação do passado, mesmo quando o investigador se detém a consequências mais imediatas, que dizem respeito à geração de homens logo posterior à do agente, mesmo aí, o máximo que se encontra não são causas e efeitos propriamente ditos, mas apenas coisas grosseiramente similares a causas e efeitos; e, caso o investigador se aprofunde em sua investigação, não mais consegue ver o efeito de modo independentemente de toda a rede complexa de acontecimentos produzindo efeitos naquele momento.

Mais ainda, frequentemente, a glória que advém posteriormente a uma ação não é propriamente resultante da ação, mas, pelo contrário, é resultante da *reação* ativa e criativa que a geração posterior teve frente às consequências nocivas de tal ação. Nesse caso, o que ocorre é que a ação empreendida foi tão nociva, tão prejudicial para a geração posterior de homens que não restou, a estes, outra opção para sobreviver que não fosse empreender uma *reação* ativa e criativa contra a ação nociva:

Quando os pecados e os erros de uma época [*age*] tornaram o mundo impossível de se viver em, a próxima geração, buscando tornar a vida tolerável novamente, pode ser capaz de não encontrar nenhum caminho, salvo pela renúncia [*surrender*] de ideais estimados, e assim pode achar a si mesma compelida a buscar por todo lado [*to cast about for*] novos sonhos e propósitos (*ibid.*, p. 77)

Mais precisamente, esse ato criativo de cada geração é constituído pelo fato de que “o próprio estado do problema é mudado, e os homens escorregam [*slide*] para um mundo de novas questões [*issues*] e são desviados para novas preocupações” (*ibid.*, p. 87). Nesse caso, há, portanto, uma descontinuidade da nova geração em relação à geração anterior: a geração anterior se encontrava em meio a preocupações e anseios que a levou a certa ação nociva; agora, a nova geração tem de lidar com novas preocupações e anseios, que provieram precisamente das consequências da ação nociva da geração anterior.

Entretanto, o historiador *whig*, ao postular uma linha direta entre uma ação individual e uma série de acontecimentos posteriores que se estende por vários séculos, se precipita e fecha os olhos para a possibilidade de que tais acontecimentos posteriores – mesmo que considerados, por ele próprio, como valorativamente positivos – tenham sido consequências também dos próprios homens que se opuseram a tal ação individual.

Um aspecto importante do processo histórico é o trabalho da nova geração desempenhando, para sempre, providência sobre mesmo os desastres da antiga, e sendo conduzida para algo como um ato criativo pela própria razão

de que a vida nos termos antigos se tornou impossível. Ele [esse aspecto] representa uma complicação que pode ser escondida de nossa vista se a história é telescopada em uma versão whig de história abreviada (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 77)

Desse modo, o historiador *whig* fecha os olhos para a *criatividade* e para a *novidade* que fazem parte da história, principalmente nos momentos de grande dificuldade. Entendendo que o efeito de uma ação, apesar de certos contratempos ou empecilhos, possui efetividade durante vários séculos, a história abreviada do historiador *whig* não abre espaço para *atos criativos*, pois a existência deles implicaria na existência de desvios em relação às ações que são tidas, por ele, como responsáveis por nos conduzir a nosso presente: “O historiador whig, assumindo uma continuidade falsa nos eventos, negligencia [*overlooks*] essa mudança [*shifting*] do problema e ignora [*ignores*] essa transição entre uma geração e a outra” (*ibid.*, p. 88).

Portanto, no que diz respeito aos limites da história, o historiador *whig* comete duas desmedidas. Por um lado, se aproximando do raciocínio abstrato do filósofo, o historiador *whig* pretende justificar, por meio da história, afirmações gerais, que perpassam diferentes espaços e tempos. Por outro lado, se aproximando da postura de juiz, o historiador *whig* pretende julgar ações específicas do passado a partir da glória que elas pretensamente teriam legado para a posteridade. Se contrapondo ao historiador *whig*, o historiador genuíno, por um lado, assume para si o compromisso que a história tem para com o particular, o acidental e o contingente, de tal modo que abre mão de formular afirmações gerais; e, por outro lado, tendo em mente a grande complexidade que constitui os acontecimentos históricos, o historiador genuíno se abstém de julgar como corretas ou incorretas as ações passadas com base na glória futura e se limita a mostrar o óbvio: que as gerações posteriores, independentemente de quão desastrosa seja a situação a qual herdaram, sempre buscarão fazer das ruínas um novo palácio e tornar a vida de sua geração a melhor possível.

1.1.4. A Arte do Historiador

O genuíno entendimento histórico, buscado pelo historiador butterfieldiano, implica a recondução dos acontecimentos a seus contextos próprios, a fim de que seja possível entender o passado em seus próprios termos, ao invés de impormos sobre ele valores que o são alheios por serem-no posteriores. Na realização de uma tal empreitada, o historiador é responsável por performar uma *arte* – isto é, uma *técnica* – que condiciona a possibilidade e o valor dos resultados obtidos por ele. Mais ainda, a arte do historiador é estritamente dependente das capacidades pessoais que o historiador é capaz de mobilizar em seu trabalho histórico. Duas características são expostas por Butterfield como constituindo a arte do historiador: 1) a

capacidade deste de cultivar e generalizar sua simpatia imaginativa; e 2) a capacidade de empreender um abreviamento [*abridgment*] da pesquisa histórica que não omita o fundo de complexidade intrínseca a esta última.

1.1.4.1. *A simpatia imaginativa*

Se, por um lado, a arte do historiador é eminentemente descritiva, por outro ela não se limita a uma observação exterior e desinteressada em relação aos acontecimentos do passado: “A imparcialidade em um historiador permanece condenada se ela significa o intelecto em um estado de indiferença e todas as paixões em repouso” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 93). Uma tal consciência presa meramente aos fatos perde de vista outros aspectos que constituem o processo histórico e é incapaz de aceder a um entendimento histórico genuíno. Em última instância, a própria possibilidade de um entendimento do passado em seus próprios termos – *i. e.*, em seu contexto – pressupõe, de forma indispensável, um certo “ato criativo” do historiador:

É por meio de algo como um ato criativo da imaginação histórica que nós descobrimos como alcançar algum entendimento da Idade Média, [que] nós achamos um modo de nos dar conta [*of realising*] dos termos sobre os quais a vida era vivida nesses dias, [que] nós aprendemos como atingir um sentimento diferente pelas coisas e, assim, discernir as relações internas de um mundo tão diferente do nosso próprio (*ibid.*, p. 91)

Pela simpatia imaginativa, ele [o historiador] torna o passado inteligível para o presente. Ele traduz suas circunstâncias condicionantes em termos que nós podemos entender nos nossos dias [*to-day*] (*ibid.*, p. 92)

Nesse sentido, a *arte* do historiador não é circunscrita a uma atividade racional, mas implica uma “imaginação histórica”, uma “simpatia imaginativa” que o possibilita compreender para além do factual. E, desse modo, “seu trabalho não é meramente a função da mente, mas é uma aventura [*venture*] da personalidade” (*ibid.*, p. 92).

Não é suficiente, portanto, que o historiador se detenha a uma descrição do passado, se, nessa observação, não está implicada também uma “consciência histórica”, consciência à qual só se é passível de aceder caso se dê algum espaço à *imaginação histórica*: “Há um tipo de sensibilidade [*awareness*] que apenas advém por meio de insight, simpatia e imaginação; e está talvez ausente de nós quando nós estamos demasiadamente alertas para um fim puramente científico” (*ibid.*, pp. 92-93). É por meio dessa sensibilidade que o historiador é capaz de ir para além do âmbito meramente factual, de modo a “dominar o detalhe significativo, discernir as simpatias entre os eventos e achar os fatos que jazem juntos [*hang together*]” (*ibid.*, p. 92).

Portanto, para além do estritamente factual, há um âmbito formal que diz respeito às relações que os fatos possuem entre si. O historiador que se reserva uma postura estritamente

“objetiva” – no sentido de puramente racional, excluindo outras capacidades subjetivas –, por mais que *observe* os fatos, não é capaz de *ver* as insinuações que permeiam os acontecimentos e as relações de afinidade que os eventos históricos estabelecem entre si. Dessa feita, a sensibilidade histórica representa uma possibilidade de ampliação do trabalho histórico, na medida em que possibilita encontrar elementos que, sem ela, permaneceriam ocultos:

Algo dessa sensibilidade [*awareness*] é necessária para capturar as conotações [*overtones*] na história e na vida, para ler entre as linhas e tocar o lado humano de nosso assunto [*subject*], para o qual nossas mentes podem ser demasiadamente matemáticas se a mente não trabalha junto da simpatia e da imaginação (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 93)

Se o historiador *whig* merece alguma censura no que diz respeito à faculdade da “simpatia imaginativa”, não é por utilizá-la pouco ou demais, mas sim pelo modo parcial como a utiliza. Certamente, o historiador *whig* não exclui tal faculdade ao empreender seu trabalho histórico:

Suas próprias assunções, em muitas ocasiões, o deram o incentivo para buscar o entendimento histórico; sua própria visão do curso da história o proveu com essas simpatias que despertam a imaginação; as teses às quais ele esteve inclinado a defender o conduziram à ingenuidade, e ele aprendeu a se colocar no lugar de outro homem e pensar a si mesmo nas circunstâncias condicionantes que governam as vidas de outros homens. O historiador *whig* é um exemplo do impulso emocional [*emotional drive*] que é necessário para nos fazer questionar conclusões que parecem óbvias [*foregone*]. Ele é um exemplo do fato de que o prejuízo e a paixão ela mesma podem fazer uma contribuição para o entendimento histórico (*ibid.*, p. 94)

Contudo, o problema na interpretação *whig* da história é que tal capacidade de “simpatia imaginativa” é direcionada apenas a uma parte dos atores do passado, de modo que o entendimento histórico só é concedido em relação a eles: “O caso contra o historiador *whig* jaz no fato de que ele faz cessar [*bring to a halt*] o esforço de entendimento. Ele para o trabalho de simpatia imaginativa em um ponto que poderia quase ser fixado por uma fórmula” (*ibid.*, p. 95). E, mais do que isso, eles negam o entendimento histórico precisamente àqueles que mais necessitam de dele, isto é, àqueles que, precisamente por refletirem menos o presente, mais precisam ser entendidos em seu contexto.

Nesse sentido, a questão do uso da “simpatia imaginativa” se coloca em termos de uma disjuntiva entre, de um lado, um uso limitado que conduz a uma parcialidade e, do outro lado, um uso generalizado que conduz a uma diversidade. O historiador *whig* usa a “simpatia imaginativa” de modo limitado precisamente pelo fato de que o impulso emocional que o move advém de uma questão urgente para ele no presente, com a qual está intimamente envolvido: “O fervor do historiador *whig*, muito frequentemente, vem do que é realmente a transferência

para o passado de um entusiasmo por algo no presente” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 96). Partindo desse ponto, o historiador *whig* acaba por aplicar sua “simpatia imaginativa” de forma parcial, isto é, apenas aos atores do passado que refletem os seus anseios do presente; e, desse modo, sua narrativa histórica concede entendimento histórico apenas a tais atores.

Contudo, segundo Butterfield, “a história seria, para sempre, insatisfatória, se ela não lançasse [*cast*] uma rede mais ampla para a verdade; pois, se, em uma aspecto, ela é o estudo da mudança, em outro aspecto, ela é o estudo da diversidade” (*ibid.*, p. 95). Nesse sentido, para dar conta da diversidade, é necessário que o historiador se utilize da “simpatia imaginativa”, não de forma parcial, mas sim de forma generalizada, possibilitando um entendimento histórico não apenas a uma parte ou outra, mas a todos que, estando no passado, estavam condicionados por outras circunstâncias.

Tal postura do historiador genuíno de aplicar de modo generalizado a “simpatia imaginativa” está totalmente em conformidade com as paixões que o impulsionam para o trabalho histórico, pois, em oposição ao historiador *whig*:

o verdadeiro fervor histórico é o amor do passado pelo bem do [*for the sake of*] passado. [...] E, por trás dele [desse fervor], está a própria paixão de entender os homens em sua diversidade, o desejo de estudar uma idade passada [*bygone age*] nas coisas nas quais ela difere do presente. O verdadeiro fervor histórico é aquele de um homem para quem os exercícios da imaginação histórica trazem sua própria recompensa nessas suspeitas de um entendimento mais profundo, nesses vislumbres de uma nova verdade interpretativa, que são a conquista do historiador e seu deleite estético (*ibid.*, p. 96).

1.1.4.2. O abreviamento genuíno

Ao tomar o presente como ponto de partida e critério de inclusão/exclusão para a elaboração da narrativa histórica, o historiador *whig* incorre em um *abreviamento* da história comprometedor na medida em que possibilita ao historiador inferir conclusões que a própria história não é capaz de proporcionar e, mesmo, estabelecer enquanto verdade o próprio oposto do que uma *pesquisa histórica* cuidadosa encontra (cf. *supra*, secção 1.1.1.).

Contudo, a constatação de que os historiadores *whig* empreendem um mau abreviamento da história não implica que o abreviamento da história seja mau por si mesmo; os problemas intrínsecos à interpretação *whig* da história “são os abusos da história abreviada, mas, no final das contas [*when all has been said*], eles são apenas os seus abusos” (*ibid.*, p. 101). Portanto, há um *uso* legítimo para o abreviamento da história, para quem de seus *abusos*; e, mais ainda, “nunca houve um trabalho de história que não abreviou fortemente [*greatly*” (*ibid.*, p. 101). Em vez de constituir um problema a ser evitado em todos os sentidos e em todos

os graus, o *abreviamento* da história é antes um problema que deve ser resolvido pelo historiador, uma vez que ele constitui a própria essência da arte do historiador: “no trabalho de composição efetiva [*actual*], a arte do historiador é precisamente a arte de abreviamento; seu problema é esse problema” (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 102).

Que não haja história que não abrevie em alguma medida é uma consequência necessária da própria concepção de *pesquisa histórica*. Se a narrativa histórica meramente rerepresentasse em si aquilo ao que se chega por meio da pesquisa histórica, ela nos apresentaria um conjunto de complexidades e detalhes tão profuso e caótico que seria impossível obter alguma compreensão por meio deles: “Se a história pudesse ser contada em toda a sua complexidade e detalhe, ela nos proveria algo tão caótico e desorientador [*baffling*] quanto a vida ela mesma” (*ibid.*, p. 97). Desse modo, portanto, o abreviamento da história não é um mero artifício complementar ou suplementar do fazer-história, mas uma condição necessária, sem a qual é impossível a elaboração narrativa de forma compreensível.

Se, por um lado, o abreviamento do historiador *whig* é condenável pelos prejuízos que ele implica para a narrativa histórica e, por outro lado, o abreviamento é o cerne da arte do historiador, constituindo uma operação à qual este não pode se furtar, resta, portanto, a pergunta, talvez a mais central de todas: o que constitui um *abreviamento genuíno*?. É precisamente esta questão que Butterfield não deixa de responder; e é por meio de sua resposta a ela que se delimita precisamente o que deve o historiador fazer para que sua narrativa histórica salvasse sua legitimidade apesar e por meio do abreviamento.

Uma primeira característica do *abreviamento genuíno* é que, ao abreviar, ele não corrompe o sentido próprio ao conjunto complexo inicial, seja por preservar *todos* os detalhes significantes, seja por não impor uma teoria ou um quadro de inteligibilidade exterior, proveniente de fontes que não a própria pesquisa histórica. Nesse sentido, para se manter nos limites de um *abreviamento genuíno*, o historiador

não deve mudar o significado [*meaning*] e teor [*purport*] da narrativa histórica [*historical story*] no mero ato de abreviá-la, [...] pela seleção e organização de seus fatos, não deve haver interpolada uma teoria, não deve haver interposto um novo padrão [*pattern*] sobre os eventos, particularmente um que nunca seria factível [*feasible*] se toda a história fosse contada em todo o seu detalhe (*ibid.*, p. 102)

Desse modo, uma das condições para que o abreviamento seja *genuíno* é a capacidade de, por mais que haja redução em termos de extensão, preservar o significado que está presente e foi obtido por meio da *pesquisa histórica*.

Já nesse ponto, estabelece-se uma *oposição* clara entre o *abreviamento genuíno* e o abreviamento empreendido pelo historiador *whig*. Pois, enquanto, de um lado, o historiador genuíno começa pela *pesquisa histórica* e, ao empreender um abreviamento, busca preservar o conteúdo proporcionado por esta, do outro lado, o historiador *whig* começa já com um dado conteúdo que provém de outra fonte que não a pesquisa histórica e, ao empreender um abreviamento, deixa com que esse conteúdo externo prevaleça sobre qualquer coisa que advenha da pesquisa histórica. Nesse sentido, portanto, a questão do *abreviamento genuíno* está intimamente relacionada com o próprio espaço e função que se delega à *pesquisa histórica* no processo de fazer história.

Mais ainda, a problemática do *abreviamento* não diz respeito propriamente ao conteúdo dos resultados veiculados por uma dada narrativa histórica, mas precisamente à legitimidade com a qual se o afirma. Desse modo, é completamente possível – embora improvável, dado as grandes diferenças que separam ambos os procedimentos – que os resultados de uma *pesquisa histórica* empreendida por um historiador genuíno venham a corroborar uma *história geral* empreendida por um historiador *whig*; contudo, a diferença está em que o historiador genuíno legitima suas conclusões em sua pesquisa histórica, expondo as complexidades e os encadeamentos de condições que proporcionaram um tal processo ou resultado, enquanto que o historiador *whig* legitima suas conclusões em pressupostos não justificados por uma metodologia histórica e que *necessariamente* conduzem a um círculo vicioso no qual suas conclusões se confirmam. Em última instância, o historiador *whig* pressupõe precisamente aquilo que deve ser legitimado pela investigação histórica, ele toma como ponto de partida precisamente aquilo que só pode ser afirmado legitimamente após o processo de pesquisa histórica:

pode haver verdade em sua afirmação, mas isso não significa que nós estamos justificados a fazer quaisquer inferências a partir dela tal como ela está. Uma tal afirmação pode ter seu lugar como a conclusão do argumento do historiador, mas é muito mais que perigoso se nós a tomarmos como o ponto de partida para o nosso [argumento] (*ibid.*, pp. 98-99)

Em suma, a conclusão pressuposta pelo historiador *whig* pode vir a ser provada, em certo nível, correta pela *pesquisa histórica*, mas isso não muda o fato de a conclusão pressuposta do historiador *whig* ter sido afirmada ilegitimamente, enquanto que a conclusão do historiador genuíno é legítima na medida em que baseada em sua pesquisa histórica e nos procedimentos necessários para preservá-la.

Uma segunda característica do *abreviamento genuíno* é que, por mais que ele não reapresente em si, de forma explícita e completa, todas as complexidades que constituíram o

processo histórico em questão, ele, apesar disso, ao narrar tal processo histórico, mantém presente pistas claras que remetem a tais complexidades que estão implicadas – enquanto condicionantes – no processo histórico.

Se a impressão geral que emerge da história é a impressão da complexidade das interações que produziram o mundo moderno, então o abreviamento pode ser tão simples quanto ele quiser, mas ele deve ser uma exposição, em uma forma ou outra, da complexidade. De fato, o historiador nunca é mais si mesmo do que quando ele está procurando em sua mente por uma afirmação geral que deve, em si mesma, dar a pista [*hint*] para sua própria complexidade subjacente (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 102)

Uma vez que “o problema do abreviamento é o problema de abreviar uma complexidade” (*ibid.*, p. 102), o erro crucial está em fazer com que a complexidade, ao ser abreviada, apareça como algo simples; é precisamente isso que está envolvido na acusação de super-simplificação feita por Butterfield aos historiadores *whig*. O abreviamento se desvirtua precisamente ao conceber que há um “essencial” da narrativa que pode ser exposto sem qualquer referência aos detalhes:

os abreviamentos são frequentemente falsificados pela assunção de que os essenciais da narrativa [*story*] podem ser contados deixando de fora as complicações; uma assunção que ignora o fato de que a história é toda a rede produzida por complicações inumeráveis perpetuamente envolvendo umas às outras (*ibid.*, pp. 100-101)

No *abreviamento genuíno*, por sua vez, a narrativa é composta, a todo momento, por pistas que, remetendo à complexidade subjacente, impedem com que a história apareça de forma simplificada. E, se o historiador, em algum momento, se permite fazer afirmações gerais, estas necessariamente têm de partir da complexidade formada por particularidades e não ocultar ou corromper tal origem.

Além disso, a possibilidade de se empreender um *abreviamento genuíno* está intimamente ligada à capacidade de *simpatia imaginativa* do historiador, pois é precisamente esta capacidade que possibilita ao historiador compreender o significado ou a totalidade do processo histórico em andamento. Desse modo, “todo abreviamento [...] implica o dom [*gift*] de ver o detalhe significativo e detectar as simpatias entre os eventos, o dom [*gift*] de apreender o padrão total [*whole pattern*] sobre o qual o processo histórico está trabalhando” (*ibid.*, p. 103). E, no essencial, o *abreviamento* diz respeito à “questão orgânica de como reduzir detalhes sem perder o teor [*purport and tenor*] do todo” (*ibid.*, pp. 102-103).

Com essas características, portanto, delimita-se o que constitui um *abreviamento genuíno*. Em última instância, tal procedimento só pode ser desempenhado pelo historiador – isto é, precisamente, por aquele que empreende uma *pesquisa histórica*. Qualquer abreviamento que tome por fonte qualquer outra coisa que não a pesquisa histórica está fadado a ser ilegítimo.

E não é nada menos que uma tragédia se esse procedimento que caracteriza a arte do historiador passa a ser desempenhado por outros:

É talvez uma tragédia que o importante trabalho de abreviar a história seja tão frequentemente deixado para os escritores de livros-texto e manufatureiros profissionais de literatura comercial. É infeliz que tantos abreviamentos da história sejam, na realidade, não propriamente [*at all*] abreviamentos – não a condensação de toda uma concepção [*mind*], mas meras compilações de outros abreviamentos (BUTTERFIELD, 1965[1931], p. 100).

1.1.5. Conclusão

Como antecipado na introdução da presente dissertação, este capítulo teve como *objetivos*: apresentar em detalhe as características que Butterfield atribui à “interpretação whig da história”; apresentar as consequências nocivas que Butterfield atribui à formação de uma narrativa histórica a partir de tais características; e apresentar as soluções propostas por Butterfield para tais consequências. A análise realizada acerca da obra “The Whig Interpretation of History” (BUTTERFIELD, 1965[1931]) possibilita concluir justificadamente que a caracterização feita por Butterfield no que diz respeito à “interpretação whig da história” é muito mais complexa do que a mera questão singular de se tomar o presente como ponto de partida. Nesse sentido, a concepção de *whig history* cunhada por Butterfield, por ser mais complexa e desenvolvida, parece ser mais apta a contribuir enquanto ferramenta analítica para a investigação de narrativas históricas que se valem da noção de *progresso* e *evolução* do que a versão de *whig history* tal como apropriada posteriormente pela História das Ciências.

A fim de propor concretamente de que modo tal ferramenta analítica pode ser utilizada para a investigação de tais narrativas, realizar-se-á em seguida uma investigação sobre a narrativa da “revolução behaviorista”, concernente ao campo da História da Psicologia (capítulo 2) e outra sobre a narrativa da “reforma psiquiátrica brasileira”, concernente ao campo da História da Psiquiatria (capítulo 3). Para isso, será de importância capital ter em mente as características da *whig history* delimitadas por Butterfield e expostas neste capítulo, principalmente: a utilização de critérios do presente para a interpretação do passado; a exclusão do contexto histórico e das mediações por ele proporcionada; a atribuição de agência incondicionada a certos atores históricos; a busca por “origens” e por atores a quem se possa agradecer pelo atual estado de coisas; a divisão entre amigos e inimigos do progresso; a postulação retrospectiva de propósitos desfigurados como propósitos consumados; e a concepção de que a história deve ter, de algum modo, uma função moral.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA WHIG E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

2.1. A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO” NA HISTORIOGRAFIA ESTADUNIDENSE DA PSICOLOGIA.

Dentre as narrativas históricas que versam sobre a História da Psicologia nos Estados Unidos da América (EUA), é comum encontrar uma divisão em três etapas separadas entre si por duas revoluções (COSTALL, 2006; LEAHEY, 2002). Segundo essa narrativa, em um primeiro momento, a Psicologia, enquanto disciplina instituída, surge na Alemanha com a criação, em 1879, do laboratório de psicologia experimental de Wilhelm Wundt na Universidade de Leipzig e tem por interesse principal uma investigação da consciência a partir do método da introspecção experimental; tal estilo de psicologia teria adentrado os Estados Unidos a partir de estudantes que realizaram estágios de pesquisa em psicologia experimental na Alemanha sob a orientação de Wundt e que, posteriormente, se tornaram diretores de laboratórios de psicologia experimental em universidades estadunidense. Em 1913, dando-se conta das inconsistências teóricas e metodológicas implicadas pela psicologia mentalista e introspeccionista, John Watson teria – em seu manifesto “A Psicologia como o Behaviorista a vê” (WATSON, 1913) – *revolucionado* o campo ao defender e, mesmo, impor a necessidade de se estudar *tão somente* o comportamento externamente observável e por métodos experimentais “objetivos”, que excluía a introspecção. Por fim, em 1956, uma *nova revolução*, a Revolução Cognitivista, teria se dado – impulsionada por certos desenvolvimentos nos campos da linguística e da inteligência artificial – ao recusar o escopo limitado do behaviorismo, “abrindo a caixa-preta” e recuperando a mente como objeto de estudo da psicologia, só que agora abordada, não por meio da introspecção experimental, mas sim por métodos estatísticos e experimentais, que teriam sido desenvolvidos no momento de domínio do behaviorismo.

Uma tal organização narrativa é evidente em *The Mind's New Science* [A Nova Ciência da Mente], livro publicado pelo psicólogo cognitivo Howard Gardner em 1985 e uma das principais narrativas acerca do surgimento das ciências cognitivas. O primeiro momento na história da psicologia rumo às ciências cognitivas é descrito pelo autor como a tentativa de resolver questões acerca da mente por meio de métodos experimentais:

Na virada do século [XIX para o XX], na esteira da [*in the wake of*] fundação de novas ciências humanas, investigadores estiveram abordando as principais questões [*key issues*] da vida mental: pensamento, resolução de problemas, a natureza da consciência, os aspectos únicos da linguagem e cultura humana. [...] os investigadores buscaram ir além da mera especulação por meio do uso de métodos experimentais rigorosos (GARDNER, 1985, p. 11)

Contudo, os métodos utilizados por esses primeiros psicólogos experimentais seria a introspecção, que teria o grave problema epistemológico de não conduzir a um “acúmulo de conhecimentos”:

Infelizmente, o método científico favorecido pela maioria dos pesquisadores nesse momento era a introspecção: a auto-reflexão por parte de um observador treinado sobre a natureza e o curso de seus próprios padrões de pensamento. Embora sugestiva (de fato, frequentemente demasiadamente sugestiva), tal introspecção não levou àquela acumulação de conhecimento que é crucial para [*critical to*] a ciência (GARDNER, 1985, p. 11)

O segundo momento na história da psicologia até o advento as ciências cognitivas seria o domínio dos behavioristas após graves críticas à psicologia introspeccionista anteriormente praticada: “O introspeccionismo poderia ter colapsado por seu próprio peso, mas, na realidade, ele foi derrubado [*toppled*] de uma maneira mais agressiva por um grupo de cientistas, na maioria jovens e na maioria estadunidenses, que se tornaram conhecidos como os ‘behavioristas’” (GARDNER, 1985, p. 11). Esse domínio teria se dado como consequência de uma “revolução” desencadeada pela publicação do “manifesto” de John Watson em 1913: “Em 1913, John B. Watson, “há pouco egresso do curso de pós-graduação [*graduate school*], mas já uma força na psicologia estadunidense, lançou a revolução behaviorista” (GARDNER, 1985, p. 109). Tal “revolução behaviorista” defenderia o uso exclusivo de “métodos públicos de observação” e o “comportamento” como objeto exclusivo de estudo da psicologia; e, assim, por meio de tais reivindicações, o behaviorismo:

comunicou [*spoke to*] muitas necessidades [presentes] na comunidade científica, incluindo algumas que eram bem legítimas: desconforto com a aceitação de evidência introspectiva em seu valor literal [*on face value*], sem quaisquer meios de controle científico ou qualquer possibilidade de refutação; insatisfação com conceitos vagos e globais como *vontade* ou *propósito* e o desejo de explicar o comportamento humano utilizando os mesmos constructos que eram aplicados (com aparentemente grande sucesso) ao comportamento animal (GARDNER, 1985, p. 12; grifos no original)

Nesse sentido, dado os fracassos e entraves da psicologia introspeccionista e da consciência, o behaviorismo teria aparecido como uma grande novidade, atraindo a atenção e a fidelidade de vários pesquisadores da época que sentiam o mesmo incômodo:

De fato, na esteira dos [*in the wake of*] problemas que surgiram pela confiança [*reliance*] na introspecção [...], o behaviorismo pareceu como um suspiro de ar fresco durante as décadas que abriram o século [XX]. Não surpreende que ele se tornou popular [*caught on*] e capturou as melhores mentes de uma geração de trabalhadores (GARDNER, 1985, p. 12)

Desse modo, segundo Gardner, “a convocação dramática de Watson teve consequências de longo alcance”, de modo que “seria difícil superestimar o grau [*extent*] com o qual o programa

de Watson veio a dominar a psicologia americana e mesmo veio a exercer influência no exterior [*abroad*]" (GARDNER, 1985, p. 109).

Contudo, se o behaviorismo teria, por um lado, feito avanços, por outro, teria tido seus reveses: “Entretanto, em retrospecto, o preço pago pela aderência estrita ao behaviorismo foi excessivamente caro [*far too dear*]. [...] a aderência aos cânones behavioristas estava tornando o estudo científico da mente impossível” (GARDNER, 1985, p. 12); “Os excessos do introspeccionismo na virada do século foram substituídos, por sua vez, pelos excessos do behaviorismo na parte inicial do século vinte” (*ibid.*, p. 119). Assim, por mais que tenha apresentado avanços ao questionar a psicologia introspeccionista, o behaviorismo, na medida em que interrompeu o estudo sobre a mente, foi, em última instância, um retrocesso:

Essa virada para o behaviorismo pode ter sido inicialmente necessária para pôr de lado [*put to rest*] de forma firme os excessos do estruturalismo e da introspecção [...]. Mesmo assim, do ponto de vista de uma história da ciência cognitiva, é difícil de pensar nessa fase como outra coisa que primariamente negativa e regressiva (GARDNER, 1985, p. 109)

Desse modo, para que a psicologia cognitiva viesse a existir de forma propriamente dita, seria necessário que, antes, o behaviorismo fosse encarado frontalmente: “antes que novos insights sobre o cérebro, ou sobre computadores, pudessem ser trazidos para basear as ciências psicológicas, seria necessário confrontar o behaviorismo diretamente” (GARDNER, 1985, p. 12). Tal enfrentamento, embora baseado em diversos desenvolvimentos de anos anteriores, teria se dado em diversos encontros da década de 1940 – p. ex. o *Pasadena Meeting* e as *Macy Conferences* (1946) –, mas principalmente no *Hixon Symposium*, evento realizado em 1948 e responsável pela apresentação de novas teses acerca do funcionamento mental e cerebral baseadas em analogias com os recém-inventados computadores e que constituíam um “implacável desafio ao behaviorismo então-prevalente” (*ibid.*, p. 23). Estas novas ideias viriam a tomar conta do campo da psicologia, a ponto de configurar uma *nova revolução*, que tomaria as rédeas das mãos do behaviorismo: “A revolução cognitivista gerada [*spwaned*] por psicólogos como Miller e Bruner levou a melhor [*has carried the day*], tão certamente quanto a revolução behaviorista [levou a melhor] meio século atrás” (GARDNER, 1985, p. 110).

Narrativas como a de Gardner, apesar de serem panorâmicas e com períodos relativamente bem definidos – e, talvez, por conta desses mesmos aspectos – vêm sendo problematizadas desde, pelo menos, os últimos 40 anos (SAMELSON, 1981; WOZNIAK, 1993; LEAHEY, 2002; COSTALL, 2006). A principal crítica direcionada a essas narrativas é que elas são, em última instância, um *mito historiográfico*: “o drama romântico da revolução na história da psicologia estadunidense [*American*] é um *mito* plausível, mas perigoso”

(LEAHEY, 2002, p. 308; grifo meu); “Salvo a fundação da psicologia por Wundt, revolução em psicologia é um *mito*” (*ibid.*, p. 316; grifo meu); “O grande problema com essa história de três estágios, entretanto, é que ela está *errada*. O status de cada um dos três estágios é largamente *mítico* [...]” (COSTALL, 2006, p. 636; grifos meus); “Como muitos mitos de origem, entretanto, a narrativa [*story*] do fundamento do behaviorismo por Watson é super-simplificada [*oversimplified*] e enganadora” (WOZNIAK, 1993, p. 1).

Para demonstrar esse caráter mítico de tais narrativas, os pesquisadores críticos a essa história mais generalista desenvolvem pesquisas e narrativas históricas que abarcam aspectos e processos históricos excluídos e negligenciados, intencionalmente ou não, por essa narrativa de três estágios. Com isso, tais críticos intentam expor que, onde tais narrativas revolucionárias apontam grandes rupturas imediatas e totais em relação ao *status quo* anterior, houve, na realidade, transições descontínuas, lentas e, mesmo, incompletas.

Entretanto, mais do que meramente se proporem a corrigir historicamente tais narrativas míticas, há autores que – desconfiando de que tais narrativas não são fruto de meros erros historiográficos ou ignorância histórica – buscam identificar o porquê de existirem tais narrativas simplificadas e de elas serem tão populares. Um caminho promissor para tal explicação é o apontado por Adrian Brock quando aponta para os efeitos que uma dada narrativa histórica pode ter em termos institucionais: “os psicólogos recorreram tradicionalmente à história para prover suas áreas de estudo [*their subject*] com uma identidade distintiva e para auxiliar suas posições em controvérsias intra-disciplinares” (BROCK, 2015, p. 22). Um tal uso da história para promover posições dentro de controvérsias intra-disciplinares está intimamente ligado ao fato de as narrativas históricas no campo da Psicologia terem historicamente sido, em grande parte, escritas não por historiadores de ofício, mas pelos próprios psicólogos, psicólogos que se reconheciam primariamente como pertencente a tal ou qual “escola” ou “vertente” da Psicologia, e apenas secundariamente como propriamente historiadores da área.

Com isso, pode-se argumentar que, muito mais que meramente descrever o modo pelo qual se deu a história de suas respectivas áreas, as narrativas que recorrem à noção de *revolução* são estruturadas de um modo tal que inevitavelmente sirvam de argumento para a existência, legitimidade e, mesmo, superioridade da área disciplinar do psicólogo que a escreve. Nesse sentido, estabelecer uma narrativa em termos de *revolução* implica mostrar, por um lado, o que foi ultrapassado, o que agora faz parte do antigo regime, o que deve ser evitado, menosprezado e, mesmo, abandonado; e, por outro lado, qual é o atual estado de coisas, como se atua e como se *deve* atuar agora.

Um exemplo muito conhecido na história da Psicologia de uma narrativa apontada como tendo propósitos de *legitimação* de uma dada área disciplinar diz respeito à narrativa proposta por Edwing G. Boring acerca do surgimento da Psicologia em seu clássico livro *A History of Modern Psychology* [Uma História da Psicologia Moderna] (1929). Mais de um pesquisador na área (O'DONNEL, 1979; KELLY, 1981) propôs que a narrativa de Boring tinha como um de seus objetivos marcar sua posição na disputa em curso entre, de um lado, ele e os psicólogos experimentais puros e, do outro lado, psicólogos que desenvolviam pesquisas visando sua aplicação.

No que concerne à narrativa de três estágios exposta no início do capítulo, ela tem como efeito, em última instância, propor a Psicologia Cognitiva como um estágio da psicologia que deixou para trás tanto, por um lado, o entendimento atomista da mente e a introspecção dos psicólogos introspeccionistas, quanto, por outro lado, o foco exclusivo no comportamento e a negação da consciência dos behavioristas. Nesse sentido, tal narrativa também tem em si um propósito de expor a Psicologia Cognitiva como sendo um projeto de psicologia mais avançado, que ultrapassou as inconsistências e os problemas dos anteriores; e, ao colocar a Psicologia Cognitiva nesse posto, deslegitima os projetos anteriores, expondo-os como não só problemáticos, mas ultrapassados. Com isso, tais narrativas propõem – por sua própria estruturação baseada na noção de *revolução* – que, se alguém pretende fazer psicologia científica na contemporaneidade, este deve fazer Psicologia Cognitiva, em vez de enveredar por outras trilhas que seguem projetos de psicologia passados, isto é, ultrapassados.

Conceber em termos pragmáticos – isto é, segundo os seus efeitos – a o que se propõe tal narrativa de três estágios possibilita, por um lado, compreender o porquê das diferentes versões dessa narrativa serem utilizadas majoritariamente por psicólogos cognitivos (GARDNER, 1985; BAARS, 1986): se valendo de tal narrativa, tais psicólogos conseguem, na mesma operação, se colocar como suprassumo da Psicologia e, mais que isso, julgar as outras psicologias tomando por base a Psicologia Cognitiva, assumindo uma perspectiva caracteristicamente presentista ou *whig*. Por outro lado, uma abordagem pragmática também ajuda a entender por que tal narrativa foi se tornando cada vez mais fraca com o tempo: com o passar do tempo, novos projetos de Psicologia foram gestados ou recuperados e começou-se a questionar cada vez mais se a psicologia cognitiva pautada pela revolução cognitiva – no essencial, uma psicologia cognitiva pautada pelo modelo de processamento de informação – deveria ser tida como o projeto mais desenvolvido ou último possível: “um número crescente de psicólogos estão se tornando insatisfeitos com essa abordagem, porque eles não mais consideram o terceiro estágio da história como a culminação que uma vez pareceu ter sido”

(COSTALL, 2006, p. 636). Como exemplo dessa insatisfação, Costall (2006) cita as novas vertentes da psicologia cognitiva que não estudariam precisamente a mente, mas sim a consciência, e por métodos em primeira pessoa, que se aproximam dos métodos introspeccionistas do início da psicologia e que foram renegados tanto pelos behavioristas quanto pela psicologia cognitiva inicial. Além disso, é válido questionar também o quão contempladas se veem outras vertentes atuais da psicologia com tal narrativa, por exemplo, os analistas do comportamento, que até hoje desenvolvem suas teorias e práticas sem recorrer ao conceito de mente ou de processamento de informação.

Narrativas nesses moldes são inegavelmente positivas para aqueles que são inseridos nela como mais desenvolvidos ou efetadores da última revolução, entretanto, elas acarretam inevitavelmente consequências negativas para o entendimento da história da Psicologia. Primeiramente, em tais narrativas, “muitos outros campos significativos da psicologia são excluídos” (COSTALL, 2006, p. 636). Nesse sentido, pode-se questionar qual o lugar reservado ao funcionalismo, à psicologia social, à testagem psicológica, à psicologia da educação, ao gestaltismo, à psicologia clínica, etc. dentro dessa narrativa. Qual relação têm tais áreas – que são consideradas como fazendo parte da Psicologia – com a “revolução behaviorista” e com a “revolução cognitiva”? Caso se pretenda manter a narrativa de três estágios, a princípio, duas são as saídas possíveis: ou incluir tais outros campos na narrativa apenas na medida em que eles se relacionam com as “revoluções” já pré-estabelecidas pela narrativa, ou incluir tais campos na narrativa de forma lateral, isto é, como processos que ocorreram concomitantemente, mas separadamente das “revoluções” já pré-estabelecidas pela narrativa. Tendo em vista que adotar a primeira saída implicaria falar relativamente pouco dessas outras áreas que são tidas comumente como áreas de grande importância para a história da Psicologia, muitos historiadores da psicologia optam pela segunda saída, incluindo em seus manuais “uma seção sobre diferentes ‘perspectivas’ dentro da psicologia, com a abordagem de três-estágios, apesar disso, sobrevivendo como a única narrativa histórica substanciada” (*ibid.*, p. 636, n. 1).

Além do problema da exclusão de outros campos significativos da Psicologia, também cabe questionar o lugar cumprido por cada um dos elementos que fazem parte dessa narrativa de três estágios: teria havido uma psicologia introspeccionista uma que foi completamente desbancada pelo behaviorismo em 1913? O behaviorismo teria efetivamente sido um empecilho para o desenvolvimento da psicologia cognitiva? A Revolução Cognitiva teria sido efetivamente um rompimento com o que havia antes?

No que diz respeito à “Revolução Cognitiva”, pode-se argumentar que a Psicologia Cognitiva baseada na analogia computacional do processamento de informação não está tanto

em ruptura, mas sim em *continuidade* com projetos de psicologia anteriores, como certas versões do funcionalismo ou, mesmo, certas versões do behaviorismo mediacional (cf. LEAHEY, 2002). Propostas nesse sentido nos apontam para um perigo que narrativas revolucionárias *demasiado panorâmicas* podem proporcionar: o ofuscamento de outras relações possíveis entre projetos de psicologia que não as relações de crítica excludente, negação absoluta e superação revolucionária.

Quanto à “revolução behaviorista”, ela constitui o ponto de discussão principal deste capítulo. Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo investigar quais foram os efeitos da publicação, em 1913, do artigo-manifesto “A Psicologia como o Behaviorista a vê” de John B. Watson e se este acontecimento efetivamente desencadeou uma revolução no campo da psicologia estadunidense, alterando completamente o cenário de produção e investigação desenvolvidas na época. Para isso, primeiramente, far-se-á uma breve apresentação da configuração da psicologia estadunidense na época da publicação do “manifesto” de Watson, passo necessário para se poder julgar em que medida tal publicação teria alterado o estado de coisas da época; em seguida, expor-se-á os principais argumentos presentes na literatura secundária contrários à proposta de que o “manifesto” de Watson teria sido responsável por uma revolução na Psicologia estadunidense quando da sua publicação em 1913; após isso, proceder-se-á a apresentação dos argumentos presentes na mais veemente das respostas ao “manifesto” de Watson realizadas na época – qual seja, o artigo *On ‘Psychology as the Behaviorist views it’* [Sobre ‘A Psicologia como o Behaviorista a vê’] (TITCHENER, 1914b) –, a fim de se mostrar que várias das – senão todas as – propostas de Watson teriam sido frontalmente combatidas por autores da época, inclusive se valendo de argumentos que seriam retomados posteriormente por psicólogos-historiadores críticos à noção de “revolução behaviorista” ; por fim, far-se-á uma avaliação das relações entre a narrativa da “revolução behaviorista” e a noção de história *whig*, valendo-se dos elementos expostos anteriormente.

2.2. A PSICOLOGIA ESTADUNIDENSE EM 1913

Para julgar propriamente acerca da existência ou inexistência de uma “Revolução Behaviorista” em 1913, é fundamental ter em mente o *status* da Psicologia estadunidense em tal momento. Em 1913 – ao contrário do que os manuais de história da psicologia, muitas vezes, dão a entender, por conta de sua exposição das diferentes correntes de Psicologia em diferentes capítulos – havia uma grande quantidade de projetos de psicologia distintos e, mesmo, inconciliáveis sendo desenvolvidos nos Estados Unidos da América (EUA). Alguns destes

nasceram mais propriamente nos EUA desde antes da virada para o século XX, como por exemplo o Funcionalismo; outros, foram importações da psicologia alemã, em voga na época.

É praticamente consenso na História da Psicologia, considerar que o primeiro país a desenvolver uma psicologia experimental laboratorial institucionalizada foi a Alemanha, com a instauração do laboratório de psicologia de Wilhelm Wundt em Leipzig em 1879. Com tal institucionalização, estudiosos de vários países se deslocaram para aprender os procedimentos da nova psicologia experimental laboratorial e adquirir seu título de PhD sob a orientação de Wundt. Dentre os que assim fizeram, encontram-se vários dos psicólogos que, posteriormente, viriam a ocupar cargos em laboratórios de Psicologia nos Estados Unidos (TINKER, 1932): Hugo Münsterberg, que concluiu seu PhD sobre “A Doutrina da Adaptação Natural em seu Desenvolvimento, Aplicação e Significado” em 1885 e veio a administrar o laboratório de Harvard; Frank Angell, que concluiu seu PhD “Investigações sobre a Estimativa da Intensidade de Sons” em 1891 e veio a fundar os laboratórios de Psicologia de Cornell, em 1891, e de Stanford, em 1892; James McKeen Cattell, que concluiu seu PhD sobre “Investigações Psicométricas” em 1886 e veio a administrar o laboratório da Universidade da Pennsylvania; Edward Scripture, que concluiu seu PhD “Sobre o Processo Associativo das Representações” em 1891 e veio a administrar o laboratório da Universidade de Yale; Edward Bradford Titchener, que concluiu seu PhD “Sobre os Efeitos Binoculares de Estímulos Monoculares” em 1892 e veio a administrar o laboratório da Universidade de Cornell ainda no mesmo ano; Charles H. Judd, que concluiu seu PhD “Sobre as Percepções de Espaço no Campo do Sentido do Tato” em 1896 e veio a administrar o laboratório da Universidade de Chicago.⁸

Ao chegarem nos EUA, entretanto, cada um estabeleceu um tipo muito particular de psicologia: Cattell continuou seus estudos em Psicometria; Titchener foi responsável por desenvolver uma psicologia estritamente experimental e laboratorial, no geral, bem similar à desenvolvida por Wundt, porém com diferenças que não podem ser menosprezadas (MARCELLOS; ARAÚJO, 2015); Frank Angell, de maneira similar a Titchener se manteve, em grande parte, alinhado à psicologia experimental wundtiana, focando suas pesquisas na psicofísica, porém sem grande projeção enquanto pesquisador; Münsterberg ficou conhecido por sua forte defesa e prática da psicologia aplicada em indústrias, escolas e no âmbito jurídico;

⁸ Outros nomes de destaque, embora não tenham se estabelecido posteriormente nos EUA, são: Oswald Külpe, que concluiu seu PhD “Para a Teoria dos Sentimentos Sensoriais” em 1887 e veio a fundar a Escola de Wurzburg, fortemente crítica a Wundt; Charles Spearman, que, embora tenha iniciado seu PhD em 1897 sobre “As Ilusões Normais na Percepção de Posição”, apenas o concluiu em 1905 e veio a administrar o laboratório da Universidade de Londres; e Otto Klemm, que concluiu seu PhD “G. B. Vico como Filósofo da História e Psicólogo dos Povos” em 1906 e veio a se tornar, após a morte de Wundt, um dos principais nomes da Escola Gestaltista de Leipzig (TINKER, 1932).

Scripture – que, inicialmente, permaneceu alinhado à psicologia experimental de Wundt –, posteriormente, teve como foco pesquisas sobre a fala, principalmente no que diz respeito a patologias ou deficiências; por fim, Judd teve como foco principal a psicologia educacional, mas com incursões pela psicologia social.⁹

Há também outros psicólogos estadunidenses que, embora não tenham recebido o PhD sob a tutela de Wundt, chegaram a visitar o laboratório de Wundt para se inteirar acerca da “nova psicologia” que havia surgido e se popularizado. Este é o caso de Granville Stanley Hall, que, após receber, em 1878, sob a orientação de William James, o primeiro título de PhD em Psicologia dos EUA, visitou o laboratório de Wundt por três anos (HALL, 1912, p. v). Hall foi responsável pela fundação do laboratório de psicologia da Universidade de John Hopkins, considerado por alguns o primeiro dos EUA; pela criação do *American Journal of Psychology* em 1887, periódico científico que existe ainda hoje; e também foi o primeiro presidente da *American Psychological Association (APA)*, em 1892. Suas investigações na Psicologia inicialmente, na década de 1880, se restringiram a estudos em psicologia experimental sensorial bem próximos ao modelo de Wundt; porém, a partir da década de 1890, Hall se voltou para o campo da educação, introduziu um modelo diferente de investigação, buscando localizar a distribuição geral de traços característicos a partir da coleta de dados envolvendo dezenas, e mesmo centenas, de crianças (DANZIGER, 1985). Baldwin, por sua vez, realizou investigações experimentais durante a década de 1890, obtendo, contudo, resultados que contrariavam a tese wundtiana segundo a qual as características da consciência “normal” adulta são universais, comuns a todos os homens adultos e não-loucos; pelo contrário, os resultados de Baldwin indicavam a existência de características específicas às consciências dos diferentes sujeitos, de modo que o objetivo da psicologia experimental deveria passar a ser identificar essas diferenças individuais, até mesmo por meio do estudo das mentes de crianças, “primitivos” e loucos (GREEN, 2009, p. 78). A partir da constatação da existência de diferenças individuais e sob forte influência das teorias “darwinistas” em destaque na época, Baldwin desenvolveu a concepção de “seleção orgânica”, segundo a qual traços obtidos durante a vida do indivíduo poderiam ser passados para outros organismos por meio da imitação, dinâmica que posteriormente ficou conhecida como “efeito Baldwin” (GREEN, 2009, p. 78).

⁹ Dentre estes nomes, o mais importante para a presente discussão é o de Edward Bradford Titchener, por ter defendido uma posição tão radical quanto a de Watson, porém diametralmente oposta, e por ter sido aquele que mais diretamente respondeu às propostas do “manifesto” de Watson. Enquanto Watson defenderá a exclusão total da consciência enquanto objeto da psicologia, Titchener defendia e continuará defendendo a consciência como o *único objeto* próprio da ciência que adota o ponto de vista psicológico; enquanto Watson defenderá a exclusão completa do método da introspecção, por ser cientificamente inviável, Titchener defenderá a introspecção como o *único método* próprio – e cientificamente viável – da ciência que adota o ponto de vista psicológico.

Para além dos psicólogos que tiveram algum contato com Wundt, nos EUA, havia também psicólogos que foram influenciados por correntes de pensamento inglesas, principalmente ligadas à questão da evolução biológica da espécie humana. William James – um dos principais nomes da psicologia estadunidense – desenvolveu pesquisas em psicologia experimental já na década de 1870, que culminaram na publicação de um dos principais livros da história da Psicologia, seu *Principles of Psychology*, de 1890. Com sua guinada para o campo da Filosofia a partir da década de 1890, James foi um dos fundadores da escola pragmatista na Filosofia, reconhecida como uma filosofia eminentemente estadunidense. O pragmatismo de James foi de grande importância para a psicologia funcionalista, na medida em que contribuiu com concepções que influenciaram diretamente os psicólogos funcionalistas da época, como James Rowland Angell. (FERREIRA; GUTMAN, 2013). Outro nome diretamente relacionado ao de James, à filosofia pragmatista e ao Funcionalismo na Psicologia é o de John Dewey. Dewey também será fortemente influenciado pelas teorias evolucionistas; contudo, seu foco não será tanto a noção de variabilidade, mas sim a de *adaptação ao meio*, este entendido, porém, como um meio social. Dewey terá uma forte atuação na área educacional e nas escolas, onde, a partir da noção de que o meio social é uma variante de peso para a adaptação, proporá a aplicação de métodos educacionais que resultem em um aprimoramento das capacidades das crianças de se adaptar ao mundo moderno, entendido como um mundo de constante mudança e alta imprevisibilidade (GREEN, 2009, p. 80). Por fim, um terceiro nome importante é o de James Rowland Angell, que foi responsável por uma das principais tentativas de formulação dos traços definidores do movimento Funcionalista, em seu discurso de 1907 enquanto presidente da *American Psychological Association (APA)*, intitulado *The Province of Functional Psychology* [A Província da Psicologia Funcional] (ANGELL, 1907).

Também influenciados por ideias evolucionistas inglesas, alguns pesquisadores buscaram retratar características psicológicas humanas a partir de outros animais, desenvolvendo o que ficou conhecido como “Psicologia Animal” ou “Psicologia Comparada”. Com o argumento evolucionista de Darwin, abriu-se caminho para o entendimento de que a mente humana fora também o resultado da evolução e, portanto, se encontraria de algum modo –, muito provavelmente mais rudimentar – nos outros animais. George Romanes (1848-1894) foi um dos primeiros a propor o estudo da mente humana em comparação com a mente animal, cunhando o termo *psicologia comparada* para uma tal empreitada. Por volta da virada para o século XX, um dos grandes problemas dos psicólogos animais era delimitar precisamente em que momento da história evolutiva da espécie se encontrava o surgimento da mente, o que levou a Jacques Loeb (1859-1924) a propor, em 1890, o surgimento da memória associativa como

critério basal para o surgimento da mente nos animais. Já na década de 1900-1910, o foco será os estudos experimentais acerca da inteligência dos animais, empreitada iniciada de forma mais reconhecida com o estudo de Edward Thorndike (1874-1949), em seu livro *Animal Intelligence* [Inteligência Animal] (1898), acerca da aprendizagem nos animais (BORING, 1953). Dentre esses pesquisadores da *psicologia animal*, encontra-se John Broadus Watson – futuro “fundador do Behaviorismo” –, que obteve seu PhD na Universidade de Chicago em 1903 com uma tese sobre o processo de aprendizagem em ratos e que se dedicou ao campo da Psicologia Animal principalmente até 1913, mas também depois, embora com menor ênfase (TODD; MORRIS, 1986; DEWSBURY, 2013).

Com tal apresentação geral, vê-se o grande número de pesquisadores e correntes de Psicologia distintas, incompatíveis, porém coexistentes em 1913. O cenário no qual Watson escreve seu manifesto e que recebe tal manifesto é um cenário no qual há projetos já bem desenvolvidos, como o Estruturalismo de Titchener, o Funcionalismo de James Angell e a Psicologia Animal. Uma leitura crítica do manifesto watsoniano, assim como de suas consequências para a psicologia estadunidense, deve necessariamente levar em consideração um tal contexto, a fim de determinar o quanto Watson efetivamente rompeu com o Antigo Regime por meio de sua “Revolução”.

2.3. CRÍTICAS E EVIDÊNCIAS CONTRA A NOÇÃO DE REVOLUÇÃO BEHAVIORISTA

Para além dos textos de Samelson (1981), Leahey (1992) e Costall (2006), que atacam de forma direta a ideia de uma “Revolução Behaviorista” por meio de discussões historiográficas sofisticadas, há uma investigação volumosa bem anterior, realizada ainda em 1938 – passados apenas vinte e cinco anos da publicação do “manifesto” de Watson. Em seu extenso artigo *The Rise and Fall of Behaviorism* [A Ascensão e Queda do Behaviorismo], Willard Harrell e Ross Harrison (1938) levantaram algumas críticas pertinentes que corroboram o questionamento do rótulo de “revolução” ao que se passou em 1913, levando, por fim, à conclusão de que “já há evidência suficiente disponível para sugerir que aqui, como em outras partes dos desenvolvimentos científicos, *não houve quebra aguda com o passado*” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 373; grifos meus).

Na presente secção, destacar-se-á os principais argumentos encontrados na literatura secundária que atentam contra a ideia de que houve uma revolução em 1913 desencadeada pelo artigo-manifesto de John Watson. Para além disso, recorrer-se-á a fontes primárias – artigos e cartas da época – que corroborem, ou exemplifiquem, os argumentos desenvolvidos pela literatura secundária.

2.3.1. A Invenção do Introspeccionismo

Primeiramente, para que seja possível haver uma revolução, é necessário que haja um estado de coisas completamente distinto do cenário pós-revolução para ser negado (LEAHEY, 1992). Nesse sentido, Harrell e Harrison questionam justamente a imagem que Watson faz da Psicologia pré-1913, uma vez que ele a considera como sendo estritamente uma prática subjetivista: “A imagem que Watson deu da psicologia como um desperdício estéril de análise subjetiva, enquanto parcialmente verdadeira, foi uma *simplificação* a ponto de ser uma *distorção*” (HARRELL & HARRISON, 1938, pp. 368-369; grifos meus). Tal imagem, segundo os autores, seria uma distorção pelo fato de que, desde os anos 1880 e 1890, já havia investigações no campo da Psicologia que se valeriam de “métodos behavioristas”, por exemplo, as que diziam respeito aos âmbitos da percepção, tempo de reação, relações psicossomáticas, mensurações psicofísicas, aprendizagem e memória.

Essa primeira crítica feita por Harrell e Harrison é corroborada por autores posteriores. O clássico historiador da psicologia Edwin G. Boring, em seu clássico texto sobre a história da introspecção (BORING, 1953), defende que o *introspeccionismo* foi uma invenção por parte dos críticos do método introspectivo *estrito* desenvolvido por Wundt na Alemanha e continuado por Titchener nos Estados Unidos da América. Estes críticos, segundo Boring, seriam: Oswald Külpe, após ter assumido sua cátedra em Würzburg; os psicólogos da Gestalt, em continuação ao projeto iniciado por Max Wertheimer; e os behavioristas sob a iniciativa de Watson:

A introspecção ganhou o seu *ismo* [*introspeccionismo*], porque essas novas escolas de protesto necessitavam de um pano de fundo claro e estável contra o qual pudessem exibir suas novas características. Nenhum proponente da introspecção como o método básico da psicologia jamais se chamou de introspeccionista. Usualmente, ele se chamava de psicólogo. (BORING, 1953, p. 172; itálico no original).

Leahey (1992), por sua vez, criticando a ideia de que houve uma “revolução behaviorista” em 1913, entende que:

a psicologia, então, se moveu, quase sem se dar conta, de uma ciência da vida mental para a ciência do comportamento *nas duas décadas precedentes a 1913* [portanto, começando em 1993]. Nenhuma inovação ou aglomerado de inovações causou a mudança. Em vez disso, se encontra a formatação gradual de um campo pela combinação de forças sociais, intelectuais e nativas. Nunca houve uma quebra visível, uma consciência de se fazer uma revolução (LEAHEY, 1992, p. 313; grifos meus)

No mesmo sentido, Costall (2006) aponta que “o termo ‘introspeccionismo’ [...], enquanto um movimento psicológico supostamente dominante é largamente uma invenção do próprio Watson” (p. 644). Se trata de uma *invenção* precisamente porque “trabalho objetivo”

já estava bem estabelecido dentro da psicologia experimental muito antes de Watson ter decidido agitar as coisas” (*ibid.*, p. 639) e porque “métodos objetivos (i. e. não-introspectivos) já estavam bem estabelecidos também na psicologia experimental humana” (*ibid.*, p. 639).

Além disso, a postulação da existência de um introspeccionismo antes de 1913 pressupõe a existência de uma unidade ou consenso em relação ao método da psicologia. Contudo, como Leahey aponta: “certamente, havia um acordo geral de que a psicologia era primariamente a ciência da consciência e que seu método era a introspecção, mas, para além desses pontos muitos gerais, havia um sério desacordo acerca de questões fundamentais, fundacionais” (1992, p. 311). No que diz respeito à introspecção, havia grande discordância dentre seus proponentes: Wilhelm Wundt, William James, a Escola de Wurzburg, Edward Titchener, todos estes discordavam entre si acerca de seu funcionamento, de modo que “não havia, em conclusão, qualquer acordo preciso entre os psicólogos acerca de seu método, a introspecção (*ibid.*, p. 311). Do mesmo modo, não havia concordância acerca da delimitação das leis que governam a consciência, de modo que “para além de uma definição acordada de psicologia como o estudo da consciência, necessariamente dependendo [*perforce relying*] da introspecção, tudo era disputado” (*ibid.*, p. 311).

Essas críticas nos apontam para a necessidade de questionar a própria narrativa histórica exposta por Watson em seu artigo “revolucionário”, uma vez que há indícios de que o mesmo operou *simplificações* demasiado impactantes em relação à psicologia de seu tempo e pregressa, a fim de apresentar sua proposta como uma verdadeira ruptura perante o passado. Nesse sentido, o grande contraste proposto por Watson entre a sua teoria e metodologia e a teoria e metodologia de outros psicólogos contemporâneos a ele parece ser muito mais decorrente do modo como Watson os apresenta do que propriamente um contraste efetivamente reconhecido de forma generalizada pelos psicólogos da época.

Desse modo, a relação de Watson com a Psicologia anterior a ele parece ter sido bem diferente de uma ruptura ou revolução. Em vez disso, Watson teria sido, não o grande revolucionário que deixou para trás o passado, mas sim aquele que teria acompanhado um movimento de críticas à utilização do método da introspecção e proposta de utilização de outros métodos científicos na Psicologia. Nesse sentido, haveria, por parte de Watson, uma considerável herança de suas propostas em relação aos movimentos que o antecederam, herança que deve ser levada em consideração para avaliar em que nível Watson constituiu uma *ruptura* na história da psicologia.

2.3.2. A Herança em Relação ao Passado

Não há dúvidas de que Watson, em seu manifesto¹⁰, adota uma postura *radical* segundo a qual pretende negar toda a Psicologia existente até então, seja ela a Psicologia Animal baseada na analogia entre homens e animais, a Psicologia Experimental que se utiliza da introspecção de algum modo, ou Psicologia Funcionalista que adota de algum modo conceitos mentalistas.

O próprio Watson, posteriormente, em seu texto intitulado *The Origin and Growth of Behaviorism* [A Origem e o Crescimento do Behaviorismo] (1927), apresenta, por meio de uma visada retrospectiva, reivindicações de originalidade, alegando haver introduzido, na época, uma posição até então inexistente:

Até a aparição dos dois artigos de Watson “Psicologia como o Behaviorista a vê” (1913) e “Imagem e Afecção no Comportamento” (1913), e seu livro “Behaviorismo – Uma Introdução à Psicologia Comparada” (1914), *não havia nenhuma cristalização da tendência behaviorística [behavioristic]. Nenhum dos trabalhadores no campo do comportamento animal fizeram nenhuma tentativa de escapar das implicações da consciência em sua interpretação dos atos humanos ou animais.* Nessas três publicações, *os termos “behaviorismo”, “behaviorístico” e “behaviorista” [“behaviorism”, “behavioristic”, and “behaviorist”] foram utilizados pela primeira vez.* O livro de Washburn, “A Mente Animal” (1907), representa muito bem a tendência da época. Ela sentia a necessidade de interpretar todo comportamento animal em termos de consciência como definida nos sistemas introspectivos de W. Wundt e E. B. Titchener (WATSON, 1927, p. 248; grifos meus)

Entretanto, se, por um lado, pode-se conceder a Watson a pretensão de ter apresentado uma posição até então inexistente – principalmente no que diz respeito à desconsideração absoluta da consciência enquanto objeto e da introspecção enquanto método –, por outro lado, pode-se identificar que várias outras posições e críticas apresentadas por Watson em seu “manifesto” não eram originais, mas, pelo contrário, foram herdadas de psicólogos e filósofos anteriores a ele. Nesse sentido, pode-se argumentar que há uma “escassez de ideias originais nas formulações sistemáticas dos behavioristas radicais. A não-originalidade das hipóteses watsonianas é uma tese que pode ser facilmente mantida” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 380). Desse modo, mais que propor algo original, Watson seria aquele que teria, em vários momentos, levado ao extremo teses já em circulação: “era característico dele [de Watson] pegar emprestado as ideias de outros, dando-as uma expressão mais vigorosa e ao mesmo tempo forçando-as em direção a seu extremo em termos lógicos [*logical extreme*]” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 370); ou aquele que foi capaz de reunir em um todo coerente concepções anteriores a ele que se encontravam dispersas: “embora nenhum teórico tenha desenvolvido um sistema behaviorista completo nem antes nem ao mesmo tempo que Watson, ideias que

¹⁰ Para uma apresentação do “manifesto” de Watson, cf. seção 2.4.1. *infra*.

possuíam semelhança [commonality] com as suas estavam no ar” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 373); “ele cristalizou os rumores [rumblings] em um todo coerente que ganhou atenção” (BENJAMIN JR, 2006, p. 155).

No que diz respeito às críticas à consciência e à introspecção, pode-se argumentar que

Watson de modo algum foi o primeiro a criticar o uso pela psicologia do conceito de ‘consciência’ ou do método da introspecção; sua tentativa de livrar a psicologia da ‘consciência’ como um todo ou de defender a posição contra todo o uso da introspecção não foi nem mesmo a primeira (WOZNIAK, 1993, p. 1)

De fato, quando se trata da exclusão da consciência, é possível retrair, no mundo ocidental, toda uma tradição materialista anterior a Watson, de modo que o behaviorismo “não foi nada mais do que o velho materialismo reducionista da metade final do século dezenove, apresentado [rendered], em algum grau, de modo mais insensível e não-persuasivo, e não deveria ter alarmado ninguém indevidamente” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 375); e, assim, “em um [certo] sentido, o behaviorismo é meramente outro tipo [brand] de materialismo (*ibid.*, p. 367).

No que diz respeito às críticas método da introspecção, também seria possível retrair toda uma tradição de críticas anteriores, na medida em que “muitos filósofos e cientistas, incluindo [Auguste] Comte e [Paul Julius] Möbius, haviam negado sua validade como uma ferramenta suficientemente rigorosa [exacting] para propósitos científicos” (*ibid.* p. 375); e, mesmo, em 1912 – um ano antes do “manifesto” de Watson – foi publicada mais uma crítica à introspecção, intitulada *The Theory and Limitations of Introspection* [A Teoria e as Limitações da Introspecção], de autoria do psicólogo Raymond Dodge, que apontava problemas no método – como a dificuldade de consenso – e defendia a validade de dados não-introspectivos, elementos que estarão presentes no “manifesto” watsoniano no ano posterior.

No que diz respeito aos métodos experimentais “comportamentais” e à busca de “prever e controlar o comportamento”, aqui também Watson não parece ter sido o primeiro:

Watson não foi o primeiro a utilizar métodos objetivos, experimentais, no estudo do comportamento, ou a propor um esquema unitário para a investigação da resposta animal e humana. De fato, mesmo a predição e o controle do comportamento haviam sido articulados como metas valiosas da ciência psicológica anteriormente ao manifesto de Watson de 1913. (WOZNIAK, 1993, pp. 1-2)

Quanto à utilização de métodos “comportamentais”, pode-se argumentar que métodos desse tipo – não-introspectivos – eram utilizados desde, pelo menos, o fim do século XIX: “Os anos 1880 e 1890 haviam produzido muitos trabalhos acerca de certos problemas da percepção, tempo de reação, relações psicossomáticas, medidas psicofísicas, aprendizagem e memória, e

todos por métodos comportamentais [*behavioristic methods*]” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 369); dentre os utilizadores de tais método estariam Henri Piéron, na França, e Cattell, Woodworth, Scripture e Max Meyer nos Estados Unidos da América. Além disso, mesmo a convocação *radical* de uma substituição *total* da introspecção por métodos “objetivos” também foi antecipada pela convocação de uma *mudança de ênfase* de métodos introspectivos para métodos “objetivos”: “mesmo aqui, ele foi antecipado pelo apelo por uma mudança de ênfase por vários advogados menos diretos [*forthright*], incluído Cattell, Woodworth, Poincaré, Dodge e Dunlap” (*ibid.*, p. 376).

De qualquer modo, a principal fonte dos métodos comportamentais para Watson parece ter sido a psicologia animal, pois tais métodos já dominavam tal disciplina anteriormente a 1913: “Apesar da terminologia que os behavioristas podem considerar como mentalista, os métodos utilizados na psicologia comparada durante esse período eram geralmente experimentais. Havia pouco uso de anedotas e métodos não-experimentais na psicologia animal mainstream nessa época” (DEWSBURY, 2013, p. 14). E foi precisamente nessa época que Watson desenvolveu trabalhos na área se utilizando de tais métodos: “ele trabalhou primariamente com problemas já amplamente presentes na psicologia comparada embora com os métodos experimentais que estavam vindo a caracterizar o campo” (*ibid.*, p. 16).

Há várias evidências que corroboram a tese de que a psicologia animal influenciou sua proposta de behaviorismo exposta em 1913; a principal delas, contudo, é o fato de Watson ter estudado e praticado psicologia animal por longo tempo antes de publicar seu “manifesto”:

A proposta de 1913 de Watson de reformatar [*reshape*] a psicologia de acordo com suas visões, entretanto, foi precedida por mais de uma década de pesquisa laboratorial externa e estudos de campo em psicologia comparada. Na realidade, o behaviorismo clássico de Watson [só] foi levado a sério, em parte, por conta da estatura que ele havia alcançado em 1913 por meio da extensão e qualidade de sua pesquisa (TOOD; MORRIS, 1986, p. 72)

[...] certos aspectos do behaviorismo de Watson estavam evidentes muito antes do seu assim-chamado manifesto behaviorista de 1913. Seu behaviorismo não simplesmente apareceu de lugar nenhum – ele foi o produto, em parte, de mais de uma década de pesquisa rigorosa sobre o e observação do comportamento animal (*ibid.*, p. 86)

O próprio Watson confessa tal envolvimento em seu “manifesto”: “Eu devotei quase doze anos para a experimentação sobre animais. É natural que um tal [indivíduo] devesse derivar para [*drift into*] uma posição teórica que está em harmonia com seu trabalho experimental” (WATSON, 1913, p. 175). Mais ainda, quase quinze anos depois, em seu texto *The Origin and Growth of Behaviorism* [A Origem e Crescimento do Behaviorismo] (1927), Watson apresentará o behaviorismo retrospectivamente como um produto direto da psicologia animal,

como se houvesse sido um movimento natural que o tivesse levado da psicologia animal para sua posição behaviorista:

O behaviorismo é um desenvolvimento direto [*direct outgrowth*] da psicologia animal. No trabalho laboratorial durante os primeiros dez anos do século vinte, tornou-se cada vez mais aparente conforme passava o tempo que nós podíamos ‘controlar’ o comportamento dos animais pelo arranjo [*arrangement*] das situações (WATSON, 1927, p. 247)

No mesmo sentido, o funcionalismo teria sido uma das principais fontes para a formulação da posição defendida por Watson em seu manifesto: “muitos dos procedimentos e interesses que energizaram Watson e seus colegas foram desenvolvidos sob a égide aprovadora do funcionalismo” (GREEN, 2009, p. 75; grifo no original). Watson recebeu parte de sua formação em psicologia na Universidade de Chicago, um dos polos de maior força da perspectiva funcionalista; e, em que pese suas críticas ao funcionalismo, pode-se argumentar que ele foi por este influenciado, mesmo que por meio da contraposição: “A Universidade de Chicago, que foi o viveiro [*hotbed*] do funcionalismo, foi também o campo de treinamento de Watson. Esse fato é pertinente quando se se recorda que os professores da pessoa sempre a influenciam, mesmo que apenas por meio da reação” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 370). Nesse sentido, pode-se considerar o funcionalismo mesmo como “uma das raízes do behaviorismo”:

O behaviorismo foi um desvio à esquerda [*left deviation*] em relação ao Funcionalismo estadunidense [...] foi esse movimento funcionalista de Dewey e Angell que constituiu [*was*] uma das raízes do behaviorismo, [este último] que se desenvolveu a partir da escola de Chicago como uma elaboração aproximada [*virtual*] e extensão das premissas biológicas postuladas no programa funcionalista (*ibid.*, p. 370)

Por fim, embora que talvez de modo indireto, também é possível postular que as concepções da filosofia pragmatista – veiculada por pelo menos dois dos principais nomes do funcionalismo: William James e John Dewey – influenciaram as posições de Watson, ou, ao menos, foram importantes para uma recepção menos disruptiva das propostas do “manifesto” watsoniano. Aqui, mais uma vez, a consideração das concepções que antecederam Watson reforça a tese de uma continuidade em relação ao passado, mais do que uma ruptura ou revolução:

Assim, o behaviorismo de Watson pode ser considerado como derivando da união dos métodos objetivos do laboratório animal com certas tradições pragmáticas e empíricas na filosofia e psicologia. Estas últimas, enquanto menos diretas, dão o pano de fundo histórico necessário para uma avaliação do behaviorismo em termos de um processo histórico-evolucionário contínuo (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 372)

Desse modo, as heranças em relação ao passado – principalmente com relação à psicologia animal e ao funcionalismo, mas também com relação ao pragmatismo – podem ajudar a explicar ou tornar compreensível o julgamento retrospectivo feito pelo próprio Watson acerca do aparecimento do behaviorismo em 1913: “Quando o behaviorismo apareceu pela primeira vez como um movimento distinto na psicologia, *ele recebeu muita pouca atenção*. Titchener o chamou de *simplesmente uma outra revolta na psicologia*” (WATSON, 1927, p. 247; grifos meus).

Entretanto, se, por um lado, pode-se reconduzir vários aspectos do behaviorismo a posições já existentes na época, é inegável que há pontos em que o “manifesto” de Watson se diferencia das posições anteriores. Enquanto os psicólogos animais e os funcionalistas já propunham, na época, modificações em relação à psicologia de análise da consciência do final do século XIX e início do século XX, Watson apresentará uma posição *radical*, na medida em que proporá o *completo* abandono da consciência enquanto objeto e da introspecção enquanto método, posição que a grande maioria – ou, mesmo, a totalidade – dos psicólogos da época não estava disposto a aderir – ou, mesmo, aceitar.

Assim, o grande diferencial de Watson teria sido o de ter adotado uma *postura singularmente radical*: “A principal diferença entre Watson e os outros críticos jaz na leveza da censura destes em contraste com o aspecto direto e franco [*outrightness and bluntness*] da posição de Watson” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 376); “Outros psicólogos também haviam insistido em dados objetivos, comportamentais ou na importância de trabalho aplicado,[...]. Mas Watson, tomando ideias onde quer que ele pudesse achá-las, construíra [*had fashioned*] uma posição extrema” (SAMELSON, 1985, pp. 37-38).

2.3.3. A Radicalidade do Behaviorismo Watsoniano

Watson, ele próprio, tinha consciência do passo que estava dando com sua publicação de 1913, no sentido de estar indo diretamente contra psicólogos bem estabelecidos em seu país. Em carta enviada a Robert Yerkes em 6 de Fevereiro de 1910 (*apud* BENJAMIN JR, 2006, p. 157; grifos meus), Watson explica suas ideias no momento: “Eu sou um fisiólogo [!] e eu vou tão longe a ponto de dizer que *eu remodelaria a psicologia tal como nós a temos (humana) e reconstruiria nossa atitude com referência a toda a questão da consciência*”. Nesta carta, já estão presentes ideias específicas que reaparecerão, três anos depois, em seu manifesto: a ideia de que a consciência em psicologia nada mais é que um instrumento a ser utilizado para a observação, tal como ela o é em quaisquer outras ciências que se valem da observação, como a química e a fisiologia; a ideia de que a sensação, a memória, a atenção são comportamentos; e

a proposta de uma concepção da vida a partir do comportamento, tendo por fato principal [*keynote*] o ajustamento. Entretanto, Watson reconhece os perigos de perpetrar tal ataque naquele momento:

Mas eu temo fazer isso agora, porque meu lugar aqui [na Universidade de John Hopkins], não está pronto para isso. A minha tese, desenvolvida como eu a anseio desenvolver, certamente me separaria dos psicólogos – [Edward] Titchener me rejeitaria [*cast me off*] e eu temo que [James] Angell faria igual (WATSON *apud* BENJAMIN JR, 2006, p. 157)

Mesmo após mais ou menos três anos após a publicação de seu manifesto, Watson se mostrou ciente de que suas ideias eram radicais a ponto de nenhum de seus amigos concordar completamente com ele: “Se eu largasse [*dropped*] todos os meus amigos que pensam que uma certa quantidade de introspecção é justificável, eu estaria vivendo na terra dos sem-amigos!” (Watson para Yerkes, 31 de Março de 1916 *apud* BENJAMIN JR, 2006, p. 160).

Há também indicações de cartas nas quais Watson diz ter sido repreendido por James M. Cattell por ser “radical demais” (WATSON *apud* SAMELSON, 1981, p. 404), reconhece que outros psicólogos o julgam louco e diz não se surpreender caso essa seja a opinião geral: “Eu entendo que [Roswell P.] Angier pensa que eu sou louco. Eu não deveria ficar surpreso se essa fosse o consenso geral de opinião” (WATSON *apud* SAMELSON, 1981, p. 404).

No que diz respeito às posturas adotadas pelos psicólogos da época em relação ao “manifesto” de Watson, o estudo de Samelson (1981) é de grande valor, não apenas pela quantidade e qualidade das fontes primárias utilizadas pelo autor, mas também pelo quadro geral que ele permite formular acerca das reações dos psicólogos da época em relação ao manifesto de Watson. Por meio da investigação de publicações que se seguiram imediatamente à publicação do artigo de 1913 de Watson, Samelson constatou que “se, retrospectivamente, a aparição do manifesto de Watson foi um grande evento histórico, as fontes primárias não refletem muito bem isso dessa forma” (SAMELSON, 1981, p. 400). Em sua investigação, Samelson identificou que a recepção do artigo de Watson teria se dado por meio de três tipos principais de reação, nenhum deles envolvendo uma adoção direta e fiel às propostas de Watson (*ibid.*, p. 401).

O primeiro tipo de reação seria o que Samelson chama de “argumento ‘não jogue o bebê junto com a água do banho’”, que consistia em concordar que há problemas envolvendo a introspecção experimental e reconhecer a legitimidade dos métodos de observação externa, mas, ainda assim, defender que não se deve excluir completamente a introspecção experimental da pesquisa psicológica, pautando uma postura mais tolerante e conciliatória. Para justificar tal postura, geralmente, os autores da época argumentavam que há fenômenos psicológicos que

não podem ser estudados sem recurso ao método introspectivo, o que o tornaria imprescindível ao menos em algumas áreas; ou, mesmo, que renegar a introspecção agora seria abrir mão da maioria do corpo de conhecimento que se tinha naquele momento.

Igualmente, Harrell e Harrison defendem que, contrapondo-se a Watson, a postura geral da época era a de que a introspecção experimental, apesar dos problemas de que padecia, não deveria ser completamente substituída pelos métodos de experimentação pautados pela observação exterior, mas sim conviver ao lado destes no laboratório de psicologia: “Dentre mesmo os mais avançados psicólogos, era ou declarado explicitamente ou entendido implicitamente que a análise introspectiva e os métodos de comportamento do laboratório deveriam complementar um ao outro” (HARRELL & HARRISON, 1938, p. 369). Seguindo linha argumentativa similar, Leahey (1992, p. 313) defende que:

Certamente, o behaviorismo deu um fim aos excessos luxuriantes da introspecção wurzburguiana e titcheneriana tardia, mas ela não expurgou a psicologia experimental [acerca] da consciência. [...] Embora, após 1910, tais estudos não tenham mais ocupado o palco central na psicologia – sendo ofuscados pela pesquisa sobre o comportamento, especialmente a aprendizagem – eles não desapareceram [...].

Um caso especial dessa reação “não jogue o bebê junto com a água do banho” é o de Robert Yerkes, pois não apenas ele era próximo do estudo do comportamento – tendo se referido a si mesmo como “behaviorista” em 1913, porém não no sentido de Watson (SAMELSON, 1981, p. 401) –, como também era próximo do próprio Watson, com o qual trocou cartas durante boa parte de sua vida. Em um texto breve publicado em 1913 – após o manifesto de Watson – e intitulado *Comparative Psychology: A Question of Definitions* [Psicologia Comparada: Uma Questão de Definições], Yerkes critica o uso do termo “psicologia comparada” como sinônimo de “psicologia animal”, como se o adjetivo “comparada” dissesse respeito ao objeto de tal psicologia; em vez disso, Yerkes propõe que o adjetivo “comparada” diz respeito ao método de tal psicologia, assim como se fala em uma anatomia comparada. Conseqüentemente, “psicologia comparada” seria toda aquela que estudasse “a consciência, o comportamento e o produto do comportamento – não importando qual o tipo de organismo concernido – pelo método da comparação” (YERKES, 1913, p. 580; grifos meus). Desse modo, a “psicologia comparada” tomaria igualmente como objetos não apenas animais não-humanos, mas também bebês, crianças, indivíduos anormais, plantas, grupos sociais minoritários, povos e raças, tendo por interesse primeiro “a história da *mente* no indivíduo ou na raça” ou, o que é o mesmo, “descrições genéticas da vida mental” (*ibid.*, p. 581; grifo meu).

É interessante observar que, após alargar a definição de “psicologia comparada” de tal modo a se sobrepor com áreas como a psicologia infantil – chamada, por Yerkes, de “psicologia ontogenética –, a psicopatologia e a psicologia fisiológica, Yerkes propõe que a “psicologia comparada” inclui não apenas os materiais e métodos behavioristas, mas também os que vêm da antiga psicologia introspectiva:

É a prática do autor, mas ele não deseja impor [*urge*] isso a seus colegas-psicólogos, designar o conhecimento puramente auto-observacional da mente como a psicologia do self; reservar o termo *psicologia* para a *ciência geral – introspectiva e inspectiva* – e pensar e falar da *psicologia comparativa* como se ela fosse *inclusiva tanto dos materiais e métodos behavioristas, quanto desses da psicologia introspectiva mais antiga* (YERKES, 1913, p. 581; grifos meus)

A partir de tal divisão da área da Psicologia, Yerkes prossegue para atacar *diretamente* a proposição de Watson apresentada em seu manifesto. Após admitir que a psicologia de seu tempo estava passando por um processo de assimilação “dos métodos e dos resultados dos estudantes do comportamento” (YERKES, 1913, p. 581) e após concordar que é “suficientemente natural e completamente desejável se o fisiólogo não se importa de reivindicar sua própria parte dentro do campo do comportamento” (YERKES, 1913, p. 581), Yerkes encerra seu texto fazendo referência ao manifesto de Watson e dizendo de forma condenatória:

A tendência ou tentativa oposta, nomeadamente, aquela do estudante do comportamento de tomar de empréstimo o termo psicologia para o seu campo especial de ciência, parece ao autor completamente injustificável, pela razão de que, *se nós jogarmos fora, como o Professor Watson faz, o método da auto-observação, junto com tudo que foi reivindicado ser distintivo do ponto de vista e propósito do psicólogo, nós deveríamos considerar a ciência [psicológica] meramente um fragmento da fisiologia e deveríamos francamente reconhecê-la e designá-la como tal*. O autor acredita que o mesmo comportamento humano pode ser estudado com proveito [*with profit*], e para fins muito diferentes, pelo fisiólogo ou behaviorista e pelo psicólogo. (YERKES, 1913, p. 581)

Um indício posterior de que a noção de consciência e o método da introspecção sofreram algum impacto das críticas de Watson, *mas que de modo nenhum foram completamente abandonados, nem mesmo pelos psicólogos que adotavam uma postura mais “behaviorista”*, é a obra *Social Psychology* [Psicologia Social], publicada em 1924 – isto é, pouco mais de dez anos após o “manifesto” de Watson – pelo psicólogo Floyd H. Allport. Antes de adentrar propriamente “a província da Psicologia Social” – temática principal do livro –, o autor se propõe a expor “o ponto de vista atual na Psicologia”. Nesse diagnóstico do momento presente da Psicologia, Allport reconhece os frutos consequentes do surgimento da perspectiva behaviorista no que diz respeito à problematização da noção de consciência:

Enquanto restam muitos problemas ainda a ser resolvidos, *um avanço material foi realizado na psicologia desde a adoção do ponto de vista mecanicista e do comportamento. Muito da confusão resultante da inclusão de entidades conscientes ou 'mentais' na sequência de causa e efeito foi dissipada*; e há promessa de amplo desenvolvimento futuro sob a condução [guidance] da hipótese behaviorista (ALLPORT, 1924, p. 3; grifos meus)

Contudo, Allport julga um erro abandonar completamente tal noção, assim como o método da introspecção; o correto não seria abandoná-los, mas sim utilizá-los como auxiliares, secundariamente:

Há alguns poucos psicólogos que mantêm que, uma vez que a consciência não explica eventos, ela não tem nenhum lugar na ciência que estuda o comportamento. *Esse é um grave erro*. Nenhum cientista pode bancar [afford to] ignorar as circunstâncias presentes [attendant on] nos eventos que ele está observando. *A introspecção de estados conscientes é tanto interessante em si mesma quanto necessária para um relato [account] completo. A consciência acompanhando as reações que não são prontamente observáveis também nos fornece evidência e informação valiosas dessas reações e, assim, nos auxilia em nossa seleção de princípios explicativos dentro do campo mecanicista. Os fenômenos que nós temos de estudar nesse livro compreendem tanto o comportamento quanto a consciência, com ênfase sobre o primeiro, porque ele possui a chave para a explicação. O relato introspectivo nos auxiliará em nossas interpretações, as suplementará do lado descritivo.* (ALLPORT, 1924, p. 3; grifos meus)

O segundo tipo de reação encontrada por Samelson seria o que ele nomeia de “argumento da ‘relevância’”. Tal reação consistia em adotar a ênfase prática proposta por Watson, aceitando a ideia de que a Psicologia deve visar aplicações em outros âmbitos, porém, ao mesmo tempo, sem necessariamente adotar a perspectiva estritamente behaviorista de Watson, perspectiva que implicava, dentre outras coisas, a negação da consciência tal como entendida na época e a adoção da relação causal estrita e imediata entre estímulo e resposta.

Por fim, o terceiro tipo de reação seria o que Samelson chama de “tema da ‘cooptação’”, que consistia em adotar o termo “comportamento” (“*behaviour*”) proposto por Watson, mas contestando a definição estreita dada por ele; e, por conseguinte, em propor uma concepção de “comportamento” mais abrangente, o que acabava por entrar em conflito com as pretensões de Watson ao utilizar o termo.

De acordo com os resultados obtidos por Samelson (1981), ao contrário do que a narrativa revolucionária afirma, não haveria indícios de que as ideias de Watson para a Psicologia tenham sido adotadas *de forma completa, direta e imediata* por uma grande parte de psicólogos da época. Pelo contrário, Samelson (1981) afirma: “nós não encontramos um único indivíduo que tenha aparecido em suporte *incondicional* a Watson” (p. 409; itálico meu). Conclusão esta que é adotada por Wozniak (1993, p. 2): “O que aconteceu em 1913, portanto,

não foi novo; não foi uma quebra aguda com o passado. Nem criou uma revolução imediata”; e também é defendida por Harrell e Harrison (1938, p. 387; grifos meus): “o behaviorismo foi inaugurado e proposto principalmente por Watson e foi durante um longo período *um movimento de um homem*”.

2.3.4. A Questão Metodológica

Um outro argumento contra a ideia de uma revolução behaviorista em 1913 diz respeito às escassas considerações metodológicas veiculadas por Watson em seu manifesto de 1913.

Watson ele mesmo posteriormente reconhece o caráter insuficiente de suas considerações metodológicas presentes no seu artigo de 1913. O primeiro reconhecimento desse fato se encontra no parágrafo inicial de seu texto de 1916 *The Place of the Conditioned-Reflex in Psychology* [O Lugar do Reflexo-Condicionado na Psicologia] (1916), fala proferida por Watson em 1915 enquanto presidente da *American Psychological Association (APA)* e que visava precisamente introduzir o reflexo-condicionado desenvolvido por Ivan Pavlov (1849-1936) e Vladimir Bechterev (1857-1927) como método próprio do behaviorismo:

Desde a publicação dois anos atrás de meus artigos algo indelicados [*impolite*] contra os métodos correntes em psicologia, eu me senti sob a incumbência de, antes de fazer mais observações desagradáveis, sugerir algum método que nós possamos *começar* a utilizar no lugar da introspecção. Eu achei, como vocês facilmente devem ter predito, que uma coisa é condenar um método longamente estabelecido, mas uma coisa bem diferente é sugerir algo em seu lugar. Eu desejo, em minhas observações esta noite, relatar que progresso foi feito nessa direção (WATSON, 1916, p. 89; itálico no original)

Um segundo reconhecimento por parte de Watson se dá, em 1927, em seu artigo publicado nos *Archiv für systematische Philosophie und Soziologie* [Arquivos para uma Filosofia e Sociologia sistemáticas], sob o título de *The Origin and Growth of Behaviorism* [A Origem e o Crescimento do Behaviorismo]. Em sua seção sobre “A Emergência do Behaviorismo”, Watson reconhece: “[O] Behaviorismo, quando concebido pela primeira vez [no manifesto de 1913], estava baseado largamente sobre o *conceito bastante frouxo* de formação de hábito” (WATSON, 1927, p. 248; grifos meus). Watson retoma, então, a razão que deu, em 1916, para o atraso da entrada e do impacto do reflexo-condicionado na Psicologia: o fato de a atenção inicial em termos de tradução e aplicação ter se dado em relação à obra de Pavlov, que trabalhava com reflexos salivares; pois, assim que ter-se-ia dado maior atenção à obra de Bechterev, que trabalhava com reflexos musculares, o impacto teria sido sentido imediatamente. Encerrando esta seção de seu texto, Watson, mais uma vez, admite o *caráter rudimentar da metodologia proposta em 1913* e consagra Pavlov e Bechterev como um marco

metodológico para o desenvolvimento do behaviorismo: “Apesar do fato de que *o behaviorismo não utilizou no início em qualquer medida os métodos do reflexo-condicionado*, Pavlov e Bechterev devem ser tidos como [*locked upon as*] fornecendo a pedra fundamental [*keystone*] para o arco do behaviorismo” (WATSON, 1927, p. 249; itálicos meus).

Embora a defesa do reflexo-condicionado por parte de Watson só tenha vindo a público pela primeira vez com sua fala enquanto presidente da APA no final de 1915 e com a posterior publicação desta em texto em 1916, há indícios de que Watson começara a se utilizar de e a defender a adoção de tal método por volta do final do ano de 1914, isto é, um pouco mais de um ano após a publicação de seu “manifesto”. Em carta enviada a Robert Yerkes em 27 de Outubro de 1915, Watson (*apud* BENJAMIN JR, 2006, p. 158; grifos meus) relata:

[Karl] Lashley e eu estivemos trabalhando agora por quase um ano sobre o reflexo condicionado, e *ele funciona [tão] maravilhosamente no lugar da introspecção* que eu penso que ele merece ser comunicado clara e enfaticamente [*driven home*]; nós podemos trabalhar sobre os seres humanos como nós o podemos [fazer] sobre os animais, e do mesmo ponto de vista.

Desse modo, se, por um lado, em seu “manifesto” de 1913, Watson aponta o método como um dos pontos principais a serem modificados na psicologia da época. por outro lado, Watson não tarda em admitir que suas propostas metodológicas de 1913 não foram suficientes; além disso, quando recorremos às fontes primárias, encontramos que as primeiras experimentações com o método que viria a ser o defendido por Watson começaram apenas em 1914. Tendo esses fatos em vista, e tendo em vista que a metodologia era um dos pontos principais envolvidos na “revolução” proposta por Watson em seu “manifesto”, parece difícil defender que tal revolução teria se dado em 1913.

Os resultados obtidos pelos pesquisadores, assim como as evidências de fontes primárias, apresentados nesta secção apontam para um problema historiográfico grave no que diz respeito à narrativa da “revolução behaviorista”: tal narrativa expõe uma história que, em grande parte, não é comprovada pelas fontes primárias e que, nesse sentido, pode ser classificada como *mítica*. Como foi exposto acima, um dos principais mecanismos dos quais as narrativas revolucionárias se utilizam consiste no negligenciamento ou exclusão, intencional ou não, de outras relações e acontecimentos que se deram no momento em que tais “revoluções” haveriam se dado. No que diz respeito à “revolução behaviorista”, dentre essas relações e acontecimentos negligenciados ou excluídos, encontram-se as respostas diretas que foram endereçadas ao texto de Watson pelos psicólogos da época. Na secção a seguir, recuperarei a principal resposta ao “manifesto” de Watson, a fim de auxiliar na avaliação dos impactos efetivos de tal acontecimento para a psicologia da época. Trata-se do artigo *On ‘Psychology as*

the Behaviorist views it” [Sobre “A Psicologia como o Behaviorista a vê] (TITCHENER, 1914b), no qual o psicólogo inglês Edward Bradford apresenta argumentos veementes contra a proposta de “behaviorismo” apresentada por Watson em seu “manifesto”.

2.4. O “MANIFESTO” DE WATSON (1913) E A RESPOSTA DE TITCHENER (1914B)

O texto *Psychology as the behaviorist views it* [A Psicologia como o Behaviorista a vê], publicado em 1913, é considerado por muitos como o ponto de ruptura revolucionário instaurado por Watson: “gerações de psicólogos educados em uma disciplina pós-Watsoniana que definia a si mesma como a ‘ciência do comportamento’ foram ensinados que *Watson foi o pai do behaviorismo* e que *24 de fevereiro de 1913 foi o dia no qual o behaviorismo moderno nasceu*” (WOZNIAK, 1993, p. 1; grifos meus). A exposição do texto do Watson pretende, em primeiro lugar, delimitar o que há de “tradicional” e o que há de efetivamente “revolucionário” neste, levando em consideração os argumentos, expostos anteriormente, que não corroboram a tese de que esse texto teria desencadeado imediatamente uma revolução no campo da Psicologia. Ademais, tal exposição visa apresentar ao leitor as partes do “manifesto” de Watson que foram alvo das críticas expostas na secção anterior, assim como aquelas que atentam contra a narrativa da “revolução behaviorista”.

Em seguida, analisar-se-á a resposta mais frontal e direta à proposta apresentada por Watson em 1913, qual seja, o texto *On ‘Psychology as the behaviorist views it*, [Sobre ‘A Psicologia como o Behaviorista a vê] publicado por Edward Titchener (1914b), psicólogo reconhecido por praticamente todos os psicólogos da época – e, de maneira explícita, por Watson – como o maior defensor da psicologia introspeccionista e da consciência da época, e que foi um dos principais alvos – por vezes, explicitamente – de Watson em seu “manifesto”. A exposição do texto de Titchener, por sua vez, pretende evidenciar que algumas das críticas que serão feitas, posteriormente, por historiadores da psicologia contrários à noção de “revolução behaviorista” – principalmente, a de que Watson fez uma caricatura da psicologia anterior a ele e a de que críticas feitas por ele à psicologia da consciência e introspeccionista já haviam sido feitas anteriormente por outros psicólogos – já haviam sido colocadas no próprio tempo de Watson, como uma confrontação direta a seu “manifesto”.

2.4.1. O “Manifesto” de Watson (1913)

É certo que, em seu “manifesto”, Watson adota uma *postura de forte ruptura* com relação às “escolas” de Psicologia anteriores a ele. Watson critica, alternadamente, (1) a

psicologia introspeccionista e de análise da consciência, principalmente a desenvolvida por Edward Bradford Titchener na Universidade de Cornell; (2) a psicologia animal que vinha sendo desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA) – por exemplo, por Thorndike – e que tinha por princípio que a pesquisa em psicologia *animal* apenas seria justificada se pudesse prover conclusões acerca do funcionamento da mente *humana*; e (3) a psicologia funcionalista, que vinha sendo desenvolvida por autores como James Rowland Angell.

Em sua crítica à psicologia da análise da mente em termos de conteúdo, Watson criticará três pontos principais: (1) a referência necessária aos “processos mentais”; (2) a incapacidade de se constituir indiscutivelmente enquanto uma ciência natural por conta de seu método “esotérico”; e (3) sua inaplicabilidade prática.

Primeiramente, Watson criticará o fato de que, segundo essa perspectiva, os “dados comportamentais” só têm valor na medida em que podem ajudar a tirar conclusões acerca dos “processos mentais”:

Há o acordo [segundo essa perspectiva] de que a introspecção é o método *par excellence* por meio do qual os estados mentais podem ser manipulados para os propósitos da psicologia. Seguindo essa assunção, os dados comportamentais [*behavior data*] (incluindo sob esse termo tudo que ocorre sob o nome de psicologia comparativa) não tem nenhum valor *per se*. Eles possuem significância apenas na medida em que eles podem clarificar [*throw light upon*] estados conscientes. Tais dados devem ter ao menos uma referência analógica ou indireta [com a consciência] para pertencer ao reino da psicologia (WATSON, 1913, pp. 158-159; grifos no original)

Nesse sentido, investigações envolvendo o comportamento humano e animal deveriam, de algum modo, ajudar a resolver questões relacionadas à *mente humana* para que fossem considerados do âmbito da psicologia. Em outras palavras, tal perspectiva pressupõe que a *psicologia* é necessariamente o estudo da *mente humana*, de modo que o que não possuir nenhuma relação com tal objeto – nem sequer uma relação de “analogia ou referência indireta” – não é propriamente psicologia.

Discutindo tal perspectiva, Watson se propõe a fazer uma “confissão [que] clarificará a atmosfera a tal ponto que nós não mais teremos que trabalhar sob falsas pretensões [isto é, não mais ter que fingir fazer ou pensar fazer algo que não se está fazendo]” (WATSON, 1913, p. 159). A confissão de Watson é precisamente a de que seus trabalhos realizados até então no campo da psicologia animal não contribuíam – ou contribuíam infimamente – para a psicologia definida enquanto ciência da mente humana: “Eu estava interessado em meu próprio trabalho e sentia que ele era importante, e, mesmo assim, eu não conseguia traçar qualquer conexão próxima entre ele e a psicologia” (*ibid.*, p. 159).

Levando tal confissão até suas últimas consequências, teríamos que, se a psicologia era definida como a ciência da mente humana e Watson admitia que seu trabalho com animais não contribuía para solucionar questões concernentes à mente humana, segue-se que as investigações estritamente sobre o comportamento não seriam psicologia. Por conseguinte, uma conciliação ou um “compromisso” entre as duas áreas – isto é, entre o estudo do comportamento por si e a psicologia – só seria possível, segundo Watson, ou (1) caso a Psicologia aceitasse que dados comportamentais têm valor por si próprios, mesmo que não ajudem a tirar conclusões acerca da consciência, ou (2) caso ambas as áreas se separassem definitivamente, de modo que os dados comportamentais fossem utilizados para a constituição de uma ciência completamente independente da psicologia. Segundo as palavras de Watson:

Parece bastante [*reasonably*] claro que algum tipo de compromisso deve ser efetuado: ou a psicologia deve mudar seu ponto de vista de modo a incluir fatos do comportamento, eles tendo ou não influência [*bearing*] sobre os problemas da ‘consciência’; ou, então, o comportamento deve ficar sozinho como uma ciência completamente separada e independente (WATSON, 1913, p. 159)

Aqui, vemos um aspecto da *postura radical* de Watson frente à Psicologia: Watson, em vez de se desligar do campo da Psicologia e fundar “uma ciência completamente separada e independente”, buscará, pelo contrário, se manter na Psicologia, porém transformando-a a ponto de ela incluir os “dados comportamentais”; tal seria, afinal, a “psicologia como o behaviorista a vê”. Nesse sentido, Watson – em um tom que se aproxima do de uma ameaça – afirma que caso não haja contribuição por parte dos psicólogos, os behavioristas terão que tomar decisões mais drásticas, exercendo pressões para transformar a área:

Caso os psicólogos que se ocupam dos humanos [*human psychologists*] falharem em olhar com bons olhos [*look with favor upon*] nossas propostas [*overtures*] e recusarem a modificar suas posições, o behaviorista será levado a utilizar os seres humanos como objetos e empregar métodos de investigação que são exatamente comparáveis àqueles agora empregados no trabalho com animais (*ibid.*, p. 159)

Portanto, se os psicólogos que se ocupam dos humanos questionam as investigações que concernem o comportamento por elas não ajudarem a tirar conclusões sobre os seres humanos, Watson é bem claro em sua resposta: façamos, então, investigações comportamentais nos seres humanos tal como fazemos com os animais. Se o estudo do comportamento dos animais é visto como sem valor por não ajudar a tirar conclusões acerca dos seres humanos, então, propõe Watson, o behaviorismo passará a estudar o comportamento dos seres humanos de forma direta e de forma comparável à pesquisa em relação a qualquer outro animal. De fato, levando-se em consideração as propostas de modificação na psicologia até então, esta é a ocasião na qual, *pela*

primeira vez, propõe-se um estudo direto do comportamento *humano* a partir dos métodos da psicologia *animal*. Propor tratar humanos experimentalmente como animais não havia sido ainda proposto e – como indica o próprio tom enfático e polêmico utilizado por Watson – caracterizava uma postura certamente *radical* para a época.¹¹

Um segundo ponto de crítica de Watson à psicologia da análise da consciência em termos de conteúdo é a de que esta foi incapaz de se constituir enquanto uma ciência natural, isto é, de garantir para si a estabilidade e a segurança que as ciências naturais possuiriam na época: “Eu não desejo criticar a psicologia indevidamente. Durante os aproximadamente cinquenta anos [*fifty-odd years*] de sua existência como uma disciplina experimental, ela falhou notavelmente [*signally*], creio eu, em assumir seu lugar no mundo como uma ciência natural indiscutível” (WATSON, 1913, p. 163). Tal falha ter-se-ia dado principalmente por conta do método utilizado, qual seja, o da introspecção experimental, que, segundo Watson, seria “esotérico”: “Se você falha em reproduzir meus achados, não é devido a alguma falha em seu aparelho ou no controle de seu estímulo, mas é devido ao fato de que sua introspecção não é treinada” (*ibid.*, p. 163). Em outras palavras, os dissensos acerca dos resultados não conseguiriam ser resolvidos, pois os argumentos utilizados para desqualificar os resultados obtidos por outros psicólogos sempre recaíam sobre os psicólogos que desempenhavam os experimentos – quase que como argumentos *ad hominem* –, em vez de recaírem sobre aspectos “objetivos”, como a aparelhagem utilizada ou a padronização do experimento.

Nesse sentido, Watson considera que a psicologia da análise da consciência em termos de conteúdo se encontra em um estado de estagnação e continuará nesse estado a menos que abandone o método da introspecção experimental, julgado ineficiente por ele:

Eu acredito firmemente que daqui a duzentos anos, a menos que o método introspectivo seja descartado, a psicologia ainda estará dividida acerca das questões sobre se sensações auditivas têm a qualidade da ‘extensão’, se a intensidade é um atributo que pode ser aplicado à cor, se há uma diferença de ‘textura’ entre a imagem e a sensação e sobre muitas centenas de outras [questões] de caráter similar (WATSON, 1913, p. 164)[¹²]

¹¹ De fato, a *proposta* é radical; contudo, a passagem da mera proposta – ou ameaça – para a *efetivação* demandará a transcorrência de alguns anos. Primeiramente, como vimos na seção anterior, por mais que Watson tenha começado a utilizar o método do reflexo-condicionado em 1914, a *defesa pública* de tal método só se deu em 1916. Em segundo lugar, a utilização do reflexo-condicionado em humanos apenas gerará frutos em 1920, com o artigo *Conditioned Emotional Reactions* [Reações Emocionais Condicionadas], publicado em co-autoria com sua assistente Rosalie Rayner, embora o uso do termo “reflexo condicionado” já estivesse sendo utilizado por ele para interpretações teóricas em artigos anteriores, como, por exemplo, no artigo *Emotional Reactions and Psychological Experimentation* [Reações Emocionais e Experimentação Psicológica], publicado em 1917 e em co-autoria com J. J. Morgan.

¹² Se, de um lado, Watson concebe que a solução para a estagnação da psicologia é o abandono do método da introspecção – que, segundo ele, se daria apenas com seu behaviorismo –; de outro lado, Christopher Green

Como vimos na secção anterior, o que há de reconhecidamente *radical* em tal posição é a defesa de um *abandono completo e irrestrito* do método da introspecção experimental. Contudo, as críticas perpetradas por Watson – a dificuldade de atingir resultados consensuais e a o direcionamento das críticas a aspectos “subjetivos” – já haviam sido há muito tempo e repetidamente feitas por outros psicólogos da época, de modo que tais críticas não constituem novidade alguma para o contexto da época.

Por fim, o terceiro ponto diz respeito à inutilidade prática da psicologia de análise da consciência:

Pergunte a qualquer médico ou jurista hoje se a psicologia científica cumpre um papel prático em sua rotina diária e você ouvir-lo-á negar que a psicologia dos laboratórios encontra um lugar em seu esquema de trabalho. Eu acho que a crítica é extremamente justa. Uma das condições mais antigas que me fizeram insatisfeito com a psicologia foi o sentimento de que *não havia nenhum âmbito [realm] de aplicação para os princípios que estavam sendo elaborados em termos de conteúdo* (WATSON, 1913, p. 169; grifos meus)^[13]

Segundo Watson, os problemas investigados pela psicologia da análise da consciência – que, em sua vertente mais radical, efetivamente, definia-se como uma “ciência pura” – estariam completamente descolados da “vida humana”, de modo que os resultados que tal psicologia era capaz de obter por meio de seus experimentos não seriam de interesse algum para qualquer área prática da sociedade. Em contraste com tal psicologia estéril, Watson elogia os ramos da psicologia contemporâneos que teriam “renunciado parcialmente” à psicologia de análise da consciência e ao método da introspecção e que, se valendo de procedimentos experimentais, realizavam investigações que atingiriam princípios gerais úteis para âmbitos práticos cotidianos. Tais áreas estariam em “estado de maior florescimento”, sendo elas a “pedagogia experimental, a psicologia das drogas, a psicologia da propaganda, psicologia legal, a psicologia dos testes, e a psicopatologia” (WATSON, 1913, p. 169), todas sendo “verdadeiramente

(2009), historiador da psicologia, defende que a solução para tal estagnação se deu anteriormente a Watson – e, até mesmo, sendo condição de possibilidade para o behaviorismo de Watson – com os primeiros funcionalistas, que constituíram sua proposta de psicologia sobre fundamentos completamente diferentes daqueles utilizados pela psicologia até então: não mais a fisiologia sensorial alemã do século XIX, mais sim o evolucionismo darwinista e suas primeiras releituras, que também servirão de base para o behaviorismo watsoniano. Segundo Green, “o surgimento do funcionalismo inspirado por Darwin nos anos 1890 foi a primeira ‘revolução’ na psicologia estadunidense e, por sua vez, tornou o behaviorismo possível” (p. 75).

¹³ Na versão do texto publicada no ano seguinte como primeiro capítulo do livro *Behavior: An Introduction to Comparative Psychology* [Comportamento: Uma Introdução à Psicologia Comparada] (WATSON, 1914), a frase final é alterada, dando a entender que o caráter não-prático da psicologia de análise da consciência não é algo que insatisfez apenas a Watson – como o texto de 1913 dá a entender –, mas algo que insatisfez a muitos: “Uma das principais razões que fazem a psicologia um assunto [subject] não-atrativo é o fato de que não há nenhum âmbito [realm] de aplicação para os princípios que estão sendo elaborados em termos de conteúdo” (WATSON, 1914, p. 12; grifos meus)

científicas e est[ando] à procura de generalizações amplas que guiarão para o controle do comportamento humano” (*ibid.*, p. 169).

Como exposto em secções anteriores, entretanto, tal guinada prática já estava presente no contexto da psicologia estadunidense da época. Os funcionalistas já haviam proposto explicitamente a utilização da psicologia em âmbitos práticos da sociedade; e mesmo psicólogos com formação inicialmente introspeccionista, como Hall e Baldwin, logo se propuseram a desenvolver psicologias fortemente ligadas a contextos práticos. Desse modo, o que aparece como *radical* nessa proposta de Watson não é precisamente sua preocupação em obter experimentalmente resultados que possam ser utilizados em âmbitos práticos, mas sim a sugestão de que uma tal aplicabilidade dos resultados poderia ser atingida *apenas* por meio do behaviorismo e, de modo algum, a partir de uma psicologia introspeccionista.

No que diz respeito à “psicologia animal” e ao “funcionalismo”, o tratamento crítico de Watson se dá, certas vezes, considerando ambos como indistintos e, outras vezes, dirigindo críticas específicas a cada um. Tal tratamento é, de certo modo, justificável, na medida em que vários dos psicólogos animais eram assumidamente funcionalistas – ou, ao menos, se aproximavam de seus pressupostos – e *vice-versa*.

Acerca da “psicologia animal”, Watson é extremamente crítico ao fato de os psicólogos que se ocupam dos animais – por mais que realizem experimentos que dizem respeito ao comportamento dos animais – acabarem por se valer de termos que remetem à mente e, mesmo, postularem a existência de algum grau de “consciência” nos animais, o que para Watson seria uma “posição absurda”:

Qualquer outra hipótese do que a que admite o valor independente do material comportamental [*behavior material*] independentemente de qualquer influência [*bearing*] que tal material possa ter na consciência [isto é, qualquer outra posição que não a behaviorista] inevitavelmente nos forçará à posição absurda de tentar *construir* o conteúdo consciente do animal cujo comportamento nós estivemos estudando (WATSON, 1913, p. 159; grifo no original)

Nesse sentido, a crítica que Watson havia inicialmente estabelecido contra a psicologia da análise da consciência se estende também aos psicólogos animais, na medida em que estes, em vez de se restringirem aos dados comportamentais que obtêm por meio de seus estudos experimentais, sentem a necessidade de ir além e postular que tais dados comportamentais são indicativos da existência ou inexistência de tal ou qual conteúdo ou capacidade na mente dos animais estudados: “Embora nós tenhamos resolvido nosso problema, nós nos sentimos incomodados e inquietos [*uneasy and unrestful*] por conta de nossa definição de psicologia [como ciência da consciência]: nós nos sentimos forçados a dizer algo sobre os possíveis

processos mentais de nosso animal” (WATSON, 1913, p. 160). Desse modo, não se limitando aos dados comportamentais por si mesmos, o psicólogo acabaria por “construir” – isto é, “inventar”, “supor” – conteúdos mentais nos animais, que seriam correspondentes ao comportamento capaz de ser desempenhado pelo animal.

Segundo Watson, teria sido precisamente essa “ênfase na analogia [com a consciência]” que teria levado os psicólogos animais a problemas tais como determinar em que momento do desenvolvimento das espécies teria surgido pela primeira vez a “consciência”:

Essa ênfase sobre a analogia na psicologia conduziu o behaviorista^[14] um tanto para longe [*somewhat afield*]. Não estando disposto a jogar fora o jugo [*yoke*] da consciência, ele se sente impelido a produzir um lugar no esquema do comportamento onde o surgimento da consciência pode ser determinado (WATSON, 1913, p. 160)

Aqui, mais uma vez, a postura assumida por Watson é de *ruptura* com a posição vigente até então: entre, de um lado, assumir a importância de se fazer referência à consciência em estudos que focam no comportamento dos animais e, de outro lado, sustentar que o estudo do comportamento pode se manter por si próprio, Watson opta pela última opção. Segundo ele:

Tais problemas como estes [que concernem ao surgimento da consciência] não podem satisfazer por mais tempo *os homens que se ocupam do comportamento* [*behavior men*¹⁵]. Seria melhor abrir mão da província^[16] como um todo e admitir francamente que o estudo do comportamento dos animais não possui nenhuma justificação [por não fazer referência à consciência], do que admitir que nossa busca é de um caráter tão fantasioso [*of such a 'will o' the wisp' character*] (WATSON, 1913, p. 161; grifos meus)

¹⁴ É certamente digno de nota que Watson se utilize o termo “behaviorista” para qualificar os psicólogos animais e os funcionalistas. Como já dito em seção anterior deste capítulo, o próprio Watson posteriormente, em 1927, propõe que este texto de 1913 foi a primeira vez em que o termo *behaviorist* [behaviorista] foi introduzido. Sendo assim, o termo é inevitavelmente utilizado para qualificar pessoas que, elas mesmas, não se qualificavam se valendo desse termo. Nessa passagem, o termo “behaviorista” parece funcionar como um qualificativo para os psicólogos animais e para os funcionalistas, na medida em que o problema do surgimento da consciência na escala de desenvolvimento filogenético (isto é, da espécie) era do interesse de ambos os grupos. Utilizado nesse sentido amplo, o termo parece se referir a todos os pesquisadores que, por mais que acabassem por falar de “consciência”, se baseavam em estudos experimentais que tinham como foco o comportamento animal, tal como Watson fez durante boa parte de sua formação acadêmica anterior a 1913. Outra passagem do mesmo parágrafo corrobora a interpretação de que os funcionalistas também estariam incluídos na qualificação de “behavioristas” em sentido amplo: “Alguns de *ossos* textos [isto é, textos dos behavioristas] afirmam que a consciência surge no momento em que as atividades reflexas e instintivas falham em conservar propriamente o organismo [tese indiscutivelmente funcionalista]” (WATSON, 1913, p. 160; grifo meu).

¹⁵ A qualificação de *behavior men* [“homens que se ocupam do comportamento”; literalmente “homens do comportamento”] – aparentemente intercambiável com a de *behaviorist* [“behaviorista”] – parece abranger tanto os funcionalistas quanto os psicólogos animais, pois ambos estes grupos, por mais que se ocupem também da consciência, são *também* “homens que se ocupam do comportamento”.

¹⁶ A “província” em relação à qual Watson propõe abrir mão é uma referência à metáfora utilizada pelo psicólogo funcionalista James Rowland Angell para caracterizar o funcionalismo em seu famoso pronunciamento enquanto presidente da *American Psychological Association* publicado em texto em 1907 precisamente com o nome *The Province of Functional Psychology* [A Província da Psicologia Funcional].

No que diz respeito ao “funcionalismo”, Watson é fortemente crítico ao vocabulário mentalista utilizado pelos psicólogos de tal “escola”, pois isso os aproximaria dos – e, mesmo, os tornaria indistinguíveis com relação aos – psicólogos estruturalistas, que analisam a consciência em termos de conteúdo, em vez de em termos de função:

Eu fiz o meu melhor para entender a diferença entre a psicologia funcional e a psicologia estrutural. Em vez de clareza, confusão cresce sobre mim.^[17] Os termos sensação, percepção, afecção, emoção e volição são tão utilizados pelo funcionalista quanto pelo estruturalista. [...] Parece ilógico e dificilmente justo criticar a psicologia que o sistemático [i. e. o estruturalista] nos dá e, então, utilizar seus termos sem mostrar cuidadosamente as mudanças em termos de sentido que devem ser anexadas a eles (WATSON, 1913, p. 165)

Uma outra crítica direta aos funcionalistas diz respeito à postura que os mesmos assumem frente à relação mente-corpo. Segundo Watson, embora digam defender a hipótese paralelista – isto é, a hipótese segundo a qual mente e corpo não causam alterações um no outro, porém variam de forma correspondente um ao outro –, os funcionalistas, ao descreverem o modo como os processos mentais cumprem um papel na adaptação dos organismos aos seus respectivos meios, acabam por cair em um vocabulário causalista, que sugere a adoção da hipótese interacionista – isto é, a hipótese segundo a qual mente e corpo interagem causalmente um com o outro. Assim, diz Watson: “Eu acredito que o funcionalista realmente pensa em termos de interação e recorre ao paralelismo apenas quando forçado a dar expressão a suas visões” (WATSON, 1913, p. 166). Contudo, a postura de Watson não é a de defender o paralelismo frente ao interacionismo; em vez disso, Watson julga que tais questões não passam de “especulações filosóficas” que não devem ocupar os cientistas: “Aqueles relíquias da especulação filosófica honradas pelo tempo necessitam perturbar [*trouble*] o estudante do comportamento tão pouco quanto elas perturbam o estudante de física [entendia como o paradigma de ciência natural bem estabelecida]” (*ibid.*, p. 166). Assim, segundo Watson, apenas por meio do abandono de tais questões especulativas seria possível estabelecer um *funcionalismo “consistente e lógico”*, que seria o *próprio behaviorismo*: “Eu sinto que o *behaviorismo é o único funcionalismo consistente e lógico*. Nele, evita-se tanto a Cila do

¹⁷ Watson parece ter se arrependido do tom utilizado em algumas de suas críticas ao Funcionalismo em seu texto de 1913. Na versão do texto publicada no ano seguinte como primeiro capítulo do livro *Behavior: An Introduction to Comparative Psychology* [Comportamento: Uma Introdução à Psicologia Comparada] (WATSON, 1914), tal frase foi reescrita com um tom talvez menos polêmico, mas não menos direto: “A diferença entre a psicologia funcional e a psicologia estrutural, conforme os funcionalistas até agora trataram a questão, é ininteligível” (WATSON, 1914, p. 8). Além disso, nessa versão posterior do texto, Watson suprime a parte da crítica na qual afirmava: “É bem interessante que nenhum psicólogo funcionalista distinguiu cuidadosamente entre ‘percepção’ (e isso é verdadeiro acerca de outros termos psicológicos também) enquanto empregado pelo sistemático [i.e. pelo estruturalista] e ‘processo perceptivo’ enquanto utilizado na psicologia funcionalista” (WATSON, 1913, p. 165).

paralelismo quanto a Caríbdis da interação”¹⁸ (*ibid.*, p. 166; grifo no original). Nesse sentido, o melhor que se pode fazer com relação aos estudantes é afastá-los tanto quanto possível de tais discussões: “[...] eu gostaria de educar [*bring up*] meus estudantes na mesma ignorância em relação a tais hipóteses que se encontra entre os estudantes de outros ramos da ciência” (WATSON, 1913, p. 166).

A posição que Watson sustenta frente ao funcionalismo é a mesma que ele sustentou com relação à “psicologia animal”, isto é, de *ruptura*. Embora Watson tenha sido influenciado por essas linhas de pensamento no passado e, por mais que hajam certas semelhanças entre sua proposta do “behaviorismo” e estas duas outras linhas, sua proposta, segundo ele, seria, em última instância inconciliável com estas:

[...] eu devo confessar possuir um profundo viés nessas questões. Eu devotei quase doze anos para a experimentação sobre animais. É natural que um tal [indivíduo] devesse derivar para [*drift into*] uma posição teórica que está em harmonia com seu trabalho experimental. É possível que eu tenha montado um espantalho e tenha estado lutando contra ele. Pode não haver nenhuma ausência absoluta de harmonia entre a posição aqui esboçada e aquela do psicólogo funcional. *Eu estou inclinado a pensar, entretanto, que as duas posições não podem ser facilmente harmonizadas* (*ibid.*, p. 175; grifos meus)

Até então, os campos da Psicologia Animal e do Funcionalismo não haviam recebido críticas tão *radicais*, que propunham reformulações tão substanciais em suas teorias e metodologias. Desse modo, tais propostas de *abandono completo* da consciência, da introspecção e da relação mente-corpo certamente constituíram uma novidade para o contexto da psicologia da época, embora, como vimos em secção anterior, a tendência da época fosse manter a “mente” enquanto objeto e a “introspecção” enquanto método legítimos da psicologia.

Entretanto, o “manifesto” de Watson não se limita apenas a criticar as psicologias existentes na época; em vez disso, Watson, após expor suas críticas, sente a necessidade de “tornar o argumento construtivo” (WATSON, 1913, p. 166), isto é, de ser mais propositivo em suas colocações. Nesse sentido, Watson apresenta, em seu texto de 1913, uma proposta bem delimitada do que a “psicologia como o behaviorista a vê” seria. Tal posição é resumida no primeiro parágrafo do texto, parágrafo de abertura que dá um forte tom de “manifesto” ao texto e que provavelmente é um dos parágrafos mais famosos e citados da história da psicologia estadunidense:

¹⁸ Cila e Caríbdes são dois monstros presentes na *Odisseia* de Homero. Em Português, há a expressão “estar entre Cila e Caríbdes”, utilizada para se referir a situações nas quais alguém se encontra entre dois perigos; uma expressão mais amplamente utilizada e com sentido similar é “estar entre a cruz e a espada”. Assim, quando Watson diz que, com o behaviorismo, “evita-se tanto a Cila do paralelismo quanto a Caríbdis da interação”, está metaforicamente dizendo que, com o behaviorismo, se afasta tanto o perigo do paralelismo quanto o perigo do interacionismo.

A psicologia como o behaviorista a vê é um ramo puramente objetivo da ciência natural. Seu objetivo teórico é a predição e o controle do comportamento. A introspecção não constitui nenhuma parte essencial de seus métodos, nem é o valor científico de seus dados dependente da prontidão com a qual eles se prestam a interpretação em termos de consciência. O behaviorista, em seus esforços para obter um esquema unitário da resposta animal, não reconhece nenhuma linha divisória entre homem e besta [*brute*]. O comportamento do homem, com todo o seu refinamento e complexidade, forma apenas uma parte do esquema total de investigação do behaviorista (WATSON, 1913, p. 158)

A afirmação de que “a psicologia como o behaviorista a vê é um ramo puramente objetivo da ciência natural” é precisamente a defesa de que, com o behaviorismo, a psicologia tornar-se-á o que ela está há “aproximadamente cinquenta anos” tentando, mas sem sucesso, isto é, tornar-se-á uma ciência natural. A noção de um ramo “puramente objetivo” indica a não-consideração por parte do behaviorismo de entidades não diretamente observáveis pela observação exterior, a principal dentre elas sendo a consciência. A exclusão da introspecção e a reivindicação da consideração dos dados obtidos sem referência necessária à consciência são, como vimos, contraposições diretas à psicologia da análise da consciência em termos de conteúdo, mas também aos funcionalistas e aos psicólogos animais, pois todos estes – embora principalmente os psicólogos da análise da consciência – recorriam à noção de consciência e, no caso dos estruturalistas e dos funcionalistas, valiam-se do método da introspecção. O não reconhecimento de uma linha divisória “entre homem e besta” é certamente uma herança darwiniana que já estava presente dentre os psicólogos animais e os funcionalistas; a diferença introduzida pelo behaviorismo de Watson nesse ponto será precisamente a consideração de que tal continuidade entre homem e animal não se dá de modo nenhum em termos de consciência, mas sim em termos de leis que regem o comportamento. Por fim, a postulação de que o comportamento humano é “apenas uma parte do esquema total de investigação” enfatiza que a pesquisa desenvolvida pelo behaviorista tem como objeto primeiro não os seres humanos, mas sim o comportamento, de modo que inclui os seres humanos pelo fato de estes se comportarem.

Contudo, para além dessa famosa delimitação inicial e geral, o texto de Watson traz delimitações mais específicas quanto ao objeto, ao método e ao caráter prático do que ele nomeou “behaviorismo”. No que diz respeito ao objeto de estudo, o *abandono da consciência enquanto objeto* é expressamente proposto: “Parece ter chegado a hora na qual a psicologia deve descartar toda a referência à consciência; na qual ela não precisa mais se iludir pensando que ela está fazendo dos estados mentais o objeto de observação” (WATSON, 1913, p. 163). Em vez disso, a psicologia deveria ser formulada agora enquanto “ciência do comportamento” e não recorrer de modo algum a vocábulos que suponham a consciência enquanto entidade:

Eu acredito que nós podemos escrever uma psicologia, defini-la como Pillsbury [isto é, como ciência do comportamento], e nunca recuarmos em relação à nossa definição: nunca utilizar os termos consciência, estados mentais, mente, conteúdo, verificável introspectivamente, imageamento [*imagery*], e similares. Eu acredito que *nós podemos fazer isso em alguns anos*¹⁹ [...] (WATSON, 1913, p. 166; grifos meus)

Em vez de um vocabulário mentalista, o behaviorismo “pode ser realizado em termos de estímulo e resposta, em termos de formação de hábitos, integrações de hábitos e similares” (WATSON, 1913, p. 167). Esta posição partiria de dois princípios *fundamentados na observação externa do comportamento dos organismos vivos*. Primeiramente, “o *fato observável* de que os organismos, o homem e o animal igualmente [*alike*], se ajustam a seus ambientes por meio de equipamentos hereditários e de hábito” (WATSON, 1913, p. 167; grifos meus), sendo esses ajustamentos “[ou] muito adequados ou eles podem ser tão inadequados que o organismo mal [*barely*] mantém sua existência” (WATSON, 1913, p. 167). Em segundo lugar, “[o fato observável] de que certos estímulos levam os organismos a realizar as respostas”; essa relação entre estímulo e resposta, segundo Watson, seria tão intrincada e inseparável que “em um sistema de psicologia completamente elaborado [isto é, um no qual todas as relações estímulo-resposta tenham sido descritas], dada a resposta, o estímulo pode ser predito; dado o estímulo, a resposta pode ser predita” (WATSON, 1913, p. 167).

Como exposto em secção anterior, embora não tivesse havido, até então, uma proposta de exclusão *completa* da consciência e do vocabulário mentalista e uma proposta de uma psicologia pautada *exclusivamente* por “reflexos”, “hábitos”, “relações estímulo-resposta”, propostas de *mudança de ênfase* do estudo da consciência ou mente para o estudo do comportamento, sem excluir a consciência, já haviam sido realizadas. Nesse sentido, o caráter de novidade do “manifesto” de Watson nesse ponto seria meramente o caráter redutivista de sua proposta em relação às propostas anteriores. Desse modo, Watson apenas teria apresentado uma versão *extremada e radical* de movimentos já existentes na época.

No que diz respeito ao método, como já exposto em secção precedente, o próprio Watson reconheceu, em 1916, a insuficiência de sua exposição acerca do assunto em seu texto de 1913. Contudo, por mais que tenham sido julgadas insuficientes posteriormente, o “manifesto” de Watson possui propostas metodológicas bem impactantes. Talvez um dos pontos mais impactantes seja a sugestão de se utilizar *em humanos* métodos de estudo do comportamento que eram aplicados apenas a animais. Nesse ponto, o principal método ao qual

¹⁹ Este diagnóstico de Watson parece sugerir que ele mesmo não esperava – e, ainda mais, não propôs – que uma revolução fosse ocorrer de forma instantânea, isto é, como decorrência imediata da publicação de seu texto. Pelo contrário, Watson parece sugerir que se trataria de um processo cadenciado, que levaria “alguns anos”.

Watson se refere é o que podemos chamar de “alimentação ou punição”, de acordo com o qual o animal é colocado em uma situação na qual ele possui duas opções de resposta; se o animal realiza uma das respostas, é alimentado; se realiza a outra resposta, é punido.

Como o próprio Watson afirma, “o homem e o animal deveriam ser colocados, tanto quanto possível, sob as mesmas condições experimentais” (WATSON, 1913, p. 171). Contudo, no caso dos seres humanos, haveria a possibilidade de aplicação de um “método abreviado”, que evitaria o infortúnio de ter que submeter seres humanos a punições físicas: “enquanto eu posso muito bem alimentar meu sujeito [experimental] humano por uma escolha correta e punilo por uma errada e, assim, produzir a resposta se o sujeito pudesse dá-la, não há nenhuma necessidade de ir a extremos, mesmo na plataforma que eu sugiro” (WATSON, 1913, pp. 171-172). Desse modo, “em vez de alimentar ou punir o sujeito humano, nós deveríamos pedi-lo para responder configurando um segundo aparato até que o [estímulo] padrão e o [estímulo] controle não oferecessem base para uma resposta diferencial” (WATSON, 1913, p. 171). Esse método abreviado é referido por Watson como “método de linguagem [*language method*]”, pois, nesse método, pede-se verbalmente para o sujeito humano desempenhar tal ou qual tarefa em relação aos estímulos recebidos:

Eu preferiria considerar esse método abreviado, no qual o sujeito humano é comunicado em palavras, por exemplo, para equiparar dois estímulos; ou para declarar [*state*] em palavras se um dado estímulo está presente ou ausente, etc., como o *método de linguagem* no comportamento [*language method in behavior*] (WATSON, 1913, p. 172, n. 1; grifos no original).

A ideia de “método abreviado” é utilizada por Watson para enfatizar que não se trataria propriamente de dois métodos distintos, mas sim que o “método abreviado” é precisamente um atalho com relação ao método de recompensa e punição, de modo que os resultados daquele seriam tão válidos quanto os deste: “Mas que esteja entendido que eu estou meramente utilizando esse segundo método como um método comportamental abreviado. Nós podemos ir tão longe e atingir resultados tão confiáveis [*dependable*] pelo método mais longo quanto pelo abreviado” (WATSON, 1913, p. 172). Tal “abreviação” ou atalho seria possibilitada pelo fato de, no caso dos humanos – em contraste com a relação humano-animal – haverem signos comportamentais compartilhados que, de certo modo, representam de forma abreviada ou direta respostas comportamentais:

O método [de linguagem] se torna possível meramente em virtude do fato de que, nesse caso particular, o experimentador e seu animal [no caso, um humano] possuem sistemas de abreviações [*abbreviations*] ou signos de comportamento abreviados [*shorthand behavior signs*] (linguagem), qualquer um dos quais pode[ndo] representar [*stand for*] um hábito pertencente ao repertório tanto do experimentador quanto do seu sujeito [experimental humano] (WATSON, 1913, p. 172, n. 1)

Desse modo, o “método abreviado” possibilitaria com que o sujeito experimental respondesse não por meio do desempenho de um dado comportamento, mas, em vez disso, por signos que representam tal comportamento e que, por serem compartilhados com o experimentador, tornam inteligível para o experimentador qual comportamento está sendo referenciado com tais signos.²⁰

Contudo, embora o “método abreviado” implique vantagens para a experimentação com humanos, haveriam casos em que tal método não seria utilizável: “Em vários casos, o método direto e tipicamente humano não pode ser utilizado com segurança” (WATSON, 1913, p. 172). Nesses casos, portanto, seria necessário utilizar em humanos *exatamente o mesmo* procedimento utilizado com animais, qual seja, a investigação do comportamento por meio de alimentação e punição. Adicionalmente, na medida em que o “método abreviado” possui limitações de escopo, seria um erro se limitar ao mesmo:

Fazer dos dados obtidos pelo método de linguagem praticamente a totalidade com comportamento – ou tentar moldar todos os dados obtidos por outros métodos em termos daquele que tem, por todas as probabilidades, o alcance mais limitado – é colocar a carroça antes do cavalo com todas as forças [*with vengeance*] (WATSON, 1913, p. 172)

Como exposto em secção anterior, os métodos experimentais propostos por Watson em seu “manifesto” foram herdados principalmente de seu contato e formação na psicologia animal. Como exposto nesta secção, em seu manifesto, Watson claramente reconhece que tais métodos já são utilizados em animais; o que seria a grande novidade impactante para a época seria, principalmente, a proposta de se utilizar em humanos os mesmos métodos contemporaneamente utilizados na psicologia animal, proposta que, entretanto, só se efetivará propriamente em 1920 com o famoso experimento “pequeno Albert”. Para além disso, há a proposta do “método abreviado” ou “método da linguagem”, ao qual, porém, é dedicada uma exposição demasiadamente breve por parte de Watson e que – como Watson evidencia por sua própria negação – estaria exposto à crítica de recair em algum tipo de – ou algo similar a – introspecção.

Assim, em termos metodológicos, o “manifesto” de Watson não parece ter uma proposta diretiva o bastante para propiciar – ou mesmo causar – uma revolução: o que ele possui de mais substanciado é um método de “alimentação e punição” já em utilização pela psicologia animal

²⁰ É digno de nota que Watson estava bem ciente de que tal “método abreviado” compartilhava – mesmo que, talvez, apenas na aparência – características com o método introspectivo, a tal ponto que ele sentiu necessidade de afirmar que este não era o caso: “Eu me exponho aqui à acusação de que eu estou utilizando introspecção? Minha resposta é de modo nenhum [*not at all*] [...]” (WATSON, 1913, p. 171). Embora faça essa ressalva, Watson não desenvolve precisamente o porquê de tal método não constituir algum tipo – ou ser algum grau – de introspecção; e, nesse sentido, demonstra mais uma fraqueza do esquema metodológico exposto por ele em seu “manifesto”.

e uma proposta, ainda não efetivada, de aplicação dos mesmos métodos aos seres humanos; na medida em que o “método abreviado” não é muito bem desenvolvido, sobra apenas o método de “alimentação e punição” que – como o próprio Watson admite – possui o “infortúnio” de requerer a aplicação de punições em seres humanos, o que muito provavelmente também seria percebido como um “infortúnio” pelos demais psicólogos da época. Desse modo, o próprio “manifesto” parece deixar metodologicamente de mãos vazias qualquer possível ou suposto entusiasta da época que estivesse disposto a adotar a perspectiva teórica defendida por Watson.

Por fim, no que diz respeito à utilidade do behaviorismo, Watson propõe que os princípios obtidos pelo “behaviorismo” devam ser úteis para áreas práticas do dia a dia: “Se a psicologia seguisse o plano que eu sugiro, o educador, o médico, o jurista e o homem de negócios poderiam utilizar nossos dados de um modo prático, assim que nós estivermos aptos, experimentalmente, a obtê-los” (WATSON, 1913, p. 168). Postura que, como já exposto, é diametralmente oposta à que Watson via na Psicologia da época, principalmente em sua vertente de análise da consciência em termos de conteúdo.

Contudo, como exposto em secções anteriores, a proposta de uma psicologia útil para fins práticos não foi uma invenção de Watson; pelo contrário, esteve bem presente em trabalhos de psicólogos anteriores a ele – principalmente no dos psicólogos funcionalistas. Ademais, como ver-se-á na próxima sub-secção, havia, na época, a posição – também diametralmente oposta a o que propõe Watson – de que os resultados que verdadeiramente serviram de base para as psicologias “aplicadas” não foram os provenientes das pesquisas acerca do comportamento, mas sim os provenientes de pesquisas introspeccionistas.

Além das críticas à psicologia vigente e uma delimitação de sua proposta, Watson também propõe que os âmbitos e os problemas até então trabalhados pela psicologia vigente – os sentidos, a memória e os “processos superiores” (pensamento, imaginação, etc.) – seriam totalmente aptos a serem retrabalhados, sem quaisquer perdas, por seu behaviorismo.²¹ A título de contextualização, é válido ter em mente que o âmbito dos sentidos é o mais antigo, tendo sido trabalhado desde os primórdios da psicologia experimental, isto é, desde a década de 1880; o da memória teria começado sua vertente experimental em 1885 com a obra *Über das Gedächtnis* [Sobre a Memória] de Hermann Ebbinghaus, que foi traduzida para o inglês

²¹ Esse ponto é comumente ignorado pelas apresentações que se faz da relação de Watson com a psicologia que o antecedeu. Geralmente, considera-se apenas o fato de Watson propor mudanças radicais no que diz respeito ao *objeto e método de estudo* da psicologia, mas não se atenta para o fato de que Watson, embora posteriormente coloque novos problemas e âmbitos de investigação, pretende, inicialmente, dar conta dos *problemas* tradicionalmente trabalhados pela psicologia até então – ou, ao menos, é assim que ele expõe suas pretensões. Indício de que o próprio Watson considerava esse ponto um dos mais importantes do seu artigo é o fato de ele o incluir como um dos cinco pontos que constam no final do artigo a título de resumo do mesmo.

exatamente em 1913, ano do texto de Watson; e o dos “processos superiores” era o mais recente e o mais controverso, tendo sido iniciado por volta da virada para o século XX.

No que diz respeito ao âmbito dos sentidos, Watson o considera completamente contemplado – e sem problemas – por sua proposta: “Eu sinto que todo o trabalho sobre os sentidos pode ser consistentemente levado adiante por meio das linhas que eu sugeri aqui [...]. Nossos resultados darão, no final, uma excelente imagem do que cada órgão representa em termos de função [*stands for in the way of function*²²]” (WATSON, 1913, p. 173). No que diz respeito à memória: “A situação no que diz respeito ao estudo da memória é dificilmente diferente” (*ibid.*, p. 173). Apenas no que diz respeito aos “processos superiores” é que o behaviorismo encontraria, naquele momento, barreiras a serem transpostas: “A situação é, em certo grau, diferente quando nós chegamos a um estudo das formas mais complexas de comportamento, tais como imaginação, julgamento, raciocínio e concepção” (*ibid.*, p. 173). Nesse caso, “nós deveríamos enfrentar a situação diretamente e dizer que nós não somos capazes de levar adiante investigações ao longo de todas essas linhas por meio dos métodos de comportamento que estão em uso no tempo presente” (*ibid.*, p. 175).

Contudo, esta limitação no que diz respeito aos “processos superiores” seria apenas uma questão de fato, resultante das condições presentes no que diz respeito aos métodos e aos aparatos técnicos; no futuro, quando tais condições estivessem melhor desenvolvidas, tais formas de comportamento tornar-se-iam passíveis de registro, de modo que o behaviorismo seria capaz de dar conta até mesmo das questões que dizem respeito a este âmbito:

Conforme nossos métodos se tornem melhor desenvolvidos, será possível conduzir investigações de formas cada vez mais complexas de comportamento. Problemas que são agora deixados de lado tornar-se-ão novamente imperativos, mas eles podem apenas ser vistos conforme eles surjam [*arise*] a partir de um novo ângulo e em cenários [*settings*] mais concretos (WATSON, 1913, p. 175)

Assim, em última instância, de um ponto de vista puramente teórico, o behaviorismo seria capaz de dar conta de *todos* os problemas até então investigados pela psicologia tradicional: “não há limitação teórica do método de comportamento” (*ibid.*, p. 174, n. 2); a limitação seria puramente técnica, de modo que a solução para tal incapacidade “espera[ria] o advento de métodos e aparatos” (*ibid.*, p. 174, n. 2).

²² É válido notar que delimitar e descrever as “funções” era um dos objetivos da psicologia funcionalista. Nesse sentido, essa frase de Watson pode ser interpretada como a reivindicação de que, no que diz respeito ao âmbito dos sentidos, o behaviorismo não apenas descartaria a necessidade de uma psicologia em termos de conteúdo, mas também se apropriaria do âmbito de investigações do funcionalismo.

Desse modo, Watson defende que uma transição em direção ao behaviorismo não acarretaria em quase nenhuma perda do ponto de vista dos âmbitos de investigação; e, mesmo que haja inicialmente algum tipo de perda, esta seria meramente parcial, pois não haveria nenhuma impossibilidade de fundamento que impediria o behaviorismo de vir a resolver os problemas referentes a tais âmbitos:

A psicologia como o behaviorista quer, no fim das contas, tem que negligenciar apenas poucos [*but few*] dos problemas realmente essenciais com os quais a psicologia como uma ciência introspectiva se ocupa agora. Com toda a probabilidade, mesmo esse resíduo de problemas pode ser fraseado [*phrased*] de tal modo que métodos redefinidos de comportamento (que certamente devem advir) levarão à solução deles (WATSON, 1913, p. 177)

Nesse ponto, ao propor que, com a transição para o behaviorismo, não haverá perdas nos campos de estudo já tradicionalmente estabelecidos, Watson apresenta um argumento, de certo modo, conciliatório, mas que não será suficiente para convencer os psicólogos de sua época. Como exposto em secção anterior, parte das críticas logo posteriores à publicação do “manifesto” propõem precisamente que abandonar completamente o estudo da consciência e o método da introspecção seria o mesmo que deixar para trás grande parte do que a psicologia conquistou até o momento. Em última instância, o duplo movimento de Watson – de, por um lado, substituir o objeto e o método da psicologia, mas, por outro lado, conservar os mesmos problemas e mesmo campo de estudo – parece ter sido rejeitado por seus contemporâneos.

2.4.2. A Resposta de Titchener (1914b)

Pouco tempo após a publicação do “manifesto” de Watson – mais precisamente, em junho de 1914 – é publicada a mais direta contraposição ao “manifesto” de Watson. Trata-se do artigo *On ‘Psychology as the Behaviorist Views It’* [Sobre ‘A Psicologia como o Behaviorista a vê’], publicado por Edward Bradford Titchener – psicólogo reconhecido, desde pelo menos o final do século XIX, como o maior defensor da psicologia enquanto análise da consciência em termos de conteúdo e do método da introspecção; reconhecimento que é feito também pelo próprio Watson em seu “manifesto”: “[aquele] que lutou a luta mais valente nesse país por uma psicologia baseada na introspecção” (WATSON, 1913, p. 164).

Como o próprio título do artigo indica, trata-se de um texto que tem como finalidade discutir a posição de Watson apresentada em seu “manifesto”. A abordagem de Titchener não será tanto a de negar totalmente as propostas de Watson, mas principalmente de argumentar que Watson incorre em diversos mal-entendidos básicos, que, no fim das contas, leva-o a defender posições que não fariam sentido uma vez que os mal-entendidos fossem esclarecidos.

O primeiro ponto no qual – segundo Titchener – Watson incorreria em um mal-entendido diz respeito a sua concepção de ciência. Como exposto na seção anterior, uma das principais propostas “revolucionárias” de Watson teria sido substituir o *objeto* da psicologia: não mais a consciência, não diretamente observável, mas sim o comportamento, diretamente observável. Entretanto, segundo Titchener²³, a ciência seria melhor definida, não pelos seus objetos específicos, mas sim pelo *ponto de vista* específico que cada uma adota. Considerar a ciência a partir dos objetos seria insuficiente, pois, em última instância, *toda* ciência visaria um mesmo objeto, qual seja, a experiência humana; apenas pela qualificação do ponto de vista adotado por cada uma frente a tal experiência seria possível distinguir as ciências. Por isso, “está claro que uma caracterização desse tipo [pelo ponto de vista] [...] é bem mais satisfatória do que uma mera lista de objetos; e a psicologia, nesses muitos anos anteriores, recorreu, portanto, a tal” (TITCHENER, 1914b, p. 1). Como prova de que tal definição em termos de ponto de vista era utilizada pela psicologia da época, Titchener referencia textos de James Ward²⁴, Richard Avenarius e Hermann Ebbinghaus; entretanto, outros exemplos poderiam ser citados, como Wilhelm Wundt, Oswald Külpe e o próprio Titchener, desde seus primeiros livros.

Ora, se a definição de uma ciência se dá pelo ponto de vista específico adotada por ela, a psicologia científica se caracterizaria por um ponto de vista específico, diferente do de qualquer outra ciência. As nomenclaturas e propostas acerca do ponto de vista da psicologia variam: ponto de vista individualista (Ward); ponto de vista da experiência dependente do Sistema C (Avenarius); ponto de vista da experiência dependente dos indivíduos que experienciam (Külpe); ponto de vista da experiência imediata (Wundt); ponto de vista da experiência dependente do sistema nervoso (Titchener). Embora haja diferenças importantes entre essas propostas²⁵, todas eram consideradas, na época, como “ciência da mente”. O problema apontado por Titchener, nesse ponto, não é precisamente o de se utilizar o termo “ciência da mente” para se referir a tais propostas, mas sim o de esquecer ou ignorar que, quando se fala de “ciência da mente” se referindo a essas propostas, não se deve tomar “mente” no sentido comum, cotidiano, da palavra – isto é, como correspondente de “consciência” – nem

²³ A posição de Titchener acerca da ciência é principalmente desenvolvida em *Psychology: Science or Technology?* [Psicologia: Ciência ou Tecnologia?] (TITCHENER, 1914a), artigo publicado em janeiro de 1914 na revista *Popular Science Monthly* [Ciência Popular Mensal]. As concepções desenvolvidas em tal texto são expressamente retomadas por Titchener nessa sua resposta a Watson.

²⁴ Para um tratamento detalhado sobre a relação entre as perspectivas teóricas de Titchener e Ward, cf. MARCELLOS (2017).

²⁵ Para um tratamento detalhado das diferenças entre as propostas de Titchener e Wundt, cf. MARCELLOS (2012) e MARCELLOS; ARAÚJO (2015).

considerar que a “mente”, a “consciência” e/ou os “processos mentais” são o *objeto* de estudo que caracteriza a psicologia. Em vez disso, quando se fala em “ciência da mente” se referindo a tais propostas, dever-se-ia ter em mente que se tratam de propostas que defendem que a psicologia possui um *ponto de vista* próprio, um tal que, quando adotado, permite tomar a experiência humana – que é o objeto de toda e qualquer ciência – como “mente”, “consciência” ou “processo mental”.

Desse modo, segundo Titchener, tal confusão entre *objeto* e *ponto de vista* no caso da Psicologia seria consequente da adoção da noção de “mente” no sentido não-científico do termo. Tal impregnação do sentido não-científico de “mente”, responsável por tal confusão, decorreria da força que o senso comum exerce sobre todos; e seria precisamente por ser alvo do senso comum que também Watson teria caído nesse mal-entendido:

hábitos de fala são inveterados, e o senso comum é extraordinariamente tenaz na vida: pouco surpreendente, então, que mal-entendimentos [*missunderstandings*] devam surgir. É, por exemplo, um mal-entendido que incitou [*prompted*] os parágrafos polêmicos dos artigos recentes de Watson no que, suponho eu, nós devemos ser felizes em chamar *Behaviorismo* (TITCHENER, 1914b, p. 2; grifos meus)

O segundo mal-entendido, segundo Titchener, seria fruto do fato de Watson desconhecer a história da Psicologia, o que resultaria no fato de seu “manifesto” de ser dotado de um “caráter ahistórico”. Este transpareceria em, pelo menos, três pontos trabalhados por Watson: primeiro, ao Watson expor suas críticas à psicologia estabelecida como se fosse a primeira vez que tais críticas estivessem sendo feitas; segundo, ao Watson julgar que a psicologia estaria estagnada em seus “aproximadamente cinquenta anos de existência”; e terceiro, ao Watson propor que seria o behaviorismo que estaria na base do desenvolvimento bem-sucedido de certos ramos da psicologia, como a pedagogia experimental, as psicologias das drogas, da propaganda, legal, dos testes e a psicopatologia.

O primeiro ponto envolvendo tal ahistoricidade diz respeito ao fato de Watson escrever seu “manifesto” e suas críticas à psicologia estabelecida sem fazer nenhuma referência ao fato de que tais críticas já haviam sido feitas anteriormente por uma série de outros cientistas, de modo a dar a impressão de que o Behaviorismo teria sido a primeira grande crítica radical à psicologia estabelecida: “eles [os textos de Watson] não dão nenhuma pista de que qualquer revolta similar contra uma psicologia estabelecida tomara lugar anteriormente na história da psicologia [*psychological history*]” (TITCHENER, 1914b, p. 4). Como prova de que críticas à introspecção e à psicologia da consciência tão radicais quanto as de Watson já haviam sido realizadas anteriormente, Titchener cita passagens de 1838 de August Comte e de 1851 de

Antoine Cournot e referencia textos de 1866 de Carl Lange e 1867 de Henry Maudsley que seguiriam na mesma linha.²⁶

Nesse sentido, segundo Titchener, o desafio proposto por Watson em seu “manifesto” não seria grande novidade para os que já conhecem – e, mesmo, enfrentaram – as críticas anteriormente perpetradas à introspecção; mais do que isso, segundo Titchener, assim como as críticas anteriores serviram, no fim das contas, para aperfeiçoar a psicologia realizada em tais termos, com relação aos ataques de Watson, o resultado não seria diferente:

Meu ponto é que o behaviorismo de Watson não é nem tão revolucionário nem tão moderno quanto o leitor não-versado em história pode ser levado a imaginar; e que, como a psicologia resistiu [*has weathered*] propostas similares no passado – e, eu espero e penso, se beneficiou da tempestade –, então ela também pode resistir e ser beneficiada por esse último teste [*trial*] de sua firmeza. (TITCHENER, 1914b, p. 5)

O segundo ponto envolvendo o “caráter ahistórico” do manifesto de Watson diz respeito à sua afirmação de que a psicologia até então, em seus “aproximadamente cinquenta anos [*fifty-odd years*] de existência”, teria sido incapaz de se estabelecer incontestavelmente como uma ciência natural e se encontraria, de certo modo, em um estado de estagnação, tentando resolver, sem sucesso, os mesmos problemas desde seu início enquanto disciplina experimental. Contra tal posição, Titchener argumenta que cinquenta anos é muito pouco, quando se considera o caráter recentíssimo da ciência *experimental*: “aproximadamente cinquenta anos não é necessariamente um longo período na história de uma ciência experimental” (TITCHENER, 1914b, p. 7), pois “é apenas no meio do século dezenove que a psicologia se torna experimental” (*ibid.*, p. 7). Além disso, seria necessário levar em consideração o número de cientistas que trabalham no âmbito da ciência psicológica, que é muito reduzido quando comparado com as ciências que tiveram desenvolvimentos mais velozes: “o número de estudantes produtivos em psicologia ‘sistemática, estrutural e funcional’ não se compara com o número [de estudantes produtivos] na física ou química” (*ibid.*, p. 7). Ademais, segundo Titchener, a pesquisa acerca dos processos psicológicos superiores só teria se dado no início do século XX: julgamento em 1901, imaginação em 1902, concepção em 1903 e raciocínio em 1908. Nesse sentido, vários dos problemas trabalhados pela Psicologia na época do “manifesto” de Watson – isto é, em 1913 – teriam pouco mais de cinco ou dez anos de existência, e não os cinquenta reivindicados por Watson. Tratando-se de problemas tão recentes, Titchener se pergunta: “E nós já tratamos

²⁶ É digno de nota que Titchener tentou refutar várias críticas ao uso da introspecção – incluindo algumas de Comte – em seu artigo, publicado um ano antes do “manifesto” de Watson, intitulado *Prolegomena to a Study of Introspection* [Prolegômenos ao Estudo da Introspecção] (TITCHENER, 1912a), que foi seguido no mesmo ano por um artigo – *The Schema of Introspection* [O Esquema da Introspecção] (TITCHENER, 1912b) – que buscava discutir e sistematizar a introspecção que era utilizada em sua época.

sobre esses tópicos até os tornarmos surrados?^[27] Eu julgaria, em vez disso, que nós mal tocamos sua margem” (TITCHENER, 1914b, p. 8). E, por fim, por mais que Titchener deseje que os tópicos que serão tratados pela psicologia futuramente sejam outros, isso não seria justificativa para se precipitar acerca dos tópicos atualmente sendo trabalhados: “eu estou muito mais profundamente preocupado em examinar minuciosamente [*sift*] os materiais de discussão do que em apressar o debate para uma conclusão” (TITCHENER, 1914b, p. 8).

O terceiro ponto envolvendo a “ahistoricidade” de Watson diz respeito à sua afirmação de que o grande avanço dos campos da pedagogia experimental, das psicologias das drogas, da propaganda, legal, dos testes e da psicopatologia se daria por um afastamento em relação à psicologia estabelecida e por uma aproximação com o behaviorismo. Segundo Titchener, seria exatamente o contrário:

No que concerne a eles [esses ramos da psicologia], penso eu, a natureza ahistórica do artigo de Watson torna sua exposição seriamente enganadora [*misleading*]; *é a psicologia, e não o behaviorismo, que formatou o curso deles; e é à psicologia, e não ao behaviorismo, que eles ainda recorrem* [*look to*] para orientação (TITCHENER, 1914b, p. 8; grifos meus)

Para sustentar sua posição, Titchener referencia autores e obras que expressamente se valem da psicologia introspeccionista nesses ramos e a tomam como a responsável pelo progresso nos mesmos: as *Vorlesungen zur Einführung in die experimentelle Pädagogik und ihre psychologischen Grundlagen* [Lições para a Introdução na Pedagogia experimental e suas Fundações psicológicas] (1911) de Ernst Meumann para a pedagogia experimental; o artigo *The Influence of Alcohol and Other Drugs on Fatigue* [A Influência do Álcool e outras Drogas sobre a Fadiga] (1908) de William Rivers e o artigo *Die agrammatischen Sprachstörung: Studien zur psychologischen Grundlegung der Aphasielehre* [O Distúrbio agramático da Fala: Estudos para a Fundamentação psicológica da Doutrina da Afasia] de Arnold Pick para a psicopatologia; William Stern para a psicologia do testemunho; Alfred Binet para a psicologia dos testes; além de vários autores para o caso da propaganda.

No caso dos *psicólogos* citados por Titchener – nomeadamente, Meumann, Stern e Binet –, Titchener reconhece que, posteriormente, tais psicólogos abriram mão da introspecção experimental e enveredaram para outras áreas. Contudo, segundo Titchener, tais autores não veriam seus trabalhos posteriores como algo que nega seus trabalhos introspeccionistas

²⁷ No original: “*And we have already worn such topics threadbare?*”. *To wear something threadbare* é uma expressão utilizada, em casos concretos, para se referir ao fato de vestir [*wear*] peças de roupa tão repetidamente a ponto de elas se tornarem desgastadas, surradas [*threadbare*]. Ao se utilizar dessa expressão, Titchener está fazendo referência implícita à passagem do “manifesto” de Watson em que este diz: “Os tópicos se tornaram tão surrados [*threadbare*] de tanta lida que seria bom serem afastados por um tempo” (WATSON, 1913, p. 175).

anteriores, mas, pelo contrário, como trabalhos que têm tais trabalhos introspeccionistas anteriores como seu fundamento:

Vale a pena notar que Meumann, Stern e Binet – os homens a quem nós somos principalmente devedores pela pedagogia experimental, a psicologia do testemunho e os testes mentais – teriam sido todos deixado de lado por Watson, alguns anos atrás, como *psicólogos tipicamente introspectivos*; e vale a pena notar também que *eles mesmos consideram esse trabalho posterior não como a negação de seu treinamento psicológico, mas como sua extensão direta e sua realização prática [practical fulfilment]* (TITCHENER, 1914b, p. 9; grifos meus)

Por fim, o terceiro mal-entendido apontado por Titchener diz respeito à própria proposta de Watson, qual seja, a proposta de substituir a psicologia estabelecida pelo behaviorismo. Titchener considera que, *caso se entenda por “behaviorismo” o que Watson propõe em seu “manifesto”*, uma tal substituição seria impossível, pois, enquanto a psicologia estabelecida – i. e. a psicologia estruturalista – seria uma ciência, que é definida por um ponto de vista frente a experiência e “segue seu caminho sem consideração [*regard*] pelos interesses humanos e sem objetivar nenhum objetivo prático” (TITCHENER, 1914b, p. 14), o behaviorismo, por sua vez, não seria uma ciência, mas sim uma tecnologia, que tem como marca distintiva “a perseguição de um fim prático” (*ibid.*, p. 14): “o behaviorismo de Watson não pode nunca substituir a psicologia, pois um é tecnológico e a outra científica” (*ibid.*, p. 14). Desse modo, tomado enquanto tecnologia, o behaviorismo de Watson de nenhum modo disputaria espaço com a psicologia introspeccionista: ambas as propostas poderiam coexistir pacificamente sem, de modo algum, se excluírem.

Contudo, segundo Titchener, seria possível “avaliar as propostas de Watson como um todo [...] limpando-as de seus acompanhantes pessoais e acidentais” (TITCHENER, 1914b, p. 14); isto é, seria possível pensar o que deveria ser o behaviorismo, caso se eliminasse os traços radicais e peculiares atribuídos a tal postura por Watson. Nesse sentido, um traço não-essencial que, segundo Titchener, deveria ser eliminado seria “a nota recorrente de pressa, de impaciência” (*ibid.*, p. 14); pois “todos os reformadores [...] tendem a ser impacientes; e a impaciência deles não afeta o valor de suas reformas propostas” (*ibid.*, pp. 14-15); em outras palavras, a impaciência de Watson de modo algum tornaria suas propostas mais razoáveis. Uma proposta de behaviorismo menos imediatista e mais refletida seria completamente viável – e mesmo Watson, em momentos de menor efervescência, veria as vantagens de tal cadência:

Nós não precisamos considerar essa pressa, tampouco, como pertencendo à essência do behaviorismo. Watson ele mesmo, em um estado de ânimo menos fervoroso, poderia não rezear nos conceder um pouco de tempo para estudar seus planos – iria mesmo reconhecer, acredito eu, que nossa aceitação

apressada deles, sem a devida consideração, deve ser mais perigosa do que um atraso razoável [*reasonable delay*] (TITCHENER, 1914b, p. 15)

A partir dessa avaliação mais detalhada, Titchener – contrapondo-se à visão de Watson em seu “manifesto” – propõe que o behaviorismo enquanto ciência seria, em última instância, parte da psicobiologia: “aqui está o contexto ao qual o behaviorismo, se eu o entendo corretamente, deve por necessidade pertencer; *ele é o lado biológico de uma psicologia biológica ou de uma psicobiologia*; eu não posso fazê-lo mais, e eu não penso que seus praticantes possam fazê-lo menos” (TITCHENER, 1914b, p. 15; grifos meus). O argumento apresentado por Titchener é o seguinte²⁸: o behaviorismo, segundo Watson, estuda certos fenômenos do organismo vivo; ele pode estudar tais fenômenos ou como fenômenos que têm valor por si ou como fenômenos que são expressão de algo subjacente. Se ele os estuda como fenômenos que possuem valor em si mesmos, ele adota o ponto de vista do biólogo e, portanto – dado que a ciência é definida pelo ponto de vista e, nesse caso, o ponto de vista é o mesmo – não haveria justificativa para defender a criação de uma nova ciência. Se ele os estuda como fenômenos que são expressão de algo subjacente, na medida em que os fenômenos estudados são, eles mesmos, comportamentos, o algo subjacente do qual eles seriam expressão não poderia ser também comportamentos, pois “um fenômeno não pode tanto ‘ser’ quanto ‘ser o sintoma de’ a mesma coisa” (TITCHENER, 1914b, p. 16); desse modo, se os fenômenos estudados – isto é, os comportamentos – são expressão de algo, esse algo só poderia ser algo que é de um outro âmbito em relação ao comportamento, portanto, só poderia ser do âmbito da consciência, de modo que o behaviorismo necessitaria necessariamente da psicologia, sendo, portanto, parte da psicobiologia. Assim, conclui Titchener:

Eu não vejo nenhum caminho para fora desse dilema. Ou o behaviorista é apenas biólogo; e, nesse caso, ele não possui nenhuma relação mais próxima com a psicologia do que possuem seus colegas de trabalho [*coworkers*] que estão contentes em chamar a si próprios de biólogos; ou o behaviorista vê expressão onde os biólogos veem fatos últimos; e, nesse caso, ele pode, igualmente, ser chamado de psicobiólogo, visto que os fenômenos expressos

²⁸ O início do argumento segue a forma lógica válida: *ou A ou B; não A; logo, B*. Ou (A) o behaviorismo estuda os fenômenos do organismo vivo como possuindo valor por si ou (B) o behaviorismo estuda tais fenômenos como expressões de outra coisa; se (A) o behaviorismo estuda os fenômenos do organismo vivo como possuindo valor por si, ele não é uma ciência separada, mas equivale à biologia (A é incompatível com a premissa assumida de que o behaviorismo é uma ciência própria e, portanto, tem que ser descartada); logo, (B) o behaviorismo estuda tais fenômenos como expressões de outra coisa.

O prosseguimento do argumento segue a forma lógica válida: *ou A ou B; B; logo, não A*. Um fenômeno é ou (A) algo ou (B) expressão do algo; o comportamento é a expressão do algo (B; conclusão do argumento anterior); logo, o comportamento não pode ser o algo (não A).

O fim do argumento segue a forma lógica válida: *ou A ou B; não B; logo, A*. O comportamento é expressão ou (A) de algo do âmbito mental ou (B) de algo do âmbito comportamental; o comportamento, sendo ele mesmo o que é expresso pelo algo subjacente, não pode ser o algo que expressa (não B; conclusão do argumento anterior); logo, o comportamento é expressão de algo do âmbito mental.

ou reportados pelas mudanças orgânicas que ele estuda não podem ser qualquer outra coisa que não psíquicos [*anything else than psychical*]. (TITCHENER, 1914b, p. 16)

O resultado último dessa argumentação é que o behaviorismo – sendo a parte biológica da psicobiologia – não pode existir sem a psicologia estabelecida: “essa conclusão [...] significa que o behaviorismo está correlacionado com a psicologia, com algum tipo de psicologia no sentido usual” (TITCHENER, 1914b, p. 16). Desse modo, por mais que alguém se proponha – como Watson em seu “manifesto” – a estudar apenas o comportamento e a manter uma postura de crítico frente à psicologia estabelecida, mesmo assim, tal estudo seria dependente da psicologia:

embora um estudante individual possa se confinar sabiamente e com sucesso ao estudo do comportamento – sim, e possa manter por toda a sua vida uma atitude polêmica com relação à psicologia propriamente dita – *é, mesmo assim, impossível haver uma ciência do behaviorismo independente de toda psicologia*. É igualmente impossível, é claro, dentro do mesmo contexto da psicobiologia, haver uma ciência da psicologia independente; *as duas metades são essenciais para a totalidade singular* (TITCHENER, 1914b, pp. 16-17; grifos meus)

Desse modo, não pode haver behaviorismo sem psicologia: “A psicologia que está correlacionada com o behaviorismo começa quando o behaviorismo começa, e a sorte [de cada um] dos dois está ligada no mesmo pacote” (TITCHENER, 1914b, p. 17).

O diagnóstico final de Titchener acerca do “behaviorismo” é o de que ele seria a expressão de que a psicobiologia estaria em sua primeira fase enquanto ciência, fase em que “trabalho[s] pioneiro[s] traz[em] [*bring in*] retornos grosseiros e tangíveis” (TITCHENER, 1914b, p. 17). A psicologia introspectiva, por sua vez, já teria passado dessa primeira fase – e também da segunda fase, “de revisão, de elaboração de detalhes” (*ibid.*, p. 17) – e se encontraria agora na terceira fase, “de progresso estável [*steady*], variado por uma certa quantidade de interrupção saudável” (*ibid.*, p. 17). A postura da psicologia introspectiva, portanto, não seria propriamente de hostilidade para com o behaviorismo; ela seguiria seu curso paralelamente, sem ser de modo algum afetada negativamente por aquele:

Enquanto isso, a psicologia introspectiva, que está entrando agora nesse terceiro estágio de sua carreira científica, lidará silenciosamente com sua tarefa, *desejando ao novo movimento [i. e. ao behaviorismo] todo o sucesso, porém declinando – com a persistência suave [mild] que é natural das questões de fato – tanto ser eliminada quanto ser ignorada* (TITCHENER, 1914b, p. 17; grifos meus)

2.5. “REVOLUÇÃO BEHAVIORISTA” E HISTÓRIA *WHIG*

A partir dos elementos expostos nas secções anteriores, é possível delinear certas estratégias utilizadas pela narrativa da “revolução behaviorista em 1913” que se alinham com um ponto de vista *whig* em termos historiográficos.

É intrínseco à noção de “revolução” uma ruptura com o passado. Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas pelo próprio Watson e adotadas pelos historiadores da psicologia que defendem a “revolução behaviorista” é a apresentação – caricaturada – da psicologia pré-1913 como dotada de certa *unidade*. Tal procedimento constitui precisamente uma *simplificação*, na medida em que, para tornar a o “manifesto” de Watson um marco revolucionário, deixa de fora da narrativa diversos elementos importantes presentes no contexto da época. Há tanto *simplificações* mais drásticas, como a adotada, por exemplo, por Gardner (1985), segundo a qual a psicologia anterior a Watson seria puramente uma psicologia introspeccionista e de análise da consciência; quanto *simplificações* um pouco menos drásticas, como a do próprio Watson, que, por um lado, chega a diferenciar uma psicologia introspeccionista, uma funcionalista e uma animal, mas, por outro lado, por vezes, as concebe como indistinguíveis, como, por exemplo, quando diz não ver diferenças no uso do vocabulário dos funcionalistas em relação ao dos introspeccionistas – constatação com a qual praticamente nenhum outro psicólogo da época concordaria – e, também, quando critica tanto o introspeccionismo quanto a psicologia animal pelo uso da “analogia com a consciência humana” – embora a investigação desempenhada por essas áreas fosse tida, por praticamente todos os psicólogos da época, como diferente em quase todos os pontos.

De qualquer modo, seja qual for o grau de *simplificação* envolvido, quando recorremos a outras fontes, torna-se nítido que a psicologia pré-1913 não era de forma alguma perpassada pela unidade. Como exposto na secção 2.2., as próprias tradições nas quais as diferentes psicologias estadunidenses se baseavam eram radicalmente distintas: psicólogos que operavam a análise da consciência eram herdeiros da fisiologia sensorial alemã do século XIX; os psicólogos animais, os funcionalistas – e, mesmo, o próprio Watson – eram herdeiros das teorias evolucionistas. Além disso, como exposto na secção 2.3., a maioria dos psicólogos da época de Watson parecia não ser “introspeccionista” no sentido de entender a introspecção como o *único* método válido e a consciência como o *único* objeto válido para a psicologia – na verdade, o único que parecia defender tal posição *radical* era Titchener –, mas apenas no sentido de se utilizarem da introspecção como *um dos* métodos – ao lado de métodos “comportamentais” – e fazerem da consciência *um dos* objetos da psicologia – ao lado do “comportamento”.

Desse modo, para montar uma narrativa “revolucionária”, nesse caso, é necessário caricaturar o momento do “antigo regime”, a fim de que o “manifesto” apareça como um ponto

de ruptura. Uma das principais consequências de uma tal estratégia para a narrativa histórica é o *encobrimento das relações de continuidade* entre o que se considera “pós-revolução” e “pré-revolução”. Retratar o período pré-1913 como marcado pelo domínio do “introspeccionismo” implica ocultar toda a importância que os movimentos da psicologia animal e do funcionalismo tiveram para com Watson – e, portanto, para com a proposta behaviorista. Vários dos preceitos evolucionistas que serão adotados por Watson em 1913 – como, por exemplo, a continuidade entre homem e animal e a adaptação dos organismos ao meio visando a sobrevivência – foram inicialmente introduzidas, nos Estados Unidos da América, pelos psicólogos animais e funcionalistas e apenas gozaram de relevância na época de Watson por conta desses mesmos psicólogos. Mais ainda, o próprio Watson foi introduzido a – e, mesmo, cultivado dentro de – esses preceitos durante seus anos anteriores a 1913, no qual trabalhou com psicologia animal. Nesse sentido, é praticamente impossível conceber o surgimento do behaviorismo sem a precedência de tais movimentos “precursores”, de modo que ao menos um certo grau de continuidade com o passado deve ser admitido, o que vai expressamente na contramão da narrativa da “revolução behaviorista” e que, portanto, esta não possui nenhum interesse em incluir.

Um outro ponto em que o encobrimento de relações de continuidade diz respeito às críticas de Watson ao método da introspecção. Como bem expresso por Titchener, assim como, posteriormente, por historiadores da psicologia, várias foram as críticas à introspecção anteriores a Watson, de modo que o ataque realizado por este não constituiu, nesse ponto, grande novidade. Entretanto, como também propôs Titchener, o modo pelo qual Watson expõe suas críticas à introspecção – tanto por seu tom radical, quanto por sua omissão das críticas anteriores – tem precisamente o intuito de transparecer uma novidade, estratégia que, de fato, surte efeito nos leitores que desconhecem as críticas anteriores.

Desse modo, negando a importância dos movimentos anteriores que, em algum nível, serviram de base para as propostas behavioristas e omitindo o fato de várias críticas semelhantes às de Watson terem sido feitas muito antes dele, as narrativas que se valem da noção de “revolução behaviorista” acabam por tomar como sendo abrupto e imediato um movimento que, ao menos em certos aspectos, acompanhou um processo lento, gradual e, em certos aspectos, constante. A ruptura com o passado proposta por Watson não surge do nada; ela é fruto de uma torção exercida por Watson a partir de vários elementos com os quais ele entrou em contato durante sua formação enquanto psicólogo anteriormente a 1913.

Por meio de tal *simplificação*, a narrativa apresenta uma *situação polarizada, dualista* na qual dois grupos antagônicos aparecem em evidência: de um lado, os *conservadores ou*

tradicionalistas, que defendem o uso da introspecção e o estudo da consciência; do outro lado, os *revolucionários*, grupo que defende o abandono completo de tal método e de tal objeto, e que seria composto por Watson, em primeiro lugar, e pelos psicólogos que teriam aceitado irrestritamente a convocação revolucionária deste. Nesse esquema simplificado, instaura-se de forma muito evidente uma separação entre os *agentes do progresso* – sendo o principal Watson com seu “manifesto” – e os *inimigos do progresso*, basicamente aqueles que não adotam a postura apresentada por Watson. Implícito em tal esquema está precisamente o ponto fundamental de que o *critério* segundo o qual se julga quem é conservador e quem é revolucionário é a própria posição defendida por Watson em seu “manifesto”. Entretanto, a adoção de tal critério como válido para se julgar os psicólogos e as psicologias da época de Watson possui o problema gravíssimo de pressupor que tal critério – isto é, a posição defendida por Watson em seu “manifesto” – foi aceita pelos psicólogos da época e implementada na psicologia da época logo após a publicação do “manifesto” de Watson.

Por um lado, como exposto na secção 2.3.3., entretanto, a posição de Watson foi julgada *negativamente* como *radical* pelos psicólogos da época, de modo que não foi aceita senão de forma tão parcial e fragmentada a ponto de ser desfigurada, perdendo sua radicalidade. Desse modo, um dos problemas principais de se adotar o “manifesto” de Watson como *critério* para a narrativa histórica – tal como fazem as narrativas que recorrem à noção de “revolução behaviorista” – é ter, como consequência necessária, a necessidade de *encobrir, ignorar ou fechar os olhos* para as fontes primárias que atestam a inexistência de uma “revolução behaviorista” no ano de 1913 e nos anos logo posteriores. Pois, se conservassem o “manifesto” de Watson como critério e julgassem as posições dos psicólogos da época – registradas em fontes primárias – chegariam à mesma conclusão – ou, ao menos, a uma posição muito parecida com a – dos historiadores contrários à ideia de “revolução behaviorista”, qual seja, a posição de que o único *revolucionário* propriamente dito – isto é, o único que foi inteiramente fiel ao “manifesto” – foi Watson. Assim, ter-se-ia que concluir que a “revolução behaviorista” teria sido uma revolução de um homem só; enquanto que praticamente todos os outros psicólogos da época seriam – em algum grau considerável – *conservadores*, na medida em que não adotavam parte ou não adotavam com a mesma radicalidade o “manifesto” de Watson. Desse modo, a separação dualista *conservadores versus revolucionários* resultaria em uma posição absurda: Watson teria implantado uma revolução completa no campo da psicologia mesmo sem a aderência de nenhum membro componente da psicologia.

Por outro lado, assumir o “manifesto” de Watson como um critério segundo o qual julgar a psicologia da época implica outro problema metodológico grave: a suposição – ou, mesmo, a

projeção retrospectiva – de que o “manifesto” constitui um projeto íntegro e finalizado. Entretanto, como exposto na secção 2.3.4, se consideramos os desenvolvimentos metodológicos apresentados no “manifesto” de Watson, vemos que estes foram considerados insuficientes por seus contemporâneos, a ponto de o próprio Watson reconhecer tal insuficiência e tentar supri-la em 1916. Desse modo, as narrativas que adotam a noção de “revolução behaviorista” – para manter o caráter de “revolução” daquela – necessitam, mais uma vez, recorrer aos artifícios do *encobrimento*, na medida em que, para postular uma revolução metodológica a partir do “manifesto” de 1913, necessitam *encobrir* que, não apenas os psicólogos da época, mas também o próprio Watson considerou sua posição metodológica de 1913 insuficiente.

Por fim, outro encobrimento resultante a narrativa da “revolução behaviorista” diz respeito às respostas da época em relação ao “manifesto” de Watson. Já pressupondo tal “manifesto” como um ponto de *ruptura* com o passado, a narrativa revolucionária, por meio dos processos de *simplificação*, desconsidera as contraposições veiculadas na época em relação à posição de Watson. Com isso, tal narrativa apresenta o processo de “revolução” como uma transição tranquila e sem contestações, enquanto que, na realidade, como exposto nas secções anteriores, não apenas houveram contestações às reivindicações de Watson, como também houve uma resposta direta ao seu “manifesto”, que questionava não apenas as reivindicações teóricas e metodológicas de Watson, como também várias das afirmações e críticas que Watson fez em relação à psicologia da época.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA WHIG E HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA

3.1. A NARRATIVA DOMINANTE ACERCA DA “REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA” (RPB)

Apesar de se designar um movimento recente, tendo se constituído a partir da década de 1970, a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) já possui uma narrativa histórica bem estabelecida acerca de seu movimento, tanto no que diz respeito aos seus principais atores quanto às suas origens e aos seus fins.

A narrativa que se tornou dominante acerca da RPB foi inicialmente estabelecida a partir da publicação, em 1995, da primeira edição do livro “Loucos pela Vida”, coordenado pelo psiquiatra e militante da luta antimanicomial Paulo Amarante, mas escrito em conjunto com outros pensadores, das áreas da Psicologia e Ciências Sociais: Andréa da Luz Carvalho, Débora Uhr, Ernesto Aranha Andrade, Laurinda Augusta Beato de Pinho Freitas, Martha Cristina Nunes Moreira e Waldir da Silva Souza. Estes, dentre outros pesquisadores²⁹, fizeram parte da pesquisa que originou o livro intitulada “Análise dos Determinantes e Estratégias das Políticas de Saúde Mental: o projeto da Reforma Psiquiátrica (1970-1990)”, sendo o texto do livro produto direto do relatório da pesquisa empreendida (AMARANTE, 2003 [1998], p. 17).

O sucesso do livro foi apontado na própria apresentação à segunda edição, publicada em 1998: “Para a nossa satisfação, o livro teve uma aceitação bastante favorável, tendo sido rapidamente esgotada a [primeira] edição, uma vez que foi adotado em cursos de graduação e pós-graduação, em bibliografias de concurso e utilizado em inúmeras monografias, *papers*, dissertações e teses” (*ibid.*, p. 17). Agora, vinte e cinco anos após a publicação da segunda edição, pode-se dizer que a “aceitação bastante favorável” ainda se encontra em vigor, na medida em que tal livro – e, por conseguinte, a narrativa histórica nele apresentada – continua a ser material utilizado em cursos de graduação e concursos públicos, de modo tal que a importância de tal livro para o pensamento atual acerca da história da RPB é indiscutível.

Tendo em vista essa indiscutível importância da obra para a atualidade, o presente capítulo pretende empreender uma análise crítica da narrativa desenvolvida no livro, chamando a atenção para a perspectiva a partir da qual a narrativa é empreendida, assim como para as implicações das premissas implícitas adotadas. Uma tal análise obtém sua relevância pelo fato

²⁹ Os outros pesquisadores que fizeram parte da pesquisa que deu origem ao livro foram: Maurício Lougon, Maria Lelita Xavier, Hilma Ribeiro da Silva, Maria Fernanda Patitucci Valente, Ingrid Cavalcanti Mendonça e Luiza Lage. No caso da segunda edição do livro, que inclui acontecimentos que vão até 1992, também participou Antônio Marcos Dutra da Silva (AMARANTE, 2003[1998], p. 17).

da narrativa apresentada no livro ser, à primeira vista, fortemente descritiva, focada quase que estritamente em datas, atores e acontecimentos, de modo que aparenta ser, para o leitor, uma descrição documental que não provém de nenhum ponto de vista delimitado e localizado. Nesse sentido, a análise crítica aqui empreendida busca recuperar o ponto de vista a partir do qual a narrativa é escrita, de modo a apontar quais argumentos e pressupostos estão subjazendo a aparente pura descrição documental.

Apesar de tal análise ter por objeto estrito o livro “Loucos pela Vida”, recorrer-se-á, por vezes, também à obra posterior de Paulo Amarante “O Homem e a Serpente: Outras histórias para a loucura e a psiquiatria” (1996), publicada apenas um ano após a primeira edição, e dois anos antes da segunda edição, do livro “Loucos pela Vida” e que se encontra fortemente alinhada com a narrativa desenvolvida neste.

3.2. POR QUE ESCREVER UMA HISTÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA?

A história é um instrumento com muitas utilidades possíveis. De fato, escreve-se história para louvar grandes feitos ou figuras, para demarcar uma posição dentro de um certo campo de disputas, para se entender valores de épocas passadas, para legitimar perspectivas presentes, etc. No caso de “Loucos pela Vida”, se, por um lado, sua narrativa aparenta possuir um tom eminentemente descritivo, por outro lado, seus objetivos, tais como estipulados pelos próprios autores, demonstram um caráter altamente implicado e interessado.

Tal como descrito na apresentação à primeira edição, o livro teria por objetivo *instrumentalizar* os que se interessam pelo processo recente da Reforma Psiquiátrica Brasileira:

O principal objetivo deste trabalho é o de delinear os cenários, identificar os temas, os atores e as fontes de pesquisa, no sentido de *fornecer subsídios* a todos aqueles que se dedicam ao estudo da história recente das experiências brasileiras e, menos, de propor uma interpretação definitiva sobre os mesmos (AMARANTE, 2003[1998], p. 19; grifos meus)

Nesse sentido, tendo em vista o caráter recente à época das primeiras transformações mais impactantes no que diz respeito às políticas de cuidado em saúde mental, o livro cumpriria o papel de expor, “a todos aqueles que se dedicam ao estudo da história recente das experiências brasileiras”, “os cenários”, “os temas”, “os atores” e “as fontes de pesquisa” – isto é, delimitar, para os pesquisadores da área, o contexto no qual as transformações se deram, quais foram os pontos atacados pelas transformações, quem foram os responsáveis pelas transformações e quais os documentos oficiais existentes que atestam tais transformações. A proposta de “fornecer subsídios a todos aqueles que se dedicam ao estudo da história recente das

experiências brasileiras”, e não de “propor uma interpretação definitiva sobre os mesmos”, parece indicar o entendimento, por parte dos próprios autores, de que o livro deveria servir mais como fonte de auxílio a pesquisas futuras do que como uma narrativa concluída. De fato, os leitores, ao lerem o livro, deparam-se mais com extensas listas de congressos, datas, instituições – o que é muito mais útil para um pesquisador da área – do que com propriamente uma interpretação bem delimitada.

Fato é, entretanto, que, como vimos, a primeira edição do livro acabou por ter uma “aceitação bastante favorável” do jeito mesmo que veio à luz do dia. Alinhado com esse fato, é possível identificar uma certa *reviravolta na exposição dos objetivos do livro* quando da publicação da segunda edição. Em primeiro lugar, a apresentação à segunda edição deixa claro que o objetivo principal do livro, que deu ensejo à sua formulação, foi a *preservação da memória*: “Este livro nasceu de um projeto cuja maior pretensão era a preservação da memória do processo contemporâneo de reforma psiquiátrica, que vem ocorrendo no Brasil desde a segunda metade da década de 70” (AMARANTE, 2003[1998], p. 17); “a pesquisa e os seus resultados nos parece[m] muito importantes, principalmente pelo aspecto da preservação da memória” (*ibid.*, p. 17).

Falar em “preservação da memória”, entretanto, traz consigo a concepção de que há uma “memória” já gestada, já formada, a ser “preservada” por meio de sua inscrição, nesse caso, na forma de livro. Nesse sentido, na transição da primeira para a segunda edição do livro, a postura inicial de não buscar “propor uma interpretação definitiva” – isto é, de não tomar o exposto como algo já concluído – cede lugar à postura de “preservar a memória”, no sentido de preservar o que já foi realizado. Contudo, defender que há uma “memória” decorrente dos acontecimentos a ser preservada é problemático; tanto em termos de conteúdo quanto em termos de forma, não se pode falar na existência de uma memória para além dos meios pelos quais essa memória é inscrita, transmitida e preservada; em outros termos, o próprio processo de preservação da memória deve ser entendido como o processo de sua criação. Desse modo, por mais que, com a pesquisa e a escrita do livro, se busque a “preservação da memória do processo contemporâneo de reforma psiquiátrica”, o que de fato ocorre com isso é a *produção* da memória do processo contemporâneo da reforma psiquiátrica; porém, é claro, de uma memória determinada, produzida a partir de certos documentos tomados como fontes e a partir do ponto de vista de certos autores que estavam em certa posição frente ao processo que é objeto da memória.

Em segundo lugar, a transição da primeira para a segunda edição do livro marca uma *reviravolta na exposição do público-alvo do livro*. O público-alvo do livro agora diz respeito

não mais apenas aos “que se dedicam ao estudo da história recente das experiências brasileiras”, mas é claramente expandido, passando a incluir outros que não pesquisadores da RPB: “Esperamos que este trabalho seja útil para aqueles que se dedicam à pesquisa, ao ensino e à assistência, empenhando-se nas transformações das instituições, das práticas e das políticas de saúde mental” (AMARANTE, 2003[1998], p. 19). Nessa expansão, passa a aparecer a ideia de que o livro – e, portanto, a narrativa que ele transmite – pode ser útil não apenas com propósitos teóricos para pesquisadores especializados, mas também com propósitos práticos de transformação para profissionais de saúde mental. Tal ideia é apresentada de forma semelhante também no fechamento do Posfácio do livro, escrito por Manuel Desviat, que atesta: “Este livro, imerso no percurso brasileiro de reforma psiquiátrica, é uma ferramenta neste caminho” (*ibid.*, p. 132).

3.3. A TRAJETÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA SEGUNDO “LOUCOS PELA VIDA”

A narrativa de “Loucos pela Vida” opta por estruturar a narrativa em termos de “*trajetórias*”, em vez de “etapas” ou “conjunturas”, querendo, com isso, enfatizar que há *sobreposição* entre as divisões que são estabelecidas, de modo que “o surgimento de uma trajetória não implica que a anterior não coexista” (*ibid.*, p. 89): “A ideia de trajetória permite uma visualização de percursos, de caminhos que, muitas vezes, se entrecruzam, se sobrepõem. A trajetória refere-se mais à existência e desenvolvimento de uma tradição de uma linha prático-discursiva, do que de uma determinada conjuntura” (*ibid.*, p. 88).³⁰ A opção pela noção de trajetória é justificada também como uma tentativa de evitar uma “história continuísta” por meio do foco nas “práticas”: “Não se trata, aqui, da construção continuísta da história da psiquiatria, mas do relato do surgimento de algumas práticas (reunidas sob o conceito de trajetória) que se diferenciam do modelo psiquiátrico clássico” (*ibid.*, p. 89).

3.3.1. As “trajetórias” pré-Reforma: “trajetória higienista” (1850-1939) e “trajetória da saúde mental” (1945-1977)

A primeira trajetória apresentada é nomeada “*trajetória higienista*”, compreendendo “o período que vai da constituição da medicina mental no Brasil, em meados do século XIX, até

³⁰ Apesar de sua centralidade e de ser utilizada durante toda a narrativa, a noção de “trajetória” não é discutida de forma mais detida em nenhum momento, para além desse breve parágrafo citado. Por um lado, o ponto da “sobreposição” entre percursos é demonstrado no desenvolvimento que se faz acerca das diferentes narrativas; por outro lado, contudo, em nenhum momento se especifica o que se entende por “tradições de linha prático-discursiva” e sua contraposição às “conjunturas”.

as primeiras décadas deste século [XX], mais precisamente até a Segunda Grande Guerra” (AMARANTE, 2003[1998], p. 88). Essa trajetória é trabalhada brevemente e toma como base os livros “Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil” (1978) de autoria de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogerio Luz e Katia Muricy; e “A psiquiatria como discurso da moralidade” (1978) de autoria de Joel Birman. Assim, a “trajetória higienista” é entendida como o período de “aparecimento e desdobramento de um projeto de medicalização social, no qual a psiquiatria surge como um instrumento tecnocientífico de poder, em uma medicina que se autodetermina social” (AMARANTE, 2003[1998], p. 88), medicina que “se institui por meio de um tipo de poder denominado disciplinar, auxiliar na organização das instituições, do espaço das cidades, com um dispositivo de controle político e social” (*ibid.*, p. 88).

A segunda trajetória seria a “*trajetória da saúde mental*”, que surgiria precisamente após a Segunda Grande Guerra, sendo marcada pelo surgimento das “experiências socioterápicas, como a comunidade terapêutica inglesa, a psicoterapia institucional e a psiquiatria de setor francesas”, culminando com “o advento da psiquiatria preventivo-comunitária norte-americana” (*ibid.*, p. 88). Essa trajetória é marcada pelo surgimento de um novo objeto para a psiquiatria, inexistente até então: a saúde mental. O surgimento deste objeto implica que a psiquiatria não se restringe meramente a curar ou prevenir doenças mentais, mas tem o papel de promover, a todo o momento, isso que é a “saúde mental”: “Neste projeto, a psiquiatria não visa simplesmente à terapêutica e à prevenção das doenças mentais, mas constrói um novo objeto: a saúde mental” (*ibid.*, pp. 88-89). Em outras palavras, não é necessário mais ser marcado como “doente mental” para estar sob a atuação da prática psiquiátrica. A “trajetória da saúde mental” marca o contexto brasileiro por meio do desenvolvimento de diversas experiências “inspiradas no preventivismo ou nos modelos das comunidades terapêuticas, na psicoterapia institucional e no ‘setor’” (*ibid.*, p. 89) e também por meio dos planos de políticas públicas do início da década de 1970 até 1977, que regulam os serviços de saúde mental segundo preceitos alinhados com essas perspectivas.

A apresentação de ambas essas “trajetórias” é realizada de forma bem breve, se valendo de um ou dois parágrafos. Uma tal brevidade pode ser considerada justificável, na medida em que o objeto próprio do livro é o processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). Desse modo, a apresentação dessas trajetórias que antecedem a RPB parece servir apenas como o estabelecimento de pontos de contraposição para as “trajetórias” que são expostas na sequência do livro.

3.3.2. A trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira (1978-1992)

O processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), segundo a narrativa, seria dividido em “três momentos”: em primeiro lugar, a “*trajetória alternativa*”, que englobaria o início do movimento, marcado pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) em 1978 até o início da década de 1980; em segundo lugar, a “*trajetória sanitarista*”, que englobaria o momento de inserção do MTSM no aparato estatal no início da década de 1980 com a experiência de “co-gestão interministerial” envolvendo o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o Ministério da Saúde (MS); em terceiro lugar, a “*trajetória da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção*”, marcada pela organização e realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental (I CNSM), a qual possibilitou o início da renovação do movimento da RPB, no sentido de reencontrar uma postura mais radical de transformação da instituição psiquiátrica.

3.3.2.1. A “*trajetória alternativa*” (1978-1980)

O primeiro desses momentos, o início da Reforma, é a “*trajetória alternativa*”, que se inicia por volta de 1978, marcada fortemente pelo aumento das insatisfações populares com relação à Ditadura Militar e pelo início do enfraquecimento desse mesmo regime.

O intervalo entre os anos 1978 e 1980 é considerado como o “Início do movimento da reforma psiquiátrica” no Brasil (AMARANTE, 2003[1998], p. 51 e 87). O processo teria tido como “estopim” uma crise na Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) desencadeada por quatro unidades do Rio de Janeiro, nomeadamente, o Centro Psiquiátrico Pedro II – CPPII, o Hospital Pinel, a Colônia Juliano Moreira – CJM e o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. A crise teria sido fruto de denúncias de irregularidades seguidas de uma forte greve por parte dos funcionários (principalmente os bolsistas, isto é, não-concursados) em 1978 por conta das irregularidades trabalhistas, institucionais e médico-assistenciais existentes. A iniciativa dos bolsistas acabaria por receber apoio de outras unidades, assim como de entidades como o Movimento de Renovação Médica (REME) e do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), além de desencadear a organização de reuniões por parte de sindicatos e outras entidades da sociedade civil, o que resultaria na organização de Núcleos de Saúde Mental tanto por parte do Sindicato dos Médicos quanto por parte do CEBES.

Seria nesse movimento da “Crise da DINSAM” que teria surgido o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), considerado pelos autores como “o ator e sujeito político fundamental no projeto da reforma psiquiátrica brasileira” (*ibid.*, p. 51) e ainda “o ator

a partir do qual originalmente emergem as propostas de reformulação do sistema assistencial e no qual se consolida o pensamento crítico ao saber psiquiátrico” (*ibid.*, p. 51). Mais ainda, a narrativa chega a equivaler o início do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira com o surgimento do MTSM:

pretende-se, aqui, enfocar a reforma psiquiátrica brasileira como um processo que se inicia em fins da década de 70, com o surgimento de um novo ator, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que desempenha, durante um longo período, o principal papel, tanto na formulação teórica quanto na organização de novas práticas (AMARANTE, 2003[1998], p. 88)

Entretanto, esse primeiro momento é caracterizado pela narrativa (*ibid.*, p. 52) como ainda marcado por uma *heterogeneidade e indefinição no que diz respeito às suas reivindicações*, na medida em que elas incluem tanto questões de ordem trabalhista (regularização legal do trabalho dos bolsistas; aumento de salário; redução de número de consultas por turno) quanto questões que tocam à prática psiquiátrica (crítica à cronificação dos pacientes devido ao sistema manicomial e ao uso de eletrochoque; reivindicação de melhores condições de assistência e de humanização). Assim, esse primeiro momento “reflete um conjunto heterogêneo e ainda indefinido de denúncias e reivindicações que o faz oscilar entre um projeto de transformação psiquiátrica e outro de organização corporativa” (*ibid.*, p. 52).

Desse modo, o “*Início do movimento da reforma psiquiátrica*” marcado pela “*Crise da DINSAM*” é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da RPB e um momento de *heterogeneidade e indefinição*: reivindicações e críticas que posteriormente configurarão a movimento da RPB se encontram, nesse momento, misturados com reivindicações outras que são qualificadas como do âmbito da “organização corporativa”. Mais que isso, a narrativa propõe que em vez de apenas um movimento marcado pela heterogeneidade, há já nesse momento um projeto de transformação psiquiátrica que, entretanto, disputa espaço e atenção com outro projeto, o de transformação da organização corporativa.

Como efeito da “Crise da DINSAM”, teriam acontecido, na sequência, diversos eventos e reuniões pautados pelo MTSM, responsáveis por manter a chama do movimento ainda acesa. Estes vários encontros envolvendo diversas entidades (econômicas, médicas e jurídicas) puderam ganhar organização e coesão quando da realização, ainda no de 1978, do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria (CBP), que ficou conhecido como “Congresso de Abertura”, na medida em que, pela primeira vez, os movimentos de saúde mental participaram de um evento organizado pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), entidade que seria marcada por uma posição fortemente conservadora. Com a participação dos movimentos de saúde mental no evento, este teria ganhado um caráter muito mais político, na medida em que questões

envolvendo o regime político nacional – na época, a Ditadura Militar – teriam sido consideradas importantes de ser discutidas no próprio Congresso: “a crise do setor [de saúde] era vista como reflexo da situação política geral do Brasil” (AMARANTE, 2003[1998], p. 54).

Neste ponto, a narrativa destaca a grande importância do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), entendendo que o mesmo foi o responsável, primeiramente, por não deixar os efeitos da “Crise da DINSAM” perderem sua força: “Apesar do período de menor publicidade e pouca mobilização, as principais lideranças do MTSM continuam atuando para evitar que o movimento desapareça definitivamente da pauta da imprensa ou das entidades” (*ibid.*, p. 53); e, em seguida, responsável por “tomar de assalto” o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, de modo que o “Congresso de Abertura” aparece mais como um *Congresso conquistado pelo MTSM* na medida em que este movimento teria sido capaz de fazer valer sua voz e suas reivindicações em um espaço anteriormente pouco politizado:

Previsto para ser um encontro científico de psiquiatria ligados aos setores conservadores das universidades, aos consultórios e hospitais privados e uns poucos identificados com a linha entendida como progressista, termina por ser ‘tomado de assalto’ pela militância dos movimentos e faz com que a entidade promotora, a ABP, tenha de servir de avalista para o projeto político do MTSM (AMARANTE, 2003[1998], p. 54; grifos meus)

Desse modo, a narrativa estabelece um claro *dualismo* composto, de um lado, por uma parcela que seria não-politizada e que reivindicaria uma certa cientificidade justamente por não se envolver (explicitamente) com questões políticas e, do outro lado, por uma parcela politizada e que entende ser impossível uma transformação do cenário da saúde sem transformações de ordem política. E, no caso do V CBP, a narrativa aponta uma clara vitória da segunda parcela por conta da “militância” do MTSM.

Outros eventos de menor porte se seguem ao V CBP, como, ainda em 1978, o I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições, que traz ao Brasil importantes pensadores internacionais críticos do modelo psiquiátrico mais tradicional, que era o dominante no Brasil. Dentre os convidados, encontram-se Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel e Erwing Goffman. Em janeiro de 1979, ocorre o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, evento marcado por um cunho político muito forte, na medida em que reafirma a necessidade de uma transformação da sociedade para que seja possível uma melhora no âmbito da saúde mental. O evento também teria destacado a crítica ao modelo asilar e à intervenção psiquiátrica como formas de opressão da população marginalizada. Nesse sentido, a narrativa estabelece esse Congresso como um certo *ponto de virada* no qual há “um direcionamento do MTSM, em que passam a merecer maior destaque os aspectos relacionados

ao modelo de atenção psiquiátrica e perdem importância os aspectos mais especificamente corporativos” (AMARANTE, 2003[1998], p. 55). Assim, se no momento da “Crise da DINSAM”, coexistiam dois projetos paralelamente, um de transformação psiquiátrica e outro de transformação da organização corporativa, agora, em contraste, com a realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, há a formação de “uma nova identidade profissional” (VENÂNCIO, 1990 *apud* AMARANTE, 2003[1998], p. 55) que se define de forma bem determinada pela busca de transformação psiquiátrica, por mais que se entenda que tal só é possível por meio da transformação das bases políticas da sociedade.

3.3.2.2. A “trajetória sanitarista” (1980-1985)

Após a realização de alguns outros eventos – como o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em novembro de 1979 e que trouxe novamente ao Brasil importantes pensadores da luta contra a psiquiatria tradicional como Franco Basaglia, Antonio Slavich e Robert Castel; e o I Encontro Regional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado no Rio de Janeiro em maio de 1980 – um *novo ponto de virada* importante se daria com a realização em agosto de 1980 do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, que ocorreu em paralelo ao VI Congresso Brasileiro de Psiquiatria. A narrativa marca esse evento como um momento de afastamento entre a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM): “O MTSM e a ABP, que haviam se aproximado por ocasião do ‘Congresso da Abertura’, experimentam um distanciamento, a partir deste momento, decorrente da postura considerada politizada, radical e crítica que o MTSM vem assumindo em sua trajetória” (*ibid.*, p. 56). Assim, o *dualismo* que a narrativa já havia estabelecido quando do V CBP – qual seja, o dualismo entre uma parcela cientificista e apolítica, representada pelos psiquiatras da ABP e outra parcela engajada e militante, representada pelos integrantes do MTSM – agora começaria a gerar atritos, dentre eles, a crítica do MTSM ao sistema não-democrático de eleição utilizado pela ABP, que não se valia do voto direto. Mais uma vez a narrativa marca aqui o caráter político do MTSM em contraposição à ABP: “Apesar de se retomarem questões trabalhistas, em consequência do caráter ampliado do evento, assim como do fato de ser paralelo a um congresso majoritariamente médico, o tom das discussões marca o crescente caráter político e social da trajetória do MTSM” (*ibid.*, p. 56).

Para além dos acontecimentos relativos a Congressos e Eventos, a entrada na década de 1980 trouxe consigo uma grande transformação no âmbito das políticas públicas de saúde que ficou conhecida como a *política da “co-gestão interministerial”*, que se refere a um novo tipo de convênio estabelecido entre o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o

Ministério da Saúde (MS) que “prevê a colaboração do MPAS no custeio, planejamento e avaliação das unidades hospitalares do Ministério da Saúde” (AMARANTE, 2003[1998], p. 58). Com este novo esquema de custeio, cai por terra o antigo modo de funcionamento baseado em “Unidade de Serviço”. Segundo esse antigo funcionamento, empresas privadas (no caso, hospitais psiquiátricos) eram contratadas pela Previdência Social para prestarem serviços de saúde mental, sendo a remuneração proporcional à quantidade de atos realizados pela empresa conforme uma tabela de preços estabelecida. (AMARANTE, 2003[1998], p. 112). Com a “co-gestão”, entretanto, rompe-se completamente a relação público-privado na compra e venda de serviços, sendo agora o custeio feito por uma parceria interministerial.

Esse novo esquema, de “co-gestão”, é responsável pela possibilidade de inserção de membros do MTSM em cargos administrativos dos ministérios envolvidos na “co-gestão”. Desse modo, a “trajetória sanitária” é marcada por uma *forte inserção no aparato estatal*, que seria resultado de interesses de ambos os lados, tanto por parte dos trabalhadores da área da saúde, quando por parte do próprio Estado:

Resultado: por um lado, de uma tática desenvolvida inicialmente no seio do movimento sanitário, de ocupação dos espaços públicos de poder e de tomada de decisão como forma de introduzir mudanças no sistema de saúde, em um momento em que, com o fim da ditadura, renovam-se as lideranças da tecnoburocracia. Por outro, se constitui como proveniente de uma outra tática – esta de iniciativa do Estado – de absorver o pensamento e o pessoal crítico em seu interior, seja com o objetivo de alcançar legitimidade, seja para reduzir os problemas agravados com a adoção de uma política de saúde excessivamente privatizante, custosa e elitista (*ibid.*, p. 91)

Por um lado, a grande importância do esquema de “co-gestão interministerial” para a trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira seria “o fato de que este é o momento em que o Estado passa a incorporar os setores críticos da saúde mental. É o momento em que os movimentos de trabalhadores de saúde mental decidem, estrategicamente, atuar na ocupação do espaço que se apresenta nas instituições públicas” (*ibid.*, p. 58). Desse modo, esse momento é marcado por uma decisão por parte do MTSM de, contrariando parcialmente certos preceitos anti-institucionais seus, integrar o aparato estatal com a perspectiva de efetivar “por dentro” transformações no funcionamento psiquiátrico. A narrativa, de fato, concede que o momento da “co-gestão” possibilitou tais conquistas: “Com a co-gestão, cria-se a possibilidade de implantar uma política de saúde que tem como base o sistema público de prestação de serviços, a cooperação interinstitucional, a descentralização e a regionalização, propostas defendidas pelos movimentos das reformas sanitárias e psiquiátrica” (*ibid.*, p. 61). Mais ainda, a narrativa vê no esquema de co-gestão um “precursor” de políticas públicas de saúde posteriores que serão

fortemente apoiadas pelos movimentos reformistas no âmbito da saúde: “O processo de co-gestão [...] pode ser considerado como precursor de novas tendências e modelos no campo das políticas públicas, tais como o plano do CONASP, as AIS, os SUDS, o SUS” (*ibid.*, p. 63).

Por outro lado, a grande importância do esquema de “co-gestão interministerial” para a trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira estaria no *triumfo do serviço público sobre o serviço privado*. Anteriormente, no esquema de “Unidades de Serviço”, o setor privado se sobressaía, sendo capaz de gerar grandes margens de lucro por meio da prestação de serviços, ficando o serviço público sem investimento e considerado incapaz de atender às demandas de saúde da população. Com a “co-gestão”, porém, o serviço público de saúde ganha proeminência, é tornado eficiente e rebate as críticas acerca de sua incapacidade e ineficiência, mostrando que o problema estava muito mais na falta de investimento: “A implantação da co-gestão estabelece a construção de um novo modelo de gerenciamento em hospitais públicos, mais descentralizado e dinâmico, em face a um modelo de assistência profundamente debilitado e viciado em seu caráter e em sua prática privatizante” (*ibid.*, p. 59). A própria orientação da “co-gestão” seria a de priorização dos aparatos públicos em detrimento dos privados: “a orientação para a utilização total e prioritária da capacidade instalada do setor público, ficando em segundo plano a participação de entidades beneficentes e, posteriormente, a do setor privado” (*ibid.*, p. 63); “dentre os objetivos da co-gestão, está o de dinamizar os serviços públicos, com uma conseqüente diminuição do repasse de recursos públicos para o setor privado” (*ibid.*, p. 63); “a preocupação dos gestores da co-gestão é que, aumentando a capacidade de operação dos hospitais, ocorra uma transferência dos recursos destinados à compra de serviços do setor privado, dirigindo-os para o setor público” (*ibid.*, p. 63). Desse modo, tal período seria marcado por uma “abertura concreta de espaços no interior das instituições, com o afastamento das velhas lideranças, comprometidas com a empresa da internação psiquiátrica, ou com a psiquiatria conservadora, ou, ainda, com a prestação de serviços à repressão” (*ibid.*, p. 95), no qual “existiu a produção de novas culturas, o estabelecimento de uma nova ética, de novas formas de pensar, trabalhar e lidar com os pacientes e com as instituições” (*ibid.*, p. 96) e “iniciativas de reformulação do papel dos técnicos” (*ibid.*, p. 96).

O processo que ganha força com a “co-gestão” é ampliado para o nível nacional com a criação, em 1981, do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária (CONASP), que contava com a “participação, não partidária, de representantes governamentais, patronais, universitários, da área média e dos trabalhadores” (*ibid.*, p. 65) e que tinha por objetivo planejar a alocação de recursos financeiros previdenciários para o

aperfeiçoamento da assistência médica. Nesse sentido, a promulgação do plano do CONASP vai na mesma direção da “co-gestão”, na medida em que reforça o modelo público de assistência e enfraquece o antigo modelo médico assistencial privatizante:

A criação do CONASP e a conseqüente promulgação de seu ‘plano’ podem ser entendidas como uma ampliação, em nível nacional, da experiência desenvolvida não apenas e principalmente a partir da co-gestão, e exatamente no auge desta, mas também de algumas experiências localizadas em municípios ou regiões de municípios, centradas nos princípios da integração, hierarquização, regionalização e descentralização do sistema de saúde. (AMARANTE, 2003[1998], p. 65)

Tanto a experiência da “co-gestão interministerial” quanto o conseqüente “plano do CONASP” possuíam uma forte ênfase no âmbito público e restrição do âmbito privado. Precisamente por esse motivo, os principais opositores da co-gestão e do plano seriam os interessados no serviço privado, que, tendo sua demanda de serviço diminuída em decorrência das transformações, têm, como conseqüência direta, uma diminuição proporcional do lucro:

Por representar uma nova dinâmica na administração dos hospitais públicos e conseqüentemente, a valorização e viabilização dos seus serviços, a co-gestão tem como principais opositores os ‘empresários da loucura’ – os proprietários de hospitais psiquiátricos – que nela vêem a ameaça aos seus lucros e, também, seu poder político (*ibid.*, p. 64)

O setor privado, representado pela FBH [Federação Brasileira de Hospitais], é o principal oponente do plano, considerando-o absolutamente estatizante e contrário aos seus interesses. Na sua opinião, o CONASP representa um duro golpe na iniciativa privada (*ibid.*, p. 67)

Apesar da narrativa, inicialmente, apresentar esses primeiros anos da década de 1980 como um momento de conquistas – na medida em que a “co-gestão” e o “plano do CONASP” foram capazes de inserir preceitos defendidos pelas reformas sanitárias e psiquiátrica nas políticas públicas de saúde, sendo apresentados mesmo como precursores de políticas públicas mais atuais que contam com o apoio dos representantes da reforma psiquiátrica –, a *valoração* final realizada pela narrativa no que diz respeito a este momento é negativa. O caráter negativo desse movimento de “incorporação dos quadros do MTSM ao aparelho público, formulando e gerenciando as políticas públicas de saúde mental e assistência psiquiátrica, que vai da co-gestão ao plano do CONASP” (*ibid.*, p. 67) encontra-se no fato de ser

um movimento que, por dedicar-se, por um lado à tarefa de tornar a coisa pública viável, em uma autêntica linha ‘estatizante’, própria dos segmentos progressistas, atuantes nos partidos, sindicatos e associações e, por outro, por procurar também os setores mais ‘organicistas’ ou mais radicalmente ‘psicologizantes’, localizados ora nas universidades, ora na ABP, ora ainda nos adeptos da tradição psicanalítica, *acaba por assumir um papel que se pode definir como não mais que modernizante ou tecnicista, ou ainda reformista,*

no sentido de operar reformas sem objetivar mudanças estruturais (AMARANTE, 2003[1998], p. 67; grifos meus)

Desse modo, a incorporação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) ao Estado é entendida como “um movimento vigorosamente insitucionalizante” (AMARANTE, 2003[1998], p. 91), indo contra preceitos anti-institucionalizantes que anteriormente teriam dado base ao movimento crítico. Assim, esse momento é entendido pela narrativa como um momento de *esquecimento das origens*, no qual se perde a veia crítica mais radical e se opta por posições reformistas mais parciais e localizadas:

Os marcos conceituais que estavam na base da *origem do pensamento crítico em saúde* – como a reflexão sobre a medicina como aparelho ideológico, o questionamento da cientificidade do saber médico ou da neutralidade das ciências, as incursões sobre uma determinação social das doenças, o reconhecimento da validade das práticas de saúde não-oficiais – dão lugar a uma *postura menos crítica* onde, aparentemente, parte-se do princípio que a ciência médica e a administração podem e devem resolver o problema das coletividades (*ibid.*, p. 91; grifos meus)

Tratar-se-ia de um momento de menor reflexão, na medida em que questões de ordem administrativa, tecnocrática e normativa viriam para o primeiro plano, deixando de lado questões que anteriormente seriam tidas como mais importantes:

Cresce, assim, a importância do saber sobre a administração e o planejamento em saúde: basta saber colocar em ordem os serviços, os recursos, as instituições, que tudo se resolverá. *Deixa-se de refletir* sobre o papel dos técnicos, das técnicas e da medicina ocidental na normatização das populações, na construção de saberes hegemônicos sobre saúde. [...] a prática administrativa *não consegue superar* o estilo normativo (*ibid.*, p. 91; grifos meus)

Em última instância, esse momento é julgado como um momento no qual se busca promover transformações que, entretanto, não atingem o cerne do problema:

o início da trajetória institucional da estratégia sanitária é uma *tentativa tímida de continuar fazendo reformas, sem trabalhar o âmago da questão*, sem desconstruir o paradigma psiquiátrico, sem reconstruir novas formas de atenção, de cuidados, sem inventar novas possibilidades de produção e reprodução de subjetividades (*ibid.*, p. 93; grifos meus)

Nesse sentido, a inserção do MTSM no aparato público é tido pela narrativa como, ao mesmo tempo, uma captura do MTSM pelo Estado, na medida em que os interesses do MTSM e os interesses do Estado – anteriormente divergentes, na medida em que o MTSM reivindicava uma não-inserção estatal – se tornam indiscerníveis: “o MTSM dá as mãos ao Estado e caminha num percurso quase que inconfundível, no qual, algumas vezes, é difícil distinguir quem é quem” (*ibid.*, p. 67). E, por conseguinte, o MTSM tem que se haver com o caráter conservador e não-radical do Estado:

O estado autoritário moribundo, especificamente no setor saúde, na sua necessidade de alcançar legitimidade, de diminuir tensões e de objetivar resultados concretos nas suas políticas sociais, deseja essa aliança, mas certo de que as mudanças propostas não conseguem ferir efetivamente as bases destas mesmas políticas (AMARANTE, 2003[1998], pp. 67-68)

Por mais que na experiência da “co-gestão” tenha havido uma “divisão de linhas estratégicas” no MTSM – na qual uma parcela dos membros assumiu “cargos de chefia, de decisão política” configurando uma “linha institucional” e a outra parcela de membros “opta por entrar nas instituições públicas com o objetivo de transformá-las fundamentalmente pela base, isto é, pela luta interna dos trabalhadores das instituições” (*ibid.*, p. 68), configurando uma “linha sindical” – ambas *acabariam por perder suas origens*. A “linha institucional”, que originalmente tinha os objetivos de “criação de associações de funcionários, de participação da comunidade na gestão da instituição, até a imagem-objetivo de superar o manicômio pela transformação das práticas assistenciais” (*ibid.*, p. 68), acaba “por confundir-se com o próprio Estado, por uma crença excessiva nas boas intenções dos dirigentes superiores ou do próprio Estado em modernizar-se, em qualificar suas políticas sociais, *comprometendo, assim, as suas próprias bandeiras e projetos de origem*” (*ibid.*, p. 68; grifos meus). A “linha sindical”, que originalmente objetivava exercer “um papel de vigilância da primeira [linha], atuando na organização dos trabalhadores, na luta por melhores condições de assistência e trabalho” (*ibid.*, p. 68), acaba por “perde[r] os objetivos de uma real transformação da natureza da instituição psiquiátrica”, de modo que “a luta no interior das instituições passa a ser, simplesmente, uma parte da batalha pela democratização do País e das instituições, em que pouca ou nenhuma diferença faz o fato de estarem em uma instituição psiquiátrica com mecanismos próprios, suas especificidades, sua função social” (*ibid.*, p. 68).

Assim, pode-se dizer que o *veredicto* final da narrativa no que diz respeito à experiência da “co-gestão” e ao “plano do CONASP” é de uma *degeneração, degradação* ou *perda das origens*, na qual há, de um lado, cooptação dos objetivos do MTSM por parte do Estado e, do outro lado, uma perda da perspectiva crítica frente à instituição psiquiátrica em seu caráter específico. Deste modo, por mais que a “trajetória sanitária” represente “um avanço sobre alguns aspectos”, ela é, em última instância, considerada como contendo diversos “desvios de rota” (*ibid.*, p. 95).

3.3.2.3. A “trajetória da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992)

A segunda metade da década de 1980 é tida pela narrativa como um momento de “*ruptura* ocorrida no processo da reforma psiquiátrica brasileira” (*ibid.*, p. 75; grifo meu), no qual tal processo

deixa de ser restrito ao campo exclusivo, ou predominante, das transformações no campo técnico-assistencial, para alcançar uma dimensão mais global e complexa, isto é, para tornar-se um processo que ocorre, a um só tempo e articuladamente nos campos técnico-assistencial, político-jurídico, teórico-conceitual e sociocultural (AMARANTE, 2003[1998], pp. 75-76)

Tal trajetória seria “marcada pela noção de desinstitucionalização” (*ibid.*, p. 75), assim como pelo processo de redemocratização do País, após o fim do período da Ditadura Militar, e por vários marcos em termos de *realização de eventos* (8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS); I Conferência de Saúde Mental (I CNSM); II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental (II CNTSM); 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental (2ª CNSM)), *criação de instituições* (primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo; primeiro Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), em Santos-SP; Associação Loucos pela Vida, que dá nome ao livro, no Juquerí) e *marcos legais* (apresentação do Projeto de Lei 3.657/89, de autoria do deputado Paulo Delgado) (*ibid.*, p. 75).

O marco principal deste momento seria a organização da I Conferência Nacional de Saúde Mental (I CNSM): “A I CNSM marca o fim da trajetória sanitária e o início de uma outra: a trajetória da desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (*ibid.*, p. 93). Nesse cenário, a Diretoria Nacional de Saúde Mental (DINSAM) “passa a ser dirigida por setores universitários não propriamente organicistas, mas declaradamente contrários ao projeto do MTSM” (*ibid.*, p. 69), de modo que a DINSAM “procura incorporar trechos do discurso do MTSM no mesmo momento em que afasta seus membros da condução política das unidades hospitalares” (*ibid.*, p. 69). Com essa nova liderança à frente da DINSAM, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) aproxima-se da DINSAM na tentativa de tomar o lugar do MTSM na formulação das políticas de saúde mental. Desse modo, estabelecer-se-iam dois lados no confronto: de um lado, a DINSAM e a ABP; do outro lado, o MTSM.

O combate entre os lados dar-se-ia na própria organização da I CNSM, na medida em que “a DINSAM e a ABP procuram dar ao evento um caráter congressual, isto é, de um encontro científico de psiquiatras e profissionais de saúde mental” (*ibid.*, p. 70), contrariando a decisão tomada anteriormente na 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), que pautou que os eventos passassem a ser “de participação popular, onde participam técnicos, burocratas e políticos, mas também partidos políticos, associações de moradores e de usuários, pastorais, sindicatos, etc.” (*ibid.*, p. 70). A própria 8ª CNS já havia aprovado a realização futura da I

Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) que havia sido proposta pelo MTSM naquele evento (AMARANTE, 2003[1998], p. 78), contudo, a posição da DINSAM, responsável pela organização da I CNSM, teria sido a de postergar a sua realização, pois “para a DINSAM, a realização da mesma [da I CNSM] significaria a total e completa hegemonia do MTSM” (*ibid.*, p. 70). O MTSM, por sua vez, opta por realizar Conferências Estaduais de Saúde Mental visando organizar a I CNSM; dentre esses eventos, encontra-se o I Encontro Estadual de Saúde Mental do Rio de Janeiro, em 1986, e a I Conferência Estadual de Saúde Mental do Rio de Janeiro, em 1987.

No âmbito interno do MTSM, esse momento de preparação para a I CNSM teria sido marcado por um processo de “*renovação*”. O I Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental de São Paulo, realizado em 1985, foi marcado por protestos por parte de integrantes do próprio movimento, dando origem ao “Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental”, termo que seria utilizado “para demarcar uma diferença em relação ao MTSM, que vinha sendo comandado por lideranças consideradas ultrapassadas e, acima de tudo, por lideranças muito comprometidas com o poder público” (*ibid.*, p. 79) e “com o propósito de imprimir um compromisso com a dinâmica participativa e democrática” (*ibid.*, p. 79). A divisão operada pelo Plenário no evento é intensificada no II Congresso de Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo, realizado em outubro de 1986, evento que ter-se-ia tornado uma “arena de vigorosos conflitos entre os participantes do MTSM comprometidos com a administração estadual e a tendência emergente no próprio Movimento” (*ibid.*, p. 79).

No âmbito da perspectiva teórica, o cenário brasileiro como que refletiria o “cenário internacional, [no qual] voltam a merecer uma atenção mais qualificada as experiências decorrentes da tradição basagliana” (*ibid.*, p. 93). As preparações para a organização da I CNSM marcariam uma *ruptura*, na medida em que a vertente formada pelo Plenário passa a entender que a questão colocada pelo tratamento psiquiátrico tradicional – pautado no internamento e no tratamento moral – não é de caráter meramente técnico ou econômico, mas diz respeito a um fenômeno culturalmente determinado, de modo que apenas com a transformação da sociedade em suas bases culturais (e não meramente econômicas) uma verdadeira transformação da psiquiatria poderia ocorrer. Essa *reviravolta de perspectiva* é atribuída pela narrativa às ideias de Franco Basaglia, principalmente sua concepção radical de desinstitucionalização:

pode-se antever a dimensão de *ruptura* que estava sendo iniciado no Movimento. Passa a prevalecer o entendimento da noção de desinstitucionalização em sua dimensão mais propriamente antimanicomial. No campo teórico-conceitual, é a influência da tradição basagliana que

proporcionará *a ruptura mais radical* nas estratégias e princípios do MTSM daí em diante (AMARANTE, 2003[1998], p. 79; grifos meus)

Frente à pressão feita pelo MTSM por meio da realização dos eventos estaduais e municipais que culminou numa tentativa de convocação da I Conferência Nacional de Saúde Mental (I CNSM) sem a concordância da DINSAM, esta acaba por finalmente marcar a data da I CNSM, sendo o evento realizado em junho de 1987.

O modo como a narrativa descreve o modo como se deu a I CNSM recorda fortemente a “tomada de assalto” do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria (V CBP) pelo MTSM, pois, aqui novamente, o MTSM vence o embate, tomando as rédeas do evento com suas reivindicações:

Neste cenário de impasse, a realização da I CNSM se faz em um clima de embate. Na sessão de instalação da conferência, o MTSM decide rejeitar o regimento e o estatuto, assim como a nomeação prévia da comissão de redação e o pré-relatório final, elaborado anteriormente ao início da conferência. *A DINSAM e a ABP recuam e o MTSM passa a encaminhar a conferência, introduzindo os grupos de trabalho, deliberando quanto às decisões e encaminhando e elegendo a composição das comissões* (AMARANTE, 2003[1998], p. 70)

E, por fim, as deliberações do evento são fortemente marcadas por aspectos políticos, mostrando a vitória do MTSM e o fracasso da tentativa do DINSAM e da ABP de realizar um evento estritamente “congressual”, “científico” e “profissional”: “O relatório final da I CNSM comporta princípios considerados progressistas, tanto no que diz respeito à saúde e à saúde mental quanto no que se refere aos problemas políticos, econômicos e sociais” (*ibid.*, p. 71).

A grande importância que a narrativa atribui a esses acontecimentos concernentes à I CNSM não é propriamente a vitória do MTSM frente aos seus opositores, mas precisamente a possibilidade, dada pelo evento, do MTSM refletir acerca de seus princípios e, de algum modo, *reencontrar suas origens*:

Esta conjuntura [da I CNSM] possibilita um enfrentamento entre o MTSM, de um lado, e a DINSAM e a ABP, de outro. *O resultado deste enfrentamento é bastante positivo, na medida em que possibilita ao MTSM um certo reencontro com suas origens, em uma discussão interna sem precedentes, em que são revisadas as estratégias, as lideranças, os princípios políticos e, até mesmo, os marcos teóricos da reforma psiquiátrica* (*ibid.*, p. 70; grifos meus)

O movimento pela reforma psiquiátrica *reencontra suas origens* e se distancia do movimento pela reforma sanitária (*ibid.*, p. 94)

Tal *reencontro das origens* só teria sido possível pelo fato de que, de algum modo, o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira não perdeu sua essência anti-institucional em nenhum momento, até mesmo na época da “trajetória sanitarista”, quando a RPB estava cooptada pelo aparato estatal e aliada ao movimento da reforma sanitária, que possuía uma

perspectiva fortemente institucional. Se, por um lado, “apesar de todos os desvios de rota, de todas as contradições e paradoxos, o movimento psiquiátrico sempre mantém um viés desinstitucionalizante – isto é, mantém em debate a questão da institucionalização da doença e do sujeito da doença” (AMARANTE, 2003[1998], p. 94), por outro lado, “o movimento sanitário perde de vista a problematização do dispositivo de controle e normatização próprios da medicina como instituição social” (*ibid.*, p. 94). Assim, a narrativa dá a entender que, mesmo na época da “co-gestão”, por mais que houvesse uma clara guinada institucional na RPB, esta guinada teria se dado por conta da influência do movimento da reforma sanitária, ao passo que o movimento da RPB, por si mesma, teria mantido acesa a sua chama anti-institucional, embora fraca, por conta da grande institucionalização desencadeada pela inserção no aparato estatal:

Deve-se reconhecer que, *apesar da adoção de uma tradição predominantemente sanitária, o movimento pela reforma psiquiátrica soube conservar um viés notadamente muito menos institucionalizante do que o movimento pela reforma sanitária.* Seja pela natureza do tipo de instituição, seja por um *não-abandono absoluto às origens de seu pensamento crítico*, o fato é que enquanto a reforma sanitária caminhava definitivamente pelos caminhos da institucionalização densa, universal e inquestionável da saúde e da assistência médica, *o movimento pela reforma psiquiátrica mantinha-se voltado para a questão da transformação do ato de saúde, do papel normalizador das instituições e, portanto, da desinstitucionalização como desconstrução.* Mesmo que esta, muitas das vezes, tivesse sido confundida com a mera desospitalização (redução do número de leitos, do tempo médio de permanência hospitalar, do número de internações, aumento do número de altas hospitalares, etc.) (*ibid.*, p. 96; grifos meus)

Desse modo, se, na I Conferência Nacional de Saúde Mental (I CNSM), um *reencontro com as origens* foi possível, isso se deveria ao fato de que tal origem nunca esteve propriamente ausente, tendo sido, na verdade, fortemente ofuscada e como que esquecida por conta dos “desvios” propiciados pelo momento da “co-gestão”.

Além disso, a I CNSM foi um cenário que possibilitou, em algum nível, *a reunificação do MTSM*, na medida em que tanto os antigos integrantes do MTSM quanto os novos que haviam inaugurado a Plenária concordavam que o evento deveria possuir um caráter democrático, entendendo por isso a não-restrição do evento a especialistas e a abertura para a participação de vertentes da população em geral. Nesse sentido, a narrativa marcará a I CNSM como “um momento histórico na trajetória da reforma psiquiátrica brasileira”:

Compartilhando da posição que defendia uma conferência de natureza participativa, a exemplo da 8ª CNS, encontram-se novos e antigos militantes do MTSM que, desta feita, puderam *estabelecer uma aliança e uma agenda comum.* O ‘encontro’ é o bastante para caracterizar este evento como *um momento histórico na trajetória da reforma psiquiátrica brasileira.* Isto porque, em primeiro lugar, pela significativa renovação teórica e política do MTSM que passou a ocorrer a partir de então; segundo, por ter demarcado o

início de um processo de distanciamento entre o Movimento e o Estado e suas alianças mais tradicionais; e, terceiro, pela aproximação do MTSM com as entidades de usuários e familiares, que passaram a surgir no cenário nacional, ou que sofrerem um processo importante de renovação política e ideológica (AMARANTE, 2003[1998], p. 80; grifos meus)

Nesse sentido, um dos processos que se dão após a I Conferência Nacional de Saúde Mental (I CNSM) é o progressivo afastamento do MTSM em relação ao aparelho estatal, buscando reverter a condição de indiscernibilidade estabelecida no período da “co-gestão”. Em reuniões próprias do MTSM que se deram paralelamente à I CNSM, teria havido o reconhecimento claro da necessidade de uma “*renovação do Movimento*”, no sentido da “necessidade de ‘desatrelamento’ do aparelho de Estado, buscando formas independentes de organização e voltando-se, como estratégia principal, para a intervenção na sociedade” (*ibid.*, p. 80), intervenção esta que “deveria encaminhar a discussão dos problemas e das formas de solução para o campo de uma ação sociocultural que colocasse no seio da sociedade o debate sobre os variados aspectos relacionados à loucura e à psiquiatria” (*ibid.*, p. 80). É precisamente nessas reuniões que é consolidado o lema “por uma sociedade sem manicômios”, entendido pela narrativa como “a mais forte expressão dessa *nova estratégia* e desta *ruptura epistemológica e política*” (*ibid.*, p. 80; grifos meus).

Assim, uma “reviravolta fundamental ocorrida após a I CNSM” (*ibid.*, p. 94) diz respeito à compreensão de quais táticas devem ser utilizadas para transformar o sistema de saúde mental. Rompendo com o entendimento da “trajetória sanitarista”, segundo o qual a transformação deve se dar, de certo modo, de cima para baixo, por meio da reformulação das políticas públicas de saúde, o movimento da RPB entende agora que tais transformações podem se dar por outros meios, não-necessariamente administrativos ou normativos:

A estratégia de transformar o sistema de saúde mental encontra uma nova tática: é preciso desinstitucionalizar/desconstruir/construir no cotidiano das instituições uma nova forma de lidar com a loucura e o sofrimento psíquico, é preciso inventar novas formas de lidar com estas questões, sabendo ser possível transcender os modelos preestabelecidos pela instituição médica, movendo-se em direção às pessoas, às comunidades (*ibid.*, p. 94)

Com esse mesmo espírito de “*renovação*” do Movimento, teria ocorrido, em dezembro de 1987, o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, congresso qualificado como “realmente inovador”, na medida em que contou com “um clima de grande participação e entusiasmo, [...] no qual lideranças municipais, técnicos, usuários e familiares participaram como força ativa no esforço de construir opinião pública favorável à luta antimanicomial” (*ibid.*, p. 81). O evento se propôs como um momento de *ruptura*, ao recusar meramente “racionalizar e modernizar os serviços” – como teria sido proposto no momento da “co-gestão”

–, e ao pautar uma luta que seria efetivamente desinstitucionalizante e aliada com os trabalhadores e a população:

Um desafio radicalmente novo se coloca agora para o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. Ao ocuparmos as ruas de Bauru, na primeira manifestação pública organizada no Brasil pela extinção dos manicômios, os 350 trabalhadores de saúde mental presentes no II Congresso Nacional deram um passo adiante na história do movimento, marcando um novo momento na luta contra a exclusão e a discriminação. (...) Nossa atitude marca uma ruptura. A[o] recusarmos o papel de agentes da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeita os mínimos direitos da pessoa humana inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que sustenta os mecanismos de exploração e da produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada (MTSM, 1987 apud AMARANTE, 2003[1998], p. 81; grifos meus)

A narrativa toma esse evento não apenas como um momento de *ruptura* – tal como o próprio evento se reivindicou ser – mas também como um momento de *volta às origens*, no qual preceitos que teriam sido esquecidos durante a “co-gestão” teriam voltado para o primeiro plano; além disso, este momento é avaliado como uma “fase de transição”, na medida em que, por mais que o Plenário tenha ganho força, ainda há uma predominância dos trabalhadores em saúde mental: “A *ruptura* é exatamente esta: mesmo que nesta *fase de transição* ainda se faça referência predominante aos trabalhadores de saúde mental, *sob a influência do Plenário, o Movimento retornava às suas teses originais – agora mais clara e radicalmente*” (AMARANTE, 2003[1998], p. 81; grifos meus). O movimento de *retornar às teses originais de forma mais radical* ou de “resgata[r] o tom inicial de suas origens, quando denunciava a psiquiatrização, a institucionalização e partia para uma nova etapa, em que a questão da loucura e das instituições psiquiátricas deveria ser levada à sociedade” (*ibid.*, p. 81) seria, segundo a narrativa, “perceber a inviabilidade da mera transformação institucional, da simples modernização da psiquiatria e suas instituições próprias da trajetória institucionalista, de ocupação e de aliança com o Estado” (*ibid.*, p. 81). A *volta às origens*, em última instância, equivaleria ao ultrapassamento, tanto em termos teóricos quanto em termos práticos, de uma intervenção que se limitaria apenas ao âmbito assistencial: “Em resumo, o movimento saía do campo exclusivo, ou predominante, das transformações no campo assistencial, ultrapassando-o estratégica e conceitualmente” (*ibid.*, p. 81).

A superação no âmbito teórico teria se dado pelo ressurgimento da força da tradição basagliana e sua concepção de desinstitucionalização, que teria se tornado fundamental para o movimento em vários âmbitos:

no campo teórico-conceitual dos referenciais do MTSM, com o lema ‘por uma sociedade sem manicômios’, ressurgiram o projeto de desinstitucionalização na tradição basagliana, que passava a ser um conceito básico determinante na reorganização do sistema de serviços, nas ações de saúde mental e na ação social do Movimento (AMARANTE, 2003[1998], p. 81)

Nesse movimento segundo o qual o processo de reforma psiquiátrica deixava de ser um empreendimento meramente técnico, passando a envolver a necessidade de uma transformação social-cultural, uma outra “inovação” importante se deu no “campo sociocultural”. Tal “inovação” diz respeito à criação e reformulação de associações de usuários, familiares e voluntários ocupadas com a “criação de novas práticas e modalidades de cuidado e atenção, e na luta política pela transformação do modelo hegemônico asilar” (*ibid.*, p. 81). Dentre essas associações, são destacadas as associações “Loucos pela Vida” – que dá nome ao livro –, SOSINTRA, Associação Franco Basaglia, Associação Franco Rotelli, ADDOM e a Associação Cabeça Firme. O surgimento e reformulação de associações de tais tipo e com tais finalidades marcam uma certa *virada em relação ao momento logo anterior*, na medida em que essas associações não são formadas por trabalhadores em saúde mental, de modo que dão uma nova cara à luta pela transformação da psiquiatria; tais movimentos

passaram a merecer papel significativo no quadro do Movimento por uma Sociedade sem Manicômios quando o próprio MTSM passava a perder sua marca, de trabalhadores de saúde mental, na medida em que esses novos atores, não trabalhadores de saúde mental, se incorporaram à luta pela transformação das políticas e práticas psiquiátricas (*ibid.*, p. 82)

Além de dar ensejo a vários outros eventos – como Encontros, Simpósios, Conferências, etc.), “a nova etapa, inaugurada na I CNSM e consolidada no Congresso de Bauru, repercutiu em muitos outros âmbitos: no modelo assistencial, na ação cultural e na ação jurídico-política” (*ibid.*, p. 82). No que diz respeito ao *âmbito assistencial*, há o “surgimento de novas modalidades de atenção, que passaram a representar uma alternativa real ao modelo psiquiátrico tradicional” (*ibid.*, p. 82), sendo os principais: por um lado, o surgimento do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, em 1987; por outro lado, o surgimento do primeiro Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), em Santos, em 1989, evento considerado “certamente o mais importante da psiquiatria pública nacional e que representou um marco no período mais recente da reforma psiquiátrica brasileira” (*ibid.*, p. 83). Estes tipos de serviço foram posteriormente regulamentados pelo Ministério da Saúde, sendo considerados modelos para os demais. No que diz respeito ao *âmbito jurídico-político*, houve a apresentação do Projeto de Lei 3.657 pelo deputado Paulo Delgado em 1989, que pretendia inscrever em Lei o lema “por uma sociedade sem manicômios”, por meio da progressiva extinção destes. Tal

acontecimento teria gerado grande controvérsia no âmbito midiático; de qualquer modo, “o resultado importante deste contexto foi que, de forma muito importante, os temas da loucura, da assistência psiquiátrica e dos manicômios, invadiram boa parte do interesse nacional” (AMARANTE, 2003[1998], p. 84).

Por fim, “fechando com ‘chave de ouro’ o período em questão [que começa com a I CNSM]”, há a 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, em dezembro de 1992 – último ano coberto pela narrativa do livro em sua segunda edição –, evento “em que foram reafirmados e renovados os princípios e as diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira na linha da desinstitucionalização e da luta antimanicomial” (*ibid.*, p. 84).

3.4. OS VÁRIOS SENTIDOS DE “REFORMA”

Como vimos, “Loucos pela Vida” delimita muito bem, em sua narrativa, qual seria o momento em que começaria propriamente o processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB): o final dos anos 1970, com a “crise da DINSAM” e a decorrente criação do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). Segundo a narrativa, o projeto de transformação gestado nesse momento possuiria uma singularidade frente aos outros projetos de transformação: “Nessa época, começa a se delinear um projeto [...] com características conceituais distintas de outros projetos de transformação a ele anteriores ou contemporâneos” (*ibid.*, p. 87). Contudo, se tomamos o termo “reforma psiquiátrica” por si, vemos que o mesmo é utilizado para significar movimentos e transformações muito anteriores ao fim da década e 1970 e com características muito diferentes da RPB.

3.4.1. A Reforma Pineliana e a primeira “Reforma Psiquiátrica”

A própria fundação da psiquiatria em termos institucionais se pretendeu uma “reforma”: baseada no trabalho de Foucault em “História da Loucura na Idade Clássica”, a narrativa de “Loucos pela Vida” entende o marco institucional de fundação da psiquiatria como o momento em que Pinel toma posse enquanto diretor do Hospital de Salpêtrière, na França, levando a cabo diversas *reformas* que transformariam substancialmente o modo de relação com a loucura. Se, antes de Pinel, no período Clássico (XVII-XVIII), os Hospitais Gerais franceses (e instituições similares em outros países europeus, como Inglaterra e Alemanha) funcionavam com “função eminentemente de hospedaria”, como “espaço de recolhimento de toda ordem de marginais: leprosos, prostitutas, ladrões, loucos, vagabundos, todos aqueles que simbolizam ameaça à lei e à ordem social” (AMARANTE, 2003[1998], p. 24), de modo que eram largados em tais

instituições, sem nenhuma tentativa de cura; com o ato de Pinel, no final do século XVIII, entretanto, os loucos, que anteriormente dividiam espaço com outras figuras desviantes, são libertos das correntes que os prendiam fisicamente nos Hospitais Gerais e são transferidos para um novo tipo de instituição, com um funcionamento completamente distinto, qual seja, o asilo psiquiátrico, caracterizado pelo “tratamento moral”, regido por preceitos como o de “isolamento” em relação à família e ao mundo exterior, observação constante e regimes de punições e benefícios, tudo isso tendo como fim último a cura do estado de “alienação”, isto é, o resgate do resquício de razão ainda presente no doente mental.

Seriam estas transformações institucionais, portanto, – que, por sua vez, só fazem sentido dentro de uma nova concepção de loucura, qual seja, loucura como “doença mental” e, mais especificamente, “alienação” – que caracterizariam “*a primeira reforma da instituição hospitalar*”: o âmbito institucional deixa de ser mera “hospedaria”, onde as pessoas são largadas sem serem necessariamente consideradas doentes nem submetidas a tratamentos, e passa a ser um lugar que deve, em sua totalidade, ser organizado e funcionar visando a cura dos doentes mentais; reivindica-se que o espaço onde o louco habita deixe de ser um espaço desumano, sem ordem e passe a ser um lugar completamente regido pela razão e pelo saber psiquiátrico. Assim, “[e]ste percurso marca, a partir da assunção de Pinel à direção de uma instituição pública de beneficência, *a primeira reforma da instituição hospitalar*, com a fundação da psiquiatria e do hospital psiquiátrico” (AMARANTE, 2003[1998], p. 26; grifos meus) e com a “constru[ção de] um espaço para a loucura e para o desenvolvimento do saber psiquiátrico” (*ibid.*, p. 26). Nesse sentido, pode-se dizer que o ato de Pinel é a “*reforma*” que marca o ponto zero de toda e qualquer “*reforma psiquiátrica*” possível; não é propriamente uma “reforma psiquiátrica”, pois não reforma nenhuma psiquiatria anterior – pois não existia –, mas, em vez disso, ao “reformatar” o Hospital Geral, institui, inaugura, estabelece um lugar institucional para a Psiquiatria moderna.

A “reforma” de Pinel, entretanto, por mais que se declarasse estar alinhada com o pensamento iluminista francês da época na medida em que incluiria, dentre seus preceitos principais, a liberdade e a dignidade humanas, acabaria – segundo ainda a concepção de Foucault utilizada pela narrativa – por submeter os loucos novamente a um sistema de dominação. Este sistema de dominação, porém, seria de outra ordem, de modo que não mais restringe a liberdade por meio de correntes físicas, mas por meio de um saber e de uma prática institucional específica: “Dessa forma, o gesto de Pinel ao liberar os loucos das correntes não possibilita a inscrição destes em um espaço de liberdade, mas, ao contrário, funda a ciência que

os classifica e acorrenta como objeto de saberes/discursos/práticas atualizados na instituição da doença mental” (AMARANTE, 2003[1998], p. 26).

Assim, o modelo psiquiátrico fundado por Pinel se encontraria em uma tensão, a princípio, insolúvel entre preceitos iluministas – isto é, contrárias ao absolutismo e ao uso arbitrário do poder – e uma prática institucional absolutista, na medida em que restringe a liberdade dos doentes mentais. Seria pela constatação dessa incoerência que teria se dado a *primeira reforma psiquiátrica propriamente dita*, isto é, a primeira reforma que se dá sobre um modelo psiquiátrico anterior, nesse caso, sobre o modelo psiquiátrico pineliano. Desse modo, tal reforma buscaria achar um meio de dissolver a tensão presente no modelo psiquiátrico de Pinel: “Daí o modelo reformista de Pinel [isto é, o modelo que busca reformar Pinel] ter a pretensão de solucionar o impasse posto: como é possível, dentro da nova ordem baseada em liberdade, igualdade e fraternidade, tornar-se admissível a existência de uma instituição absolutista?” (*ibid.*, p. 27). A resposta dada pela *primeira reforma psiquiátrica* seria a de que seria impossível conciliar os preceitos iluministas com uma prática autoritária, de modo que o modelo psiquiátrico teria que abrir mão de seu caráter “fechado e autoritário”, dando lugar a um modelo de “portas abertas”, em que a liberdade pudesse efetivamente ter lugar:

As principais críticas dirigem-se ao caráter fechado e autoritário da instituição e terminam por consolidar um *primeiro modelo de reforma à tradição pineliana*, qual seja, o das *colônias de alienados*. Tal modelo tem por objetivo reformular o caráter fechado do asilo pineliano, ao trabalhar em regime de portas abertas, de não restrição ou maior liberdade (*ibid.*, pp. 26-27; grifos meus)

Tem-se o entendimento de que, se a cura para a loucura se dá por meio da recuperação da racionalidade latente no louco, e se a racionalidade está intimamente ligada à liberdade – tal como propõem os preceitos iluministas –, logo, a cura da loucura só pode se dar por meio da recuperação da liberdade do louco: “Para o projeto das colônias de alienados, se a doença mental justifica a internação dos sujeitos, urge que o tratamento resgate a razão através do resgate da liberdade” (*ibid.*, p. 27). E, na medida em que a liberdade não pode ser exercida em instituições fechadas ou autoritárias, é imperativo se utilizar de instituições abertas, portanto, as “colônias de alienados”, que conciliariam capacidade de cura com o cultivo da liberdade, de modo que elas “atualizam, então, o compromisso da psiquiatria emergente com a realidade do contexto sócio-histórico da modernidade [isto é, o Iluminismo]” (*ibid.*, p. 27).

Apesar de representar a *primeira reforma psiquiátrica*, a proposta das “colônias de alienados” é apresentada pela narrativa como um modelo que, por fim, teve por efeitos diminuir as críticas que incidiam sobre o modelo psiquiátrico tradicional e ampliar a importância da

psiquiatria. Desse modo, as “colônias de alienados”, por mais que se pretendessem – e, até mesmo, em algum nível, tenham sido – uma reforma da psiquiatria, acabaram por perpetuar o modelo psiquiátrico tradicional, sendo até mesmo indistinguível do mesmo. O que nasceu enquanto reforma, acabou por não ser reforma alguma:

Na prática, o modelo das colônias serve para ampliar a importância social e política da psiquiatria, e neutralizar parte das críticas feitas ao hospício tradicional. No decorrer dos anos, as colônias, em que pese seu princípio de liberdade e de reforma da instituição asilar clássica, não se diferenciam dos asilos pinelianos (AMARANTE, 2003[1998], p. 27)

3.4.2. As Reformas da Reforma

Uma outra série de reformas surgiria após a Segunda Grande Guerra, período que seria “cenário para o projeto de reforma psiquiátrica contemporânea, atualizando críticas e reformas da instituição asilar” (*ibid.*, p. 27). Na medida em que o ato de Pinel foi uma reforma, as reformas subsequentes que buscam, de algum modo, reabilitar o modelo pineliano são nomeadas “reformas da reforma” e, mais especificamente, “psiquiatrias reformadas”, na medida em que tais “movimentos reformistas da psiquiatria na contemporaneidade” (*ibid.*, p. 27) continuam a propor um projeto psiquiátrico, por mais que reformado. As reivindicações de reforma no período após a Segunda Guerra serão ou de ordem mais superficial, centrando-se apenas em questões de ordem institucional ou de ordem mais radical, centrando-se em questões que tocam o próprio saber psiquiátrico: “Assim, as reformas posteriores à reforma de Pinel procuram questionar o papel e a natureza, ora da instituição asilar, ora do saber psiquiátrico” (*ibid.*, p. 27).

A própria ordem de exposição das diferentes “reformas psiquiátricas” pela narrativa é um ponto interessante, pois não se dá em ordem cronológica, mas sim – embora não seja dito explicitamente com essas palavras – por ordem crescente de *radicalidade*. Sendo assim, começa-se pelas menos radicais e chega-se, por fim, às mais radicais (*ibid.*, p. 27): as menos radicais são “as reformas restritas ao âmbito asilar”, nomeadamente a “psicoterapia institucional” e as “comunidades terapêuticas”; mais radicais que estas, mas ainda não tão radicais, são as que “representa[m] um nível de superação das reformas referidas ao espaço asilar”, isto é, que propõem reformas que atingem âmbitos para além do âmbito asilar, nomeadamente, a “psiquiatria de setor” e a “psiquiatria preventiva”; por fim, as mais radicais seriam as “instauradoras de *rupturas* com os movimentos anteriores, colocando em questão o próprio dispositivo médico-psiquiátrico e as instituições e dispositivos terapêuticos a ele

relacionados” (grifo meu), nomeadamente a “antipsiquiatria” e “as experiências surgidas a partir de Franco Basaglia”.

3.4.2.1. *As Reformas restritas ao âmbito asilar*

A experiência das “*comunidades terapêuticas*” surge na Inglaterra após a Segunda Guerra, contexto no qual, por um lado, há uma grande sensibilidade quanto aos acontecimentos devastadores envolvendo os campos de concentração nazistas e, por outro, há um grande contingente de ex-soldados sofrendo com as sequelas da guerra. Nesse contexto, duas características dos asilos psiquiátricos tradicionais tornar-se-iam evidentes: por um lado, “a deprimente condição dos institucionalizados em hospitais psiquiátricos, mal comparada lembrança dos campos de concentração com que a Europa democrática daquele período não mais tolerava conviver” (*ibid.*, p. 28); e, por outro lado, a ineficiência do tratamento:

O asilo psiquiátrico situava-se em um quadro de extrema precariedade, não cumprindo a função de recuperação dos doentes mentais. Paradoxalmente, passava a ser considerado o responsável pelo agravamento das doenças, de forma a ultrapassar a parcela esperada da evolução patológica da própria enfermidade (*ibid.*, p. 28)

Desse modo, as experiências de “*comunidades terapêuticas*” – estabelecidas de forma mais definitiva por Maxwell Jones, mas com base nas ideias e práticas de Hermann Simon, Sullivan e Menninger – buscavam justamente, por um lado, estabelecer uma prática humanitária e, por outro lado, estabelecer um tratamento efetivo, capaz de reabilitar o grande contingente atingido pela guerra.

As principais *reformas* adotadas no modelo das “*comunidades terapêuticas*” dizem respeito ao *funcionamento da instituição*. Por meio da organização de reuniões, assembleias, grupos de discussão que envolviam os pacientes, os técnicos, os familiares e a comunidade mais geral, buscava-se distribuir entre todos os participantes não apenas a ‘função terapêutica’ – anteriormente exclusivamente nas mãos dos técnicos – mas também a própria administração da instituição. Por meio de certo funcionamento conjunto – em vários aspectos antagônico ao modelo psiquiátrico tradicional – envolvendo todos esses participantes, seria possível, então, construir uma “*cultura terapêutica*”, capaz de contribuir e mesmo promover a cura dos pacientes:

Os tipos de atitude que contribuem para uma cultura terapêutica são, resumidamente, a ênfase na reabilitação ativa, contra a ‘custódia’ e a segregação; a ‘democratização’, em contraste com as velhas hierarquias e formalidades na diferenciação de *status*; a ‘permissividade’, como preferência às costumeiras ideias limitadas do que se deve dizer ou fazer; o ‘comunalismo’

em oposição à ênfase no papel terapêutico especializado e original do médico (AMARANTE, 2003[1998], p. 30)

Apesar das transformações operadas, as “comunidades terapêuticas” constituiriam “um processo de *reformas institucionais, predominantemente restritas ao hospital psiquiátrico, e marcadas pela adoção de medidas administrativas, democráticas, participativas e coletivas, objetivando uma transformação da dinâmica institucional asilar*” (*ibid.*, p. 28; grifos meus). A sua insuficiência diz respeito precisamente a sua restrição ao âmbito asilar, sem questionar processos que se dão para além dos muros do asilo:

De fato, a reforma proposta pela comunidade terapêutica praticamente reduz-se ao espaço asilar. A intervenção terapêutica na comunidade externa se dá como complemento numa nítida analogia com os primeiros asilos especiais, *sem a discussão sobre as causas externas, não necessariamente de enfermidade mental, mas da reclusão no asilo*. Mesmo com as fortes demandas sociais pela recuperação do louco em mão-de-obra produtiva, muitos são os mecanismos de segregação e rejeição que são por outras fontes determinados (*ibid.*, pp. 31-32; grifos meus)

Em um caminho bem similar seguiria o movimento da “*psicoterapia institucional*”, desenvolvido inicialmente por Tosquelles no Hospital Saint-Alban, na França, e, depois, continuado, com influência psicanalíticas, por outros, como Jean Oury e, mesmo, Félix Guattari. Tal movimento também se valia de estratégias grupais para subverter as hierarquias anteriormente existentes no asilo tradicional, sendo a principal novidade “considerar que as próprias instituições têm características doentes e que devem ser tratadas” (*ibid.*, p. 32). O asilo tradicional, portanto, estaria doente, de modo que a “psicoterapia institucional” deveria, por meio de um novo tipo de funcionamento, curar tais instituições, restaurando seu caráter terapêutico para os doentes: “Este movimento tem por objetivo primeiro, nas palavras do próprio Tosquelles, o resgate do potencial terapêutico do hospital psiquiátrico, tal como pretendiam Pinel e Esquirol” (*ibid.*, p. 32).

No caso da “psicoterapia institucional”, a noção de “*reforma*” ganharia um sentido próximo ao de “*restauração*”; “reformular” aqui é reestabelecer o que a psiquiatria tradicional buscou, mas não conseguiu efetivar. Nesse sentido, na medida em que busca reestabelecer certos preceitos da psiquiatria tradicional, a “psicoterapia institucional” não possuiria um caráter crítico frente à psiquiatria tradicional, pois não questiona seus princípios, mas sim sua falha em realiza-los: “se o hospital psiquiátrico foi criado para curar e tratar das doenças mentais, tal não deve ser outra a sua destinação” (*ibid.*, p. 32). E, do mesmo modo que no caso das “comunidades terapêuticas”, *suas críticas ficariam restritas ao âmbito asilar*:

O alcance transformador do projeto da psicoterapia institucional recebe uma crítica às bases excessivamente centradas, senão restritas, ao espaço

institucional asilar, resumindo-se a uma *reforma asilar que não questiona a função social da psiquiatria, do asilo e dos técnicos, não objetivando transformar o saber psiquiátrico* que pretende-se operador de um conhecimento sobre o sofrimento humano, os homens e a sociedade (AMARANTE, 2003[1998], p. 34; grifos meus)

3.4.2.2. As Reformas para além do âmbito asilar

No rol das “reformas” que não se limitam ao âmbito asilar, mas propõem transformações em outros âmbitos, teríamos, por um lado, a “psiquiatria de setor” e, por outro lado a “psiquiatria preventiva”.

A “psiquiatria de setor” – surgida na década de 1960 na França e inspirada nas ideias de Bonnafé – também partiria da ideia de “*reformatar a psiquiatria*” no sentido de *restaurar a ela o seu caráter terapêutico*. Para que isso seja possível, entretanto, seria necessário abandonar o esquema de tratamento restrito a serviços fechados e adotar um tratamento situado, isto é, que se dá na própria sociedade, levando em consideração as especificidades de cada “setor” da comunidade. A ideia seria precisamente tornar o serviço fechado apenas uma das etapas do processo de tratamento – e, mais que isso, não a parte mais importante – e “levar a psiquiatria para a população”, continuando o tratamento dos pacientes dentro dos ambientes em que vivem. Para tal, dividir-se-ia o território da comunidade em “setores” de acordo com aspectos geográficos e culturais, de modo que o tratamento em cada “setor” se adequasse a tais características específicas de cada localidade. (*ibid.*, pp. 34-35)

Embora tenha se tornado, até mesmo, uma política pública oficial da França em determinado momento, a experiência da “psiquiatria de setor” não teria, entretanto, obtido o sucesso que pretendia:

No entanto, a prática desta experiência não alcança os resultados esperados, seja pela resistência oposta por grupos de intelectuais que a interpretam como extensão da abrangência política e ideológica da psiquiatria, seja pela resistência demonstrada pelos setores conservadores contra a possível invasão dos loucos nas ruas e, ainda, seja pela muito mais custosa implantação dos serviços de prevenção e pós-cura (*ibid.*, p. 35)

No que diz respeito às suas *limitações enquanto “reforma”*, a “psiquiatria de setor”, na medida em que não prevê a extinção dos serviços fechados, é tida como uma tentativa de *conciliação* entre o hospital psiquiátrico e serviços que vão além do serviço fechado, *sem uma crítica direta à relação que a psiquiatria estabelece com a sociedade*. (*ibid.*, p. 36)

A “*psiquiatria preventiva*”, por seu turno, surge nos Estados Unidos no governo Kennedy, pretendendo ser a “terceira revolução psiquiátrica (após Pinel e Freud)”, na medida em que se propõe a intervir não mais apenas nas doenças, mas principalmente na “saúde

mental”, isto é, naquilo que é capaz de prevenir o surgimento de doenças mentais. Possuindo uma concepção de “doença mental” – proposta pelo psiquiatra Gerald Caplan – que se aproxima de “distúrbio emocional”, “instaura-se a crença de que todas as doenças mentais podem ser prevenidas, senão detectadas precocemente” (AMARANTE, 2003[1998], p. 37). Para que essa “detecção precoce” seja possível, entretanto, é necessário haver uma inserção da psiquiatria no dia a dia das pessoas, para identificar os que são passíveis de adoecer mentalmente: “é preciso sair às ruas, entrar nas casas e penetrar nos guetos, para conhecer os hábitos, identificar os vícios, e mapear aqueles que, por suas vidas desregradas, por suas ancestralidades, por suas constitucionalidades, venham a ser ‘suspeitos’” (*ibid.*, p. 37).

Em comparação com a “psiquiatria de setor”, pode-se dizer que a “psiquiatria preventiva” é *mais radical* na medida em que tem como ideal não tanto uma conciliação com os serviços fechados, mas sim torná-los desnecessários, caso os mecanismos de prevenção sejam efetivos: “O projeto da psiquiatria preventiva determina que as intervenções precoces, primária e secundária, evitem o surgimento ou o desenvolvimento de casos de doenças, decretando, dessa forma, a *obsolescência do hospício psiquiátrico*” (*ibid.*, p. 38; grifos meus).

Assim, a “psiquiatria preventiva” configuraria uma inspiração para modelos assistenciais alternativos, assim como para propostas de “desinstitucionalização” – termo surgido no próprio contexto preventivista e entendido estritamente como desospitalização, visando evitar ou cessar com os efeitos de cronificação ou de “dependência” gerados pela vida dentro de tais instituições – e de “despsiquiatrização” – entendida como a delimitação da atuação psiquiátrica e a inserção de outros profissionais nas equipes de assistência (*ibid.*, p. 40). Nesse sentido, embora que ainda parcialmente, a “psiquiatria preventivista” anteciparia várias reivindicações que a Reforma Psiquiátrica Brasileira posteriormente pautaria.

Contudo, o veredicto final acerca da “psiquiatria preventiva” seria similar ao da “psiquiatria de setor”, na medida em que também configuraria uma *expansão da psiquiatria para o meio social*: “O preventivismo significa um novo projeto de medicalização da ordem social, de expansão dos preceitos médico-psiquiátricos para o conjunto de normas e princípios sociais” (*ibid.*, p. 41). Ademais, as reivindicações da “psiquiatria preventiva” acabariam, por vezes, por surtir os efeitos precisamente contrários aos pretendidos: embora a pretensão fosse “desinstitucionalizar”, a prática da “psiquiatria preventiva” – por meio da identificação prévia dos potenciais doentes e encaminhamento para ambulatórios e serviços “extra-hospitalares” – acabaria por “retroalimentar” o modelo asilar, na medida em que “fazem ingressar novos contingentes de clientes para os tratamentos mentais” e “os clientes naturais do hospital psiquiátrico permanecem ali internados, quando não aumentam em número” (*ibid.*, p. 41).

3.4.2.3. As “Reformas” que instauram rupturas

Por fim, temos as “Reformas” marcadas pela *radicalidade*, que, mais que meramente restaurar algo degradado, *instauram rupturas* com relação ao passado, guiando para outros futuros. A “antipsiquiatria” surge na década de 1960 na Inglaterra influenciada pelos movimentos *underground* de contracultura; e tinha como seus principais proponentes os psiquiatras Ronald Laing, David Cooper e Aaron Esterson, experientes em psiquiatria clínica e com influências psicanalíticas (AMARANTE, 2003[1998], p. 42). Tendo como ponto de partida a prática psiquiátrica com “esquizofrênicos”, a “antipsiquiatria” foi responsável por colocar em cheque vários pressupostos anteriormente tácitos na prática psiquiátrica, como, por exemplo, a noção de que as doenças mentais são biologicamente determinadas. Nesse sentido, em vez de biologicamente determinadas, a “antipsiquiatria” postulará que as doenças mentais seriam socialmente constituídas. Ainda relacionado ao estatuto da doença mental, a “antipsiquiatria” buscou localizar os determinantes sociais responsáveis pela exclusão, entendendo esta também como um produto com origem na relação social com a loucura. (*ibid.*, p. 42)

A “antipsiquiatria” é apresentada pela narrativa como “a primeira crítica *radical* ao saber médico-psiquiátrico, no sentido de *desautorizá-lo* a considerar a esquizofrenia uma doença, um objeto dentro dos parâmetros científicos” (*ibid.*, p. 42; grifos meus); nesse sentido, “a antipsiquiatria procura *romper*, no âmbito teórico, com o modelo assistencial vigente, buscando *destituir, definitivamente*, o valor do saber médico da explicação/compreensão e tratamento das doenças mentais” (*ibid.*, p. 43; grifos meus). Partindo de uma perspectiva marxista, conceber-se-á que a loucura não é uma patologia passível de tratamento – como propõe o saber psiquiátrico; em vez disso, o louco é entendido como “uma vítima da alienação geral, tida como norma, e é segregado por contestar a ordem pública e colocar em evidência a repressão da prática psiquiátrica, devendo, por isso, ser defendido e reabilitado” (*ibid.*, p. 44).

Assim, a “antipsiquiatria”, ao contrário dos outros movimentos reformistas, se opõe de forma mais ampla e enfática à prática psiquiátrica tal como era praticada; tal “reforma” denuncia a *violência* intrínseca à psiquiatria tradicional, assim como a cronificação decorrente das instituições psiquiátricas. Buscando erradicar as consequências danosas produzidas pelo saber médico-psiquiátrico e seu modelo assistencial, a “antipsiquiatria” postula a formação de comunidades terapêuticas com não-cronificados, se valendo de reuniões não-hierárquicas e buscando a transformação da relação entre médicos e pacientes.

A avaliação realizada pela narrativa acerca da “antipsiquiatria” ressalta um ponto negativo e um ponto positivo. Do lado negativo, ela é julgada por recair novamente em uma teorização da esquizofrenia, embora não mais biologicista, mas ainda causalista: “A antipsiquiatria, embora inicie um processo de ruptura radical com o saber psiquiátrico moderno, termina por elaborar outra referência teórica para a esquizofrenia” (AMARANTE, 2003[1998], p. 44). Esta “outra referência teórica” diria respeito à “teoria da lógica das comunicações”, da escola de Palo Alto, que seria “uma explicação causal da esquizofrenia calcada nos problemas de comunicação entre as pessoas” (*ibid.*, p. 45).

Do lado positivo, a narrativa considera a “antipsiquiatria” uma tradição que “traz importantes contribuições para a transformação prático-teórica do conceito de desinstitucionalização como desconstrução; no mesmo sentido em que está sendo desenvolvido, ao mesmo tempo, por Franco Basaglia, a partir da experiência de Gorizia” (*ibid.*, p. 45). Nesse sentido, o ponto positivo da “antipsiquiatria” diz respeito ao fato de estar alinhada à experiência basagliana no que diz respeito à noção de desinstitucionalização não mais como mera “desospitalização” – tal como era o caso na “psiquiatria preventiva” –, mas como “desconstrução”.

A “Reforma” operada por Franco Basaglia teria seu início na Itália ainda na década de 1960 a partir de sua tentativa de humanização do manicômio de Gorizia. A partir da formação de uma “comunidade terapêutica” tal como postulada por Maxwell Jones, a intervenção teria incitado uma crise dentro da instituição, colocando em evidência os limites do modelo das “comunidades terapêuticas” – como, por exemplo, a concepção de loucura enquanto doença, a concepção da intervenção enquanto terapêutica, a não-intervenção no âmbito social e a crítica ainda moderada ao saber psiquiátrico (*ibid.*, p. 47). Seria a partir do reconhecimento desses limites que teria havido a urgência de “operar um *deslocamento* a partir da crítica e *superar* a simples humanização do locus manicomial” (*ibid.*, p. 47; grifos meus).

Essa urgência ganharia concretude a partir de 1971, com atuação de Basaglia em outra instituição manicomial, em Trieste. Nesse momento, ter-se-ia “uma operação de *deslocamento fundamental na estratégia de reinvenção da assistência*: supera-se o modelo de comunidade terapêutica, instituinte de uma relação artificial dentro/fora” (*ibid.*, p. 48; grifos meus). Assim, superar-se-ia “o modelo de humanização institucional” por meio da proposta de intervenções que têm como foco as relações sociais e a relação que a sociedade possui com a diferença; e que têm como intuito transformar as relações com a diferença, para que tal relação não resulte finalmente em exclusão da diferença por meio da reclusão da loucura em manicômios. Tal estratégia implicaria “inventar uma prática que tem, na comunidade e nas relações que esta

estabelece com o louco – através do trabalho, amizade, e vizinhança –, matéria-prima para desconstrução do dispositivo psiquiátrico de tutela, exclusão e periculosidade, produzidos e consumidos pelo imaginário social” (AMARANTE, 2003[1998], p. 48).

Assim, o “processo de desmontagem do aparato manicomial, [é] seguido da constituição de novos espaços e formas de lidar com a loucura e a doença mental” (*ibid.*, p. 49). Estes novos espaços incluiriam: “centros de saúde mental” com funcionamento vinte e quatro horas todos os dias da semana; “grupos-apartamentos”, onde moram pacientes, sozinhos ou acompanhados por técnicos ou voluntários; “cooperativas de trabalho”, para propiciar postos de trabalho para os ex-internos, assumindo um papel na economia das cidades; e “Serviços de Diagnose e Cura (ou Serviço de Emergência Psiquiátrica)”, com poucos leitos, funcionando em regime diurno e servindo como apoio para os outros espaços. Seria por meio dessa nova rede de espaços que possibilitam novas formas de relação com a loucura que a experiência de Trieste “demonstra[ria] ser possível a constituição de um ‘circuito’ de atenção que, ao mesmo tempo, oferece e produz cuidados e novas formas de sociabilidade e de subjetividade para aqueles que necessitam de assistência psiquiátrica” (*ibid.*, p. 50).

A perspectiva basagliana ganharia uma vertente legal a partir de 1973 com a fundação do movimento “Psiquiatria Democrática Italiana”, que, embora não fosse liderado por Basaglia, não apenas tinha por base suas experiências anti-institucionais – principalmente a de Trieste, que havia se iniciado apenas dois anos antes e que ainda estava ocorrendo – como também tinha como objetivo “construir bases sociais cada vez mais amplas para a viabilização da reforma psiquiátrica na tradição basagliana, em todo o território italiano” (*ibid.*, p. 50). A partir da repercussão das experiências basaglianas no âmbito político, o Partido Radical teria proposto um “referendum para a revogação da legislação psiquiátrica em vigor (datada de 1904), almejando, com esta medida, a suspensão absoluta de toda e qualquer forma de controle institucional sobre os loucos e a loucura” (*ibid.*, p. 50; grifo no original). Com essa movimentação visando a transformação da legislação psiquiátrica, esta é finalmente alterada em 13 de maio de 1978, com a lei que ficou conhecida como “Lei Basaglia”, pois “o trabalho e o pensamento de Franco Basaglia é o que possibilita todo este debate, embora ele mesmo não participe desta comissão [responsável pela lei]” (*ibid.*, p. 50) e “o projeto de lei apresentado inspira-se fundamentalmente em suas ideias” (*ibid.*, p. 50), apresentando “importantes avanços na assistência psiquiátrica” (*ibid.*, p. 50; grifo meu).

A narrativa apresenta a “reforma” proposta pela “tradição basagliana” como uma *ruptura radical*, na medida em que – assim como a antipsiquiatria – passa a questionar a própria legitimidade teórico-prática da psiquiatria: “A trajetória italiana propiciou a instauração de uma

ruptura radical com o saber/prática psiquiátrica, na medida em que *atingiu seus paradigmas*” (AMARANTE, 2003[1998], p. 49; grifos meus). Esse ataque aos paradigmas da psiquiatria tradicional implica uma reconsideração das relações que estão na base e servem de fundamento à prática psiquiátrica: “Com uma crítica radical ao paradigma psiquiátrico, [...] a tradição iniciada por Franco Basaglia e continuada pelo movimento da psiquiatria democrática italiana afirma a urgência de revisão das relações, a partir das quais o saber médico funda sua práxis” (*ibid.*, p. 47). Porém, mais do que isso, a ruptura basagliana não diria respeito apenas à psiquiatria tradicional, mas também a certas reformas tentadas anteriormente, como a “psiquiatria preventiva”, focada na promoção da “saúde mental”: “tal ruptura [basagliana] teria sido operada tanto em relação à psiquiatria tradicional (o dispositivo da alienação), quanto em relação à nova psiquiatria (o dispositivo de saúde mental)” (*ibid.*, p. 49).

3.4.2.4. RPB: A reforma ideal é não ser uma reforma

Como elucidado acima, o termo “reforma psiquiátrica” é utilizado de modo plurívoco, para designar desde transformações que pretendem restaurar um estado de coisas desgastado ou arruinado até transformações que buscam romper com o passado de forma radical postulando deslocamentos. Nesse sentido, “o conceito de reforma psiquiátrica se apresenta como sendo politicamente e conceitualmente problemático” (*ibid.*, p. 87).

Conceitualmente problemático na medida em que “a própria expressão reforma indica um paradoxo – pois foi sempre utilizada como relativa a transformações superficiais, cosméticas, acessórias, em oposição às ‘verdadeiras’ transformações estruturais, radicais e de base” (*ibid.*, p. 87)³¹. Por isso, faria mais sentido utilizar-se de um outro termo – “revolução”, talvez – para as transformações mais “estruturais, radicais e de base”, a fim de distingui-las das transformações “superficiais, cosméticas e acessórias”, que seriam meras “reformas”.

Politicamente, entretanto, o termo “reforma” possui um valor estratégico que justificaria sua utilização mesmo nos casos de transformações radicais, qual seja, o tom mais moderado, que não causa tanto incômodo às vertentes mais conservadoras. Nesse sentido, falar em “reforma” – em vez de “revolução”, por exemplo – satisfaz a “necessidade estratégica de não

³¹ Em “O Homem e A Serpente” (1996), Amarante volta a tratar sobre o termo “reforma”, colocando a questão primeiramente mais uma vez em termos *qualitativos*, mas, posteriormente, em termos explicitamente *quantitativos*: “De fato, quando se fala em reforma psiquiátrica, não se está falando, necessariamente, na superação do paradigma fundante da psiquiatria, nem na negação de seu mandato social, mas em transformações mais ou menos superficiais, administrativas, organizativas e modernizantes do aparato discursivo” (p. 20); “[...] esta expressão é contraditória e problemática, uma vez que, de *per se*, não define o quê e quanto se está reformando” (pp. 25-26; grifos no original).

criar maiores resistências às transformações, de neutralizar oposição, de construir consenso e apoio político” (AMARANTE, 2003[1998], p. 87).

Assim, o uso da noção de “reforma” pelos proponentes da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) traria uma tensão complicada: por um lado, as transformações pautadas pela RPB pretenderiam ser radicais, estruturais, enquanto que o termo “reforma” condiz com algo mais moderado e superficial; por outro lado, utilizar-se do termo “reforma” é estratégico para a RPB na medida em que pode propiciar um ganho de coesão política, fundamental para que a RPB conquiste suas reivindicações. Essa tensão, entretanto, contém um risco, qual seja, o da RPB deixar de meramente se nomear uma “reforma” e se tornar efetivamente uma “reforma”, no sentido de “transformação superficial, cosmética, acessória”; assim, essa tensão “não deixa de indicar uma contradição que, como veremos, talvez termine por possibilitar um desvio de rota na trajetória da reforma psiquiátrica” (*ibid.*, p. 88).

A partir dessas considerações acerca do termo “reforma”, torna-se claro que a “Reforma Psiquiátrica Brasileira” não se pretende qualquer “reforma”, e muito menos se pretende uma “reforma” no sentido próprio do termo. Pelo contrário, trata-se de um movimento que se utilizaria do nome “reforma” de forma apenas estratégica, mas cujas propostas pretendem acarretar “transformações estruturais, radicais, de base” e, nesse sentido, diferenciar-se-ia das outras propostas reformistas. Nesse sentido, a dita “reforma” proposta pela RPB, caso fosse completamente efetivada, não seria uma “reforma” no sentido próprio do termo, mas algo que superaria uma postura “reformista”, para instaurar uma “ruptura” com relação às reformas anteriores.

3.5. “LOUCOS PELA VIDA” E HISTÓRIA *WHIG*

O interesse principal da narrativa de “Loucos pela Vida” é tratar sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). Tal narrativa busca superar perspectivas históricas deterministas fatalistas, presentistas, estritamente institucionais, causalistas e não-contextuais:

Não damos ao olhar histórico uma leitura determinista e fatalista, que busca no passado condições de determinação para o presente, de uma forma vertical, e nem restringimos a história a uma relação horizontal de dominação entre pares em um *locus* institucional, separado do contexto sociopolítico-econômico. Buscamos produzir um corte que atravesse este contexto, no qual se dão as relações entre os atores institucionais – imersos na rede de saberes/poderes/subjetividades – e, assim, permitir superar um olhar que se lança sobre a realidade para buscar definir causas/causadores, vítimas/algozes (*ibid.*, p. 45; grifo no original)

Contudo, é válido avaliar o quanto essas pretensões são efetivamente realizadas, pois é possível argumentar que a narrativa, de fato, “busca no passado condições de determinação para o presente” e, por vezes, não é capaz de “superar um olhar que se lança sobre a realidade para buscar definir causas/causadores, vítimas/algozes”. Nesse sentido, ao analisar-se a narrativa proposta, é possível argumentar que persiste, em “Loucos pela Vida”, certas características da história *whig* tal como conceituada por Herbert Butterfield, que resultam em *simplificações*.

Um primeiro traço *whig* da narrativa é o olhar fortemente fincado no presente e que se volta para o passado o julgando a partir de preceitos vigentes no presente do historiador. Isso se dá na narrativa de “Loucos pela Vida” por meio da adoção do ponto de vista da tradição “reformista” basagliana como critério para a avaliação da história da psiquiatria como um todo: desde a reforma pineliana, que funda a psiquiatria moderna, até as últimas reformas tratadas dentro do escopo do livro, todas são criticadas tendo como critério de correto/incorreto a tradição basagliana.

Um tal ponto de vista presentista não é explicitamente assumido pelos autores de “Loucos pela Vida” (Amarante, 1995, 1998), contudo, o é por Amarante em “O Homem e a Serpente” (1996), livro que, embora tenha outros objetivos, está fortemente alinhado com e retoma de forma direta a narrativa constituída em “Loucos pela Vida”. Em “O Homem e a Serpente”, diz Amarante de forma clara: “A produção de Basaglia servirá como referência para a leitura da constituição e do nascimento da psiquiatria, bem como para [a leitura da constituição e do nascimento] dos projetos de reforma” (AMARANTE, 1996, p. 26). Defender-se-á aqui, portanto, que tal postura está presente também em “Loucos pela Vida”, de modo que a narrativa construída neste livro acerca da Reforma Psiquiátrica Brasileira é fortemente perpassada por uma perspectiva basagliana do início ao fim. Elementos – e mesmo argumentos – que corroboram essa tese já foram apresentados quando da discussão dos itens 3.3. e 3.4., porém serão aqui retomados de forma sistemática para a sustentação da tese.

No que diz respeito à trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira, “Loucos pela Vida” narra que: durante a “trajetória da saúde mental” (1945-1977) há o aparecimento de experiências “reformista” aos moldes preventivistas, das comunidades terapêuticas, da psicoterapia institucional e da psiquiatria de ‘setor’; a inauguração da “trajetória alternativa” (1978-1980) se daria com a “Crise da DINSAM” e a conseqüente organização do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), organização que, entretanto, nesse momento, ainda se encontrava marcada por uma “heterogeneidade” e “indefinição”, na medida em que propunham transformações, por um lado, da assistência psiquiátrica e, por outro lado, do âmbito corporativo; com o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria (o “Congresso de Abertura”), em

1978, e, principalmente, o I Congresso de Trabalhadores em Saúde Mental, em 1979, haveria o estabelecimento de uma “nova identidade profissional” por parte do MTSM, que passa a focar nas transformações da ordem psiquiátrica em vez de nos aspectos corporativos e que passa a entender a transformação psiquiátrica como dependente da transformação política e social; a “trajetória sanitarista” (1980-1985) é marcada pela inserção do MTSM no aparato estatal, inserção que seria, em última instância, infeliz, na medida em que transforma o movimento da RPB em uma empreitada meramente modernizante, tecnicista, reformista, sem buscar mudanças estruturais e, portanto, sem atingir o cerne do problema; este momento é marcado por uma aproximação da RPB com o movimento da reforma sanitária, o que resulta em um *esquecimento das origens*, uma *falta de reflexão* e um *desvio de rota* por parte da RPB; por fim, a “trajetória de desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992) seria marcada, no âmbito teórico, por uma recuperação da “tradição basagliana”, no âmbito organizacional, por um processo de *renovação* do Movimento e, no âmbito de intervenção, por uma *ruptura* com o momento anterior e por um *reencontro com as origens*, na medida em que se entende que a transformação da assistência psiquiátrica depende de uma transformação cultural da relação que se tem com a diferença.

Nessa narrativa, é possível perceber que todos os julgamentos sobre ou avaliações acerca das trajetórias da RPB são realizadas tomando por “referência” ou critério a “tradição basagliana”. A “trajetória da saúde mental” (1945-1977) é considerada um momento anterior à RPB propriamente dita pelo fato de suas propostas reformistas estarem alinhadas com modelos não-radicais, isto é, com modelos que são os mesmos que seriam criticados e ultrapassados pela “tradição basagliana”. A “trajetória alternativa” (1978-1980) é julgada como “heterogênea” e “indefinida” por possuir duas frentes, uma das quais a “tradição basagliana” não incorporará posteriormente, qual seja, a preocupação com questões estritamente corporativas; além disso, tal trajetória é julgada como adquirindo uma “identidade profissional” – o que implica não mais ser “heterogêneo” ou “indefinido” – justamente por se alinhar a um postulado da “tradição basagliana”, qual seja, o de que a transformação psiquiátrica depende de uma transformação da sociedade em suas bases políticas. A “trajetória sanitarista” (1980-1985) é julgada como um “esquecimento das origens” precisamente por se afastar de preceitos da “tradição basagliana” que supostamente estariam presentes anteriormente e é julgada como um “desvio de rota” precisamente por pautar transformações por um meio não pautados pela “trajetória basagliana”, qual seja, a inserção estatal; além disso, a narrativa propõe responsabilizar não a RPB por tal “esquecimento das origens” e “desvio de rota”, mas sim o movimento da “reforma sanitária”, numa tentativa de preservar a pureza da RPB, insinuando que ela, por si mesma, não teria se

afastado da “tradição basagliana”. Por fim, a “trajetória de desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992) é o *reencontro com as origens* na medida em que coincide com o ressurgimento da perspectiva teórica basagliana e de uma prática de transformação alinhada com seus preceitos, não sendo realizado aqui nenhum julgamento ou avaliação negativos.

A própria concepção de *origem* utilizada é digna de atenção. A narrativa estabelece que há uma *origem* já *posta* no início da RPB – isto é, no momento da “trajetória alternativa” (1978-1980) – que seria, posteriormente, *esquecida*, no momento da “trajetória sanitarista” (1980-1985), e que seria, por fim, *reencontrada* no momento da “trajetória de desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992). Assim, a narrativa dá a entender que se trata de *uma e mesma origem* que percorre todo esse período de quase quinze anos, por vezes estando em evidência, por vezes quase que desaparecendo. Contudo, é válido questionar o quão similar ou diferente são os momentos da “trajetória alternativa” (1978-1980), momento da instauração da *origem*, e o da “trajetória de desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992), momento do *reencontro da origem*, pois, por mais que ambos sejam ditos compartilhar uma mesma *origem*, as propostas de “desinstitucionalização” do segundo momento parecem já bem distantes das propostas ainda iniciais do primeiro momento. Nesse sentido, é válido questionar se a *origem* apresentada pela narrativa como pretensamente estando já presente no início da “trajetória alternativa” não é antes uma *origem* posta pela própria narrativa a partir de um olhar retrospectivo a partir dos critérios presentes do historiador que a escreveu.³²

Também é digno de atenção a relação que as diferentes “trajetórias” apresentadas pela narrativa possuem com a própria força do pensamento de Basaglia em diferentes momentos. Segundo a narrativa, no que diz respeito às “experiências decorrentes da tradição basagliana”, “existia uma certa desconfiança quanto à possibilidade de êxito, após a morte de Franco Basaglia” (AMARANTE, 2003[1998], p. 93). A morte de Basaglia se deu em 1980; e a narrativa atesta que “de fato, e não apenas no Brasil, a experiência de Franco Basaglia permaneceu em um certo estado de latência por um período de cerca de dez anos” (*ibid.*, p. 93), apenas voltando “a merecer uma atenção mais qualificada” no cenário internacional no fim de 1986, com o III Encontro Latino-Americano da Rede de Alternativas à Psiquiatria. Correspondendo a essas flutuações na apreciação do trabalho de Basaglia, a narrativa estabelece

³² Uma averiguação de se tal é o caso ou não requer a realização de um estudo *histórico* que investigue os documentos concernentes a esses dois momentos históricos focando nas semelhanças e diferenças das propostas de transformação postuladas. Na medida em que o presente capítulo se pretende puramente *historiográfico*, uma tal averiguação está fora do âmbito proposto; porém, a questão prevalece e parece digna de investigação.

o fim da “trajetória alternativa” (1978-1980) e o início da “trajetória sanitarista” (1980-1985) precisamente em 1980, ano de morte de Basaglia; assim, a “trajetória sanitarista”, marcada pelo *esquecimento das origens*, corresponde temporalmente ao “estado de latência” do pensamento de Basaglia em âmbito internacional. Além disso, a narrativa estabelece o retorno da força de “tradição basagliana” precisamente na época da I Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1987³³; desse modo, a “trajetória de desinstitucionalização ou da desconstrução/invenção” (1985-1992), marcada pelo *reencontro das origens*, corresponde temporalmente ao momento em que o pensamento de Basaglia volta “a merecer uma atenção mais qualificada” em âmbito internacional. Assim, essas correspondências temporais parecem indicar, mais uma vez, que a *origem* à qual a narrativa faz referência coincide com os preceitos da “tradição basagliana”.

Um segundo traço *whig* da narrativa de “Loucos pela Vida” é a postulação de atores específicos com uma agência histórica capaz de alterar os rumos da história. Se, por um lado, seria injusto propor que “Loucos pela Vida” propõe atores que agem fora de um contexto histórico que constrange suas ações, por outro lado, é impossível não atentar para a força e o foco dado pela narrativa às ações do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). A centralidade do MTSM na narrativa é indiscutível, seja por ela equivaler o surgimento da RPB com o surgimento do MTSM, seja pelas principais reviravoltas na RPB serem consequentes de transformações internas ao próprio MTSM, como, por exemplo, o período de *esquecimento das origens* consequente da aliança do MTSM com os proponentes da “reforma sanitária”, ou a *renovação do Movimento* com a criação da Plenária a partir de dentro do próprio MTSM para se opor a vertentes mais tradicionais dentro do Movimento.

Contudo, o ponto principal a ser atentado nesse quesito é o modo como a narrativa apresenta as ações do MTSM, isto é, como uma agência que, por si, é capaz de guiar o rumo dos acontecimentos. Logo após a “crise da DINSAM”, porém ainda antes da realização do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria (V CBP; “Congresso de Abertura”), o MTSM é indicado como o agente responsável por convocar diversos eventos e reuniões que teriam mantido vivo a movimentação desencadeada pelas greves e denúncias; no V CBP, o MTSM é indicado como o agente responsável por “tomar de assalto” o evento, transformando completamente as discussões e o caráter do mesmo; no período da “co-gestão”, a aliança do MTSM com o Estado é apresentada como uma “decisão estratégica” por parte do MTSM; no momento em que a DINSAM se afasta do MTSM e busca postergar indefinidamente a realização da I Conferência

³³ Este mesmo movimento é indicado em “O Homem e A Serpente” (AMARANTE, 1996, p. 23): “o MTSM afasta-se consideravelmente das contribuições propiciadas por Basaglia, mas que retornam, com muito vigor, a partir dos últimos anos da década de 80”.

Nacional de Saúde Mental (I CNSM), o MTSM é indicado como o agente ativo que convoca Conferências e Encontros Estaduais para organizar a I CNSM, o que teria produzido pressão sobre a DINSAM e a consequente marcação da data e realização da I CNSM; na I CNSM, o MTSM é novamente indicado como assumindo as rédeas do evento, rejeitando unilateralmente as propostas da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da DINSAM e fazendo valer suas próprias reivindicações.

Assim, por mais que apresente elementos contextuais – principalmente no que diz respeito aos regimes e transformações políticos e às disputas institucionais envolvendo a alocação de recursos públicos –, a narrativa, quando se trata do MTSM, apresenta-o como dotado de uma agência que independe de quaisquer determinantes sociais e que é capaz de fazer os eventos se desenrolarem de acordo com sua vontade e sua deliberação. Com isso, o MTSM é apresentado como o responsável pelos sucessivos acontecimentos que levam adiante a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) – mesmo que, por vezes, hajam desvios. Assim, a narrativa centraliza a responsabilidade acerca da RPB no MTSM, de modo que, quando o leitor olha para o passado a partir da narrativa, é conduzido a considerar o MTSM como que o principal – senão o único – ator a ser digno de agradecimento pela efetivação da RPB.

Por fim, um terceiro traço *whig* da narrativa de “Loucos pela Vida” diz respeito aos *dualismos* que estabelece. Por mais que se pretenda uma narrativa que busca “superar um olhar que se lança sobre a realidade para buscar definir causas/causadores, vítimas/algozes”, ao analisar a narrativa, é inevitável esbarrar com uma descrição que delimita causas, causadores, vítimas e algozes.

O principal dualismo é estabelecido primeiramente na descrição do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria (V CBP; “Congresso de Abertura”), no qual, de um lado, haveria o grupo não-politizado, que reivindicaria um evento científico objetivo, isto é, sem discussão de questões políticas ou sociais; e, do outro lado, haveria o MTSM, fortemente politizado, que pautava a transformação social como imprescindível para a transformação no âmbito da saúde. Na medida em que o MTSM é o promotor da RPB – e, portanto, o amigo do progresso –, está implícito que o outro lado, o lado despolitizado, é o detrator da RPB – e, portanto, o inimigo do progresso. Tal dualismo reaparece também na descrição do VI CBP, momento em que há a aliança da DINSAM com a ABP, formando o grupo dos “apolíticos”, em contraposição com o grupo “politizado” formado pelo MTSM. Para além desses casos mais específicos, o dualismo político/apolítico percorre toda a narrativa acerca da ABP por meio dos qualificativos “progressista” e “conservador”, qualificativos primariamente políticos, mas que, na narrativa,

cumprem também o papel de indicar os que promovem as propostas mais fundamentais da RPB – os “progressistas” – e os que não as promovem – os “conservadores”.

Um segundo dualismo que aparece na narrativa é o dualismo público/privado, que se desdobra no dualismo entre defensores do serviço público e defensores do serviço privado. Tal dualismo é mais evidente na contraposição descrita pela narrativa entre o esquema de “Unidades de Serviço”, responsável pela transferência de grandes montantes de dinheiro público para instituições privadas, e o esquema da “co-gestão interministerial”, que torna os serviços públicos prioritários em relação aos serviços privados. Nesse cenário, é estabelecido o dualismo entre, de um lado, os defensores da “co-gestão” e, portanto, do serviço público – representados pelo MTSM e pelos proponentes da “reforma sanitária” – e, do outro lado, os defensores do antigo esquema, das “unidades de serviço” e, portanto, do serviço privado – representados pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e demais proprietários de serviços privados de saúde. Na medida em que os hospitais psiquiátricos que funcionavam segundo o regime de “unidades de serviço” são apresentados como locais perpassados pela violência, repressão, condições desumanas, e cujo serviço tinha como principal objetivo o lucro em vez da terapêutica, está dado que aqueles que defendem tais instituições – ou seja, a FBH e os demais proprietário de serviços privados e saúde – são como que algozes, e aqueles que defendem a substituição de tais instituições por outras - ou seja, o MTSM e os proponentes da “reforma sanitária” são como que os heróis.

Assim, a partir dessa análise da narrativa de “Loucos pela Vida” enfocando seus traços *whig*, é possível perceber ao menos três características presentes na mesma. Em primeiro lugar, uma forte influência da “tradição basagliana”, que a percorre em toda a sua extensão. Em segundo lugar, a presença de uma agência localizada em certos atores e capaz de conduzir os rumos da história. Por fim, em terceiro lugar, a delimitação de grupos opostos que se enfrentam, um buscando promover avanços, enquanto o outro busca impedi-los.

CONCLUSÃO

Como brevemente antecipado na introdução desta dissertação, a principal problemática subjacente a toda a empreitada aqui realizada de analisar certas narrativas que se utilizam das noções de *progresso*, *evolução*, e, mesmo, *reforma* ou *revolução* nos campos da História da Psicologia e da História da Psiquiatria diz respeito à constituição de uma *postura crítica*. Como também em épocas passadas, as narrativas históricas são profundas e pervasivas: cotidianamente nos deparamos com narrativas históricas, quer seja ao visitarmos um museu, ao assistirmos televisão, ao discutirmos política ou ao lermos um jornal matinal ou um artigo científico. Assim, o modo como cada um se porta frente tais narrativas tem impactos importantes na constituição, transformação e destruição dos valores adotados por cada um.

Narrativas históricas estão inevitavelmente determinadas pela perspectiva e pelos procedimentos adotados por seu autor, de modo que a configuração de uma narrativa que se pretenda objetiva – no sentido de independente de qualquer determinação imanente a quem a escreve – e, portanto, última é, por princípio, impossível. Adquirir a consciência de que *toda e qualquer* narrativa histórica é um produto fabricado pelo autor – geralmente um historiador de ofício, mas não apenas – é o primeiro passo no sentido de adquirir uma postura crítica frente às mesmas; contudo, é apenas o *primeiro passo*. O exercício de uma *postura crítica* frente às narrativas históricas, por sua vez, também não passível de realização sem conceitos que sirvam como instrumentos para delimitar os procedimentos e as manobras utilizadas pelo autor da narrativa quando de sua constituição, de modo que a aquisição de tais conceitos constitui o *segundo passo* indispensável à aquisição de tal postura. Finalmente, uma vez, por um lado, concebendo, de forma geral, a impossibilidade de objetividade, em certo sentido, das narrativas históricas e, por outro lado, dotado de conceitos capazes de operacionalizar uma crítica substanciada de tais narrativas, o terceiro passo no sentido de uma *postura crítica* é a sua própria efetuação *toda vez* que haja o encontro com uma narrativa histórica.

Adotar uma *postura crítica* frente a narrativas históricas não significa necessariamente chegar à conclusão de que tais narrativas estão *erradas* ou são *míticas*; a *postura crítica* se dá meramente pela capacidade de localização da perspectiva e dos procedimentos adotados pelo autor da mesma. A questão fundamental, entretanto, é que, para que se possa chegar a localizar *erros* ou *mitos* nas narrativas históricas, é necessário ter primeiro adotado uma *postura crítica* perante elas. Nesse sentido, a constituição e exercício de tal postura crítica é *condição indispensável* para a própria empreitada *científica* de resolução e abandono de erros e mitos históricos.

Tendo em vista a centralidade e a importância de tal *postura crítica*, a presente dissertação teve por intuito contribuir para os três passos envolvidos em sua constituição e exercício. No que diz respeito ao primeiro passo – o ter ciência acerca da não-objetividade das narrativas históricas –, a presente dissertação pretendeu contribuir nesse sentido ao expor as perspectivas, os procedimentos e os pressupostos subjacentes a duas narrativas históricas – uma no campo da História da Psicologia (capítulo 2); outra no campo da História da Psiquiatria (capítulo 3) – que, por serem amplamente difundidas e estabelecidas, geralmente são aceitas e reproduzidas sem qualquer visada crítica. Com isso, pretendeu-se chamar a atenção do leitor que considerava tais narrativas como *ingênuas* para o fato de que estas são, na realidade, muito *interessadas*, tomando por base – e, por conseguinte, veiculando intencionalmente – valores e concepções não explicitamente apontados.

No que diz respeito ao segundo passo na constituição e efetivação de uma postura crítica frente às narrativas históricas – qual seja, a aquisição de conceitos que sirvam como ferramenta para a identificação da perspectiva, dos procedimentos e dos pressupostos envolvidos nas narrativas históricas –, a presente dissertação pretendeu contribuir nesse sentido com a apresentação detalhada da obra *The Whig Interpretation of History* (BUTTERFIELD, 1965[1931]), a fim de delimitar os traços característicos do que o autor delimita enquanto *whig history*. Uma vez tendo em mente tais traços, o leitor – espera-se – será capaz de *localizar*, ao menos de forma geral ou superficial, estes mesmos traços em outras narrativas históricas, de modo a questionar se os mesmos não conduzem, também neste novo caso, a resultados questionáveis e problemáticos.

Por fim, no que diz respeito ao terceiro passo na constituição e efetivação de uma postura crítica frente às narrativas históricas – qual seja, a efetivação da *postura crítica* sempre que em contato com tais narrativas –, a presente dissertação pretendeu contribuir nesse sentido ao expor de forma concreta – nos capítulos 2 e 3 – como os conceitos propostos por Butterfield em sua delimitação da *whig history* podem ser utilizados para a crítica substanciada de narrativas históricas. Uma vez apresentado ao modo pelo qual tal utilização dos conceitos pode ser realizada, o leitor – espera-se – será capaz de se propor, ele mesmo, a análises críticas substanciadas quando em contato com outras narrativas históricas.

Em última instância, a presente dissertação pode ser lida, pragmaticamente, como a tentativa de desencadear no leitor um processo de transformação no modo pelo qual o mesmo se porta frente às narrativas históricas, na direção de uma postura mais *crítica* e menos *ingênuas*. Se uma tal empreitada cumpriu os efeitos aos quais seu artífice se propôs, cabe apenas ao leitor – após ter passado por todo este processo – julgar, a partir do que esta dissertação o fez pensar.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, F. H. *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1924.
- AMARANTE, P. (Org.). *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- _____. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- ANGELL, J. R. The province of functional psychology. *Psychological Review*, v. 14, n. 2, p. 61–91, 1907.
- ARAÚJO, S. F., SARAIVA, F. T.; NETO, M. B. C. Reevaluating the initial impact of John Broadus Watson on American psychology: The necessity of comparative parameters. *Journal of the history of the behavioral sciences*, v. 55, p. 2, p. 122–138, 2019.
- BAARS, B. J. *The cognitive revolution in psychology*. New York and London: The Guilford Press, 1986.
- BALTAS, A. On the Harmful Effects of Excessive Anti-Whiggism. In: Gavroglu K., Christianidis J., Nicolaidis E. (eds) *Trends in the Historiography of Science*. Boston Studies in the Philosophy of Science, vol 151. Springer, Dordrecht, 1994.
- BOWLER, P. J. Historians, whigs and progress. *Nature*, v. 330, n. 6149, p. 598–598, 1987.
- BENJAMIN JR. *A History of Psychology in Letters*. New Jersey: Blackwell Publishing, 2006.
- BORING, E. G. *A History of Experimental Psychology*. Appleton-Century, 1929.
- _____. A history of introspection. *Psychological Bulletin*, v. 50, n. 3, p. 169–189, 1953.
- BROCK, A. History of the History of Psychology. Em: *Oxford Encyclopedia of the History of Psychology*. New York: oxford University Press, 2015.
- BRUSH, S. G. Should the History of Science Be Rated X?: The way scientists behave (according to historians) might not be a good model for students. *Science*, v. 183, n. 4130, 1974, p. 1164–1172.
- BUTTERFIELD, H. *The Whig Interpretation of History*. W. W. Norton & Co., 1965. Livro originalmente publicado em 1931.
- _____. *The Origins of Modern Science*. London: G. Bell and Sons LTD, 1958.
- CARVALHO NETO, M. B., ARAUJO, S. F.; SILVA, E. G. O impacto da obra de J. B. Watson na Psicologia Norte-americana: Uma análise bibliométrica (1913-1923). *Acta Comportamental: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento*, v. 23, n. 4, 2016.

COSTALL, A. "Introspectionism" and the mythical origins of scientific psychology. *Consciousness and Cognition*, v. 15, n. 4, p. 634–654, 2006.

DANZIGER, K. The origins of the psychological experiment as a social institution. *American Psychologist*, v. 40, n. 2, p. 133–140, 1985.

DEWSBERRY, D. A. John B. Watson's early work and comparative psychology. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*. v. 39, n. 2, p. 10-33, 2013.

FERREIRA, A. A. L.; GUTMAN, G. O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. Em: Jacó-Vilela, A. M.; Ferreira, A. A. L.; Portugal, F. T. (Orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FIERRO, C. A História da Psicologia e seu ensinamento há 40 anos desde "Should the History of Science Be Rated X?" por Stephen Brush. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 15, n. 1, 2015, p. 310-330, 2015.

FISCINA, L. *A proposta de psicologia de Edward B. Titchener um caso polêmico na história da psicologia: restabelecendo seu lugar na historiografia contemporânea*. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. Livro originalmente publicado em 1961.

_____. *Doença Mental e Psicologia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. Livro originalmente publicado em 1962.

_____. *O Nascimento da Clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. Livro originalmente publicado em 1963.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. S. T. Muchail. 10. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2016. Livro originalmente publicado em 1966.

_____. *O poder psiquiátrico – Curso dado no Collège de France (1973-74)*, trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2006. Curso originalmente ministrado em 1973-74.

GARDNER, H. *The mind's new science: A history of the cognitive revolution*. Basic Books, 1985.

GREEN, C. Darwinian theory, functionalism, and the first American psychological revolution. *American Psychologist*, v. 64, n. 2, p. 75-83, 2009.

HALL, A. Presidential Address: Can the History of Science Be History? *The British Journal for the History of Science*, v. 4, n. 3, p. 207-220, 1969.

HALL, G. S. *Founders of modern psychology*. Nova York & London: Appleton, 1912.

HARRELL, W; HARRISON, R. The Rise and Fall of Behaviorism. *The Journal of General Psychology*, v. 18, n. 2, p. 367–421, 1938.

HARRISON, E. Whigs, prigs and historians of science. *Nature*, v. 329, n. 6136, p. 213–214, 1987.

HULL, D. L. In Defense of Presentism. *History and Theory*, v. 18, n. 1, p. 1-15, 1979.

JARDINE, N. Whigs and Stories: Herbert Butterfield and the Historiography of Science. *History of Science*, v. 41, n. 2, p. 125–140, 2003.

KELLY, B. N. Inventing Psychology's Past: E.G. Boring's Historiography in Relation to the Psychology of his Time. *The Journal of Mind and Behavior*, v. 2, n. 3, p. 229-241, 1981.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1990. Livro originalmente publicado em 1962.

LATOUR, B. Pasteur e Pouchet: heterogênesse da história das ciências. In: Serres, M. (ed). *Elementos para uma história das ciências*. Lisboa: Terramar, 1996.

LEAHEY, T. H. The mythical revolutions of American psychology. *American Psychologist*, 47(2), 308–318, 1992.

MARCELLOS, C. F. *Objeto e método na psicologia de Wilhelm Wundt e Edward Titchener: um estudo comparativo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

MARCELLOS, C. F. *O desenvolvimento de um projeto de psicologia científica em Edward Titchener*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

MARCELLOS, C. F.; ARAÚJO, S. F. Sobre a Definição de psicologia em Wilhelm Wundt e Edward Titchener: estabelecendo diferenças. Em: Araújo, S. F.; Caropreso, F. (Orgs.). *Temas atuais em história e filosofia da psicologia*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015.

MARTINS, L. A. P. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MARTINS, R. A. História e história da ciência: encontros e desencontros. Em: *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica (Universidade de Évora e Universidade de Aveiro)*. Évora: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, pp. 11-46, 2001.

_____. Seria possível uma história da ciência totalmente neutra, sem qualquer aspecto whig? *Boletim de História e Filosofia da Biologia*, v. 4, n. 3, p. 4-7, 2010.

MAYR, E. When is Historiography Whiggish? *Journal of the History of Ideas*, v. 51, n. 2, p. 301-309, 1990.

MCCLUSKEY, S. C. (1987). Historians, whigs and progress. *Nature*, v. 330, n. 6149, p. 598–598, 1987.

NETO, G. B. & BORTOLAI, M. M. S. Whiggismo entre uma condição de historicidade e um anacronismo historiográfico. *XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ)*, Florianópolis, SC, Brasil – 25 a 28 de julho de 2016.

O'DONNELL, J. M. The crisis of experimentalism in the 1920s: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, v. 34, n. 4, p. 289–295, 1979.

PRESTES, M. E. B. O whiggismo proposto por Herbert Butterfield. *Boletim de História e Filosofia da Biologia*, v. 4, n. 3, p. 2-4, 2010.

RUSSELL, C. Whigs and professionals. *Nature*, v. 308, n. 5962, p. 777–778, 1984.

SAMELSON, F. Struggle for scientific authority: The reception of Watson's Behaviorism, 1913–1920. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 17, n. 3, p. 399–425, 1981.

_____. Organizing for the kingdom of behavior: Academic battles and organizational policies in the twenties. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 21, n. 1, p. 33–47, 1985.

SARAIVA, F. T. *O impacto da obra de J. B. Watson na psicologia norte americana (1903-1923): citações a outros autores como parâmetros quantitativos de comparação*. 2017. 48f.

SARAIVA, F. T.; CARVALHO NETO, M. B.; ARAUJO, S. F.. O impacto da obra de J. B. Watson na psicologia norte-americana: Alguns parâmetros de comparação. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1053-1069, 2016.

SILVA, E. G. *O impacto do manifesto behaviorista de watson na psicologia estadunidense: uma análise bibliométrica (1903-1923)*. 2015. 31 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

STOCKING, G. W. On the limits of “presentism” and “historicism” in the historiography of the behavioral sciences. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 1, n. 3, 1965, p. 211–218.

TINKER, M. A. Wundt's Doctorate Students and Their Theses 1875-1920. *The American Journal of Psychology*, v. 44, n. 4, p. 630–637, 1932.

TITCHENER, E. B.. Prolegomena to a Study of Introspection. *The American Journal of Psychology*, v. 23, n. 3, p. 427-448, 1912a.

_____. The Schema of Introspection. *The American Journal of Psychology*, v. 23, n. 4, p. 485-508, 1912b.

_____. Psychology: Science or Technology? *Popular Science Monthly*, v. 84, p. 39-51, 1914a.

_____. On ‘Psychology as the Behaviorist views it’. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 53, n. 213, pp. 1–17, 1914b.

TODD, J. T; MORRIS, E. K. The early research of John B. Watson: Before the behavioral revolution. *The Behavior Analyst*, v. 9, n. 1, p. 71–88, 1986.

VIDEIRA, A. A. P. Historiografia e história da ciência. *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, v. 1, 2007, pp. 11–158.

WATSON, J. B. Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, v. 20, n. 2, p. 158–177, 1913.

_____. *Behavior: An introduction to comparative psychology*. New York: Henry Holt and Company, 1914.

_____. The place of the conditioned-reflex in psychology. *Psychological Review*, v. 23, n. 2, p. 89–116, 1916.

_____. The origin and growth of behaviorism. *Archiv for Systematische Philosophie und Sociologie*, v. 30, p. 247-262, 1927.

WILSON, A & ASHPLANT, T. G. (1988). Whig history and present-centred history. *The Historical Journal*, v. 30, n. 1, p. 1-16.

WOZNIAK, R.H. (Ed). *Reflex, Habit and Implicit Response: The Early Elaboration of Theoretical and Methodological Behaviourism 1915-1928*. London: Routledge/Thoemmes, 1994. (no prelo). Disponível em: https://pure.mpg.de/rest/items/item_2420108/component/file_2420106/content

YERKES, R. M. Comparative Psychology: A Question of Definitions. *Journal of Philosophy, Psychology & Scientific Methods*, v. 10, p. 580–582, 1913.